

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

DANIELA RAMIRES POLICARPO

**Maternidade, machismo estrutural e dispositivo de gênero:
deslocamentos necessários à psicanálise atual**

Porto Alegre

2023

DANIELA RAMIRES POLICARPO

**Maternidade, machismo estrutural e dispositivo de gênero:
deslocamentos necessários à psicanálise atual**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Gabriela Ferrari

Porto Alegre

2023

Nome: Policarpo, Daniela Ramires

Título: Maternidade, machismo estrutural e dispositivo de gênero: deslocamentos necessários à psicanálise atual

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Sandra Torossian

Instituição: UFRGS

Assinatura _____

Profa. Dra. Carolina dos Reis

Instituição: UFRGS

Assinatura _____

Profa. Dra. Aline Martins

Instituição: Mackenzie/SP

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À Andrea, minha querida orientadora, com quem estabeleci quase uma relação de filiação, que me permitiu destruir meus objetos e eles permanecerem. Ao Lorenzo e ao Valentin, meus filhos e companheiros de vida, que me suportaram *fort-da*, muitas vezes ausente, quando minha libido se voltava à pesquisa. À Juliana, minha afilhada, por me ensinar a ser mãe antes de ter filhos nascidos do meu ventre. À minha mãe, Giseli, que pude reconhecer novamente, através das teorias. Aos colegas Cléo e Josias, por serem alteridade sempre presente, pela amizade, leveza, risadas, desconstruções e algumas taças de vinho. Aos alunos da disciplina eletiva que ministramos no estágio de docência, por tornarem meus medos tão mais enfrentáveis. Às professoras Carolina dos Reis e Oriana Hadler, que permanecem reverberando em mim. À Milena Silva e Sandra Torossian, pelos questionamentos que carinhosamente deslocam. Ao meu pai, Pedro, que me ensinou sobre amor e cuja afetividade em mim a ele credito. À Jovelina, minha avó paterna, que me ensinou que a sabedoria não vem da academia. À Juliana Prada, Andrea Schumacher e Victoria Guarisse, pela amizade que se mantém apesar do tempo e na ausência dele.

RESUMO

Policarpo, D. R. (2023). *Maternidade, machismo estrutural e dispositivo de gênero: deslocamentos necessários à psicanálise atual*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Mãe é um nome, um conceito que, a partir de um fenômeno biológico, passa a definir uma mulher. Há um arcabouço teórico-conceitual que delimita automaticamente os interesses que a mulher-mãe deve ter, as características que deve ostentar, as qualidades que deve adquirir imediatamente. Se para Lacan o inconsciente se estrutura como linguagem, uma palavra nunca é passiva, mas cria um mundo representativo que assujeita – eis que o sujeito se submete à linguagem. Esta pesquisa discute a importância de uma leitura crítica e contextualizada da psicanálise, a fim de desconstruir estereótipos de gênero. A partir de uma perspectiva histórico-cultural, aponta-se que a psicanálise produziu conhecimento com base no machismo estrutural e que a manutenção das leituras tradicionais acerca da maternidade configura, não somente um entrave interpretativo das relações sociais da atualidade, como uma ferramenta de manutenção da opressão feminina. Para desconstruir relações assimétricas de poder, é necessário problematizar o fazer científico desenvolvendo uma resistência crítica que propicie uma abertura de pensamento. Por meio da “profanação” de Agamben, desenvolvemos uma metodologia que instrumentaliza uma leitura crítica da produção intelectual em psicanálise publicada entre 2012 e 2022, com palavras-chave elegidas para os fins desta pesquisa, apontando pequenos deslocamentos disruptivos com vistas à desconstrução da lógica de dominação patriarcal na psicanálise. Conclui-se que muito já se avançou na teorização psicanalítica acerca da maternidade e que a atual produção em psicanálise nos aponta caminhos de desidentificação da mulher com a função de cuidado e a maior implicação social com este.

Palavras-chave: Maternidade. Dispositivo. Feminismo. Psicanálise. Caso clínico.

ABSTRACT

Policarpo, D.R. (2023). Motherhood, structural machismo and gender dispositif: displacements necessary for current psychoanalysis. Master's Dissertation, Institute of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Mother is a name, a concept that, based on a biological phenomenon, defines a woman. There is a theoretical-conceptual framework that automatically delimits the interests that the woman-mother must have, the characteristics that she must display, the qualities that she must acquire immediately. If for Lacan the unconscious is structured as language, a word is never passive, but creates a representative world that subjects – since the subject submits to language. This research discusses the importance of a critical and contextualized reading of psychoanalysis, in order to deconstruct gender stereotypes. From a historical-cultural perspective, it is pointed out that psychoanalysis produced knowledge based on structural machismo and that the maintenance of traditional interpretations about motherhood configures, not only an epistemological obstacle of current social relations, but also a maintenance tool of female oppression. In order to deconstruct asymmetrical power relations, it is necessary to problematize scientific work by developing a critical resistance that fosters an open mind. Through the “profanation” of Agamben, we developed a methodology that instrumentalizes a critical reading of the intellectual production in psychoanalysis published between 2012 and 2022, with keywords chosen for the purposes of this research, pointing out small disruptive displacements with a view to deconstructing the logic of patriarchal domination in psychoanalysis. It is concluded that much progress has already been made in psychoanalytic theorizing about motherhood and that the current production in psychoanalysis points to ways of disidentifying women with the care function and the greater social implication related to it.

Keywords: Maternity. Dispositif. Feminism. Psychoanalysis. Clinical case.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	8
Eu não sou um homem branco realizando ciência no laboratório antisséptico	8
INTRODUÇÃO	14
A quem serve a mulher?	14
O que deseja uma mãe?	21
Psicanálise como juiz da mãe?	26
OBJETIVOS	33
Objetivo geral	33
Objetivos específicos	33
METODOLOGIA	34
Do recorte amostral	40
Da profanação dos dispositivos	47
DISCUSSÃO	55
Os três tempos da profanação materna	55
Momento de cultuar	56
Momento de questionar	66
Momento de brincar de roda	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
Da destruição e do devir em psicanálise	88
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	99

PREÂMBULO

Eu não sou um homem branco realizando ciência no laboratório antisséptico

A ciência é sempre realizada por um pesquisador. Um pesquisador que não é uma tábula rasa, mas tem uma história, paixões, desejo e vieses que o levam a escutar ou deixar de escutar certos enunciados. A hipótese de pesquisa que aqui se delineia não é um ponto de partida, mas uma reflexão colhida em um percurso já há muito iniciado. Faz-se necessário localizar a trilha por mim percorrida no jogo da vida, a fim de situar os caminhos que me trouxeram até aqui.

Iniciei o percurso acadêmico na psicologia, como uma segunda formação universitária, após o nascimento dos meus filhos. Meu filho mais novo tinha, então, 2 anos, de sorte que o curso da minha psicologia se deu na infância dos meus filhos. No segundo semestre de faculdade, tendo me divorciado, eu me tornei mãe solo de duas crianças pequenas que passaram a permear corporalmente toda a minha formação acadêmica, pois já não tinha com quem dividir a função de cuidado: embalado no meu colo enquanto eu apresentava o trabalho final de uma disciplina, o pequeno adoentado me fez companhia; levando a turma inteira às gargalhadas, o mais velho me questionava frequentemente enquanto eu apresentava um seminário. Durante grande parte da formação, eles ingressavam na escola em uma cidade vizinha no mesmo horário que eu deveria ingressar na minha própria aula, de modo que eu atravessasse a Av. Ipiranga velozmente muito mais vezes do que gostaria, tentando conciliar três agendas incompatíveis diante desse limitador cruel e impassível do tempo (ante quem não há justificativa possível).

O dever de estar em dois lugares no mesmo horário só foi relativizado pelo advento atroz de uma pandemia que nos isolou ao restrito espaço do lar: a pandemia de covid-19, tomou dois anos da minha graduação presencial. Se por um lado eu economizava o tempo do percurso, por outro eu estava permanentemente em casa com duas crianças em cujas atividades escolares eu deveria auxiliar em razão das aulas remotas. O mais novo estava sendo alfabetizado e requeria muito do meu corpo e tempo, corpo e tempo que eu devia também empregar na minha formação universitária. Faltavam-me braços, cabeça, estômago.

Esse lugar de acumulação de trabalho produtivo e reprodutivo, da responsabilização única e exclusiva da mãe pelo cuidado dos filhos, de ter de “dar conta

de tudo”, atravessa e impacta meu corpo e minha escuta. Em meio ao sentimento de incompetência de gerir minha própria formação e a escolarização das crianças – de que estava encarregada no momento – passei a me questionar sobre a impossibilidade de manutenção do ideal de mãe que tudo pode e que de tudo é responsabilizada. Nesse contexto, escrevi meu trabalho de conclusão de curso, sob carinhosa orientação da professora Carolina dos Reis, intitulado *Mãe ser-vil: discursos de maternidade*.

Pela primeira vez, atravessada pela minha própria incapacidade de dar conta do *script* de mãe ideal, eu passei a questionar minha formação. Tendo estudado a mãe geladeira, a mãe esquizofrenizante, a mãe fria, a mãe suficientemente boa e todas essas estruturas de culpabilização materna pelas agruras do desenvolvimento infantil, que colocam a mãe como não sujeito que só tem valor em relação ao filho, questionei-me acerca do papel do saber psi na construção do dispositivo materno. As teorias sobre as quais nos debruçamos durante o percurso formativo atravessam nossa formação psicológica e nos orientam a escuta. Pude perceber quando, no último ano de estágio na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, comecei a escutar reiteradamente o mesmo discurso que então passou a me desconfortar: a culpabilização materna. Aquilo que eu li durante a formação acadêmica, encontrou subjetividades na clínica. Subjetividades que reafirmavam a lógica de culpabilização materna.

Se me é permitida a abertura de uma fenda temporal e um salto, que no próximo parágrafo retornará à ilusória linearidade da minha trajetória, foi somente com o ingresso no mestrado que passei a ler e conhecer teorias psicanalíticas atuais de leitura da contemporaneidade que promovem uma crítica acerca da teoria freudolacanianiana. A psicanálise, tal como transmitida na universidade, é quase uma reverência aos mestres sacralizados.

Todavia, retornando ao último ano de formação: Anfitriote tinha 11 anos quando chegou-me em meados de junho de 2021 para atendimento. Como de praxe, na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, onde realizei meu último ano de estágio curricular, antes do início do acompanhamento psicológico, há uma consulta de passagem de caso, na qual o terapeuta anterior conta-nos acerca do atendimento, história e impressões. O terapeuta alertou-me a investigar a negligência materna, afinal a menina tinha uma aparência de pouco asseio e problemas escolares.

A negligência materna tornou-se a questão de fundo que me ressoava enquanto a ouvia. Era uma menina bastante encarregada dos cuidados de si: a mãe trabalhava enquanto a menina assistia às aulas no celular da mãe; a menina queria voltar às aulas

presenciais, mas a mãe argumentava que era mais fácil para ela que continuasse remotamente em virtude de seu trabalho. Era compreensível rotulá-la de negligente.

Passaram-se algumas semanas e encontrei alguma dificuldade de contatar a mãe, pois nunca sabia quem me respondia do outro lado do celular quando mandava mensagem, tendo em vista que Anfitriete estava regularmente na posse dele. São tempos curiosos esses: levei algum tempo até me ocorrer que poderia utilizar o celular da forma para qual ele foi precipuamente concebido: realizando uma chamada. De voz. Liguei. Anfitriete me atendeu e passou à mãe. Combinei uma consulta.

Na consulta, uma mãe muito interessada me respondia acerca de uma rotina difícil de coordenar. Eram apenas as duas. A mãe, responsável pelo sustento da menina, trabalhava como faxineira. “Pego faxina do outro lado da cidade, não consigo terminar a tempo de buscá-la na escola e ela não pode vir sozinha”. A mãe pagava as mensalidades da escola particular que a menina frequenta com bolsa parcial. “Ela gosta muito de ler e eu compro um livro por mês”, “ela tem que fazer exercício físico, quer fazer patinação, mas num horário que não tenho como levar”, “ela quer uma bicicleta, estou dando um jeito de comprar”; em seguida, ela chora, contando que a escola a persegue, mas não entende que ela “se desdobra pra dar conta sozinha de tudo.”

Ouvindo a mãe, naquele momento, percebi que a história de Anfitriete estava sendo escutada, até ali, através de uma lógica de “mãe ideal de classe média”. Kilomba (2016), ao falar sobre a “alma negra”, diz que “não é com o sujeito Negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que a Negritude deveria ser” (p. 175). Da mesma forma, não se estava lidando com a mãe de Anfitriete, mas com as fantasias brancas patriarcais de como a maternidade deveria ser. Uma fantasia impossível de ser sustentada por aquela família. O que me ressoou, a partir de então, foi: “por que nosso feminismo só vai até o ponto em que uma mulher torna-se mãe?”. No momento em que se torna mãe, a mulher passa a ser enxergada não como um sujeito, mas em relação ao outro em um discurso de impossível manutenção. Discurso este, inclusive, sustentado pela psicologia.

Coelho (2006, pp. 108-109), ao discorrer sobre o laço social, afirma que:

O discurso é um modo de relacionamento social representado por uma estrutura sem palavras. Lacan propõe os discursos como sendo modos de uso da linguagem como vínculo social, pois é na estrutura significante que o discurso se funda. É a articulação da cadeia significante que produz o discurso. Os quatro discursos (do mestre, universitário, da histérica e do analista, além do quinto discurso, o do capitalista) são quatro configurações significantes – embora nem tudo seja significante na estrutura do

discurso – que se diferenciam e se especificam por sua distribuição espacial. O que está em jogo é aquilo que ordena e regula um vínculo social entre os sujeitos.

Esses discursos, que apresentam condições de possibilidade de registros simbólicos, enlaçam o sujeito de forma a produzir exclusões e privilégios. Há que se tê-los em mente quando questionamos “O que é ser mãe?” e “O que é a boa mãe?”. Aquela mãe, a mãe de Anfítrite, teria condições materiais de enquadrar-se no ideal de boa mãe? Não por ausência de investimento de desejo – mas por ausência de desejo político e social de dar-lhes condições materiais de existência? É, no entanto, sobre a mãe que recai a culpabilização – não sobre um sistema falho.

Badinter (2011, pp. 121-122), analisando a maternidade do ponto de vista da manutenção de um sistema patriarcal, escreve acerca do império do bebê:

Ironia da história: é no momento em que as mulheres do Ocidente conseguem finalmente se livrar do patriarcado que elas encontram um novo senhor na casa! De fato, como continuar a falar do poder do pai quando ela detém o domínio absoluto da procriação e pode assumir sua independência financeira? No entanto, trinta anos depois, é forçoso constatar que a dominação masculina permanece. Embora a resistência dos homens ao modelo igualitário seja indiscutível, ela não é suficiente para explicar a situação. Os deveres crescentes em relação ao bebê e à criança pequena revelam-se tão coercivos, se não mais, do que a perpétua guerra dos machos na casa, ou no lugar de trabalho. Pode-se bater a porta na cara de uns, mas não de outros. Essa suave tirania dos deveres maternos não é nova, mas se acentuou consideravelmente na volta com toda a força do naturalismo. O maternalismo tão defendido ainda não engendrou nem matriarcado, nem igualdade dos sexos, mas antes uma regressão da condição das mulheres. Regressão consentida em nome do amor que se tem pelo filho, do sonho da criança perfeita e de uma escolha moralmente superior. Fatores bem mais eficazes que as coerções externas. Todos sabem: nada vale a servidão voluntária! Nessa transformação do modelo materno, os homens não tiveram que mexer um dedo. É o inocente bebê – à sua revelia – que se tornou o melhor aliado da dominação masculina.

Para a autora, a queda de fecundidade e opção pela não maternidade devem-se à conjunção de dois fatores: pregnancy social do modelo da boa mãe e ausência de política familiar cooperante para as mulheres (Badinter, 2011). O modelo da boa mãe insere-se em um contexto de naturalização do amor materno como decorrência do gênero feminino. Para Ayouch (2015, p. 27), “Essa performatividade do gênero não é, porém, uma escolha deliberada: é uma interpelação social, uma atribuição normativa, uma prescrição coletiva”. A mãe de Anfítrite – aquela que não ganhou nome em momento algum deste escrito, e o leitor sequer sentiu falta, pois não interessa, não merece nome por não ser sujeito, sendo relevante apenas na relação com a filha – é a

personagem que se encaixa à perfeição nos fatores mencionados por Badinter para o desejo da maternidade, na prescrição coletiva de como uma mãe deve ser.

É relevante pensarmos aqui no discurso como “potência crítica para apontar os embaraços, os entraves e os labirintos da sociedade contemporânea, sobretudo para denunciar as formas deploráveis assumidas pelo capitalismo atual” (Couto, 2018, p. 95). No que diz respeito às mães, as formas deploráveis são delineadas por Despentes (2016):

Nessa mesma lógica, a maternidade se tornou uma experiência feminina inevitável, a mais valorizada de todas: dar vida a alguém, que coisa fantástica. A propaganda “pró-maternidade” foi poucas vezes tão martelada... método contemporâneo e sistemático de dupla obrigação: “Tenham filhos, é incrível, vocês se sentirão mais mulheres e mais realizadas do que nunca”, mas tenham-nos em meio a uma sociedade desajustada, em que o trabalho assalariado é uma condição de sobrevivência social, embora não seja garantido para ninguém, sobretudo para as mulheres. Deem à luz em cidades onde a habitação é precária, onde a escola afasta, onde as crianças são submetidas às mais perversas agressões mentais através da publicidade, da televisão, da internet, dos comerciais de refrigerante e de produtos do tipo. A felicidade feminina não existe sem filhos, mas criá-los em condições decentes será quase impossível. É preciso, de qualquer jeito, que a mulher se sinta fracassada. O que quer que elas façam, devemos poder demonstrar que não o fizemos direito. Não há atitude correta, o fato é que nós cometemos um erro ao fazer nossas escolhas e somos tidas como responsáveis por uma falência que é, na verdade, coletiva e mista.

Perante o atendimento de Anfitriete e sua mãe, percebi o quanto é fácil nos alinharmos nessa lógica de culpabilização da mãe. Há que se estar atento, no exercício da psicologia clínica, para que não nos tornemos ferramentas de manutenção dos discursos de uma lógica dominante e excludente. Eu pude escutá-la, no entanto, porque não sou um homem branco realizando a ciência no interior de um laboratório estéril. Pelo contrário, a construção desta escrita foi permeada por um sem-número de interrupções e intercorrências: o silêncio, que me é tão caro durante a escrita, também me é sempre um sinal de alerta, pois crianças estão permanentemente sob a minha vigilância.

Pelas páginas, há roupas lavadas, estendidas, recolhidas, dobradas e guardadas. Almoços e jantares cozinhados e servidos, louças lavadas, guardadas e recolocadas na mesa em um infinito *continuum*, temas sobre os astros celestes, pré-história, feminismo, leva e busca da escola, do futebol, das festas de aniversário, e a permanente preocupação se estão comendo direito, se precisam de tênis novos, se estou sendo suficientemente boa. E por que não uma boa dose de culpa materna, pois este discurso

também me atravessa. Não se iluda ao ler páginas brancas antissépticas: há manchas de comida e café, de tinta e canetinha, de lágrimas e suor a atravessarem estas linhas.

INTRODUÇÃO

A quem serve a mulher?

Nas sociedades baseadas na produção-para-o-uso pré-capitalistas havia uma unidade entre as noções de produção e reprodução, pois o trabalho destinava-se à subsistência. Contudo, no século XIX, na transição para o capitalismo, essa unidade desaparece e somente a produção-para-o-mercado passa a ser considerada atividade criadora de valor, enquanto a reprodução, além de desvalorizada, passa a ser desconsiderada como trabalho. Dessa divisão emergiu a divisão sexual do trabalho que sujeitou a mulher ao trabalho doméstico, arranjo fundamental à acumulação de capital (Federici, 2017).

Assim, na transição para o capitalismo, inaugura-se uma nova forma de “ser mulher”, baseada na necessidade emergente de acúmulo de capital: para que o homem possa sair de casa e realizar o trabalho produtivo, é necessário que alguém assuma seu próprio trabalho de sustentação da vida: lavar sua roupa, cozinhar sua comida, cuidar de sua prole. São horas de trabalho das quais o homem passa a ser liberado em virtude da novíssima divisão sexual do trabalho, que nasce da necessidade capitalista de produção para o mercado. Tal divisão dá ao homem condições de possibilidade de exercer funções de maior valor social: político, religioso, militar, entre outros (Hirata & Kergoat, 2007). Em outras palavras, alça os homens a posições de poder e as mulheres à posição de dar condições materiais que possibilitem aos homens o exercício do poder. Inicia-se, assim, a farta produção de conhecimento que viabiliza a naturalização da divisão biológica das aptidões inatas feminina e masculina: aos homens, o poder; às mulheres, o amor (sob a forma de cuidado).

Para Federici (2017), o período da acumulação primitiva para as mulheres na Europa Ocidental, respeitados os óbvios limites, foi similar ao das negras nas *plantations* coloniais americanas. Apesar de os ganhos econômicos decorrentes da lógica que se instaura sobre o corpo das mulheres europeias desse período serem muito mais dissimulados, servia de igual forma à acumulação capitalista, tornando-se instrumento para a expansão da força de trabalho.

As relações de poder entre gêneros são, assim, organizadas por meio dessa separação biológica de aptidões naturais, que sustenta a divisão sexual do trabalho, que, segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), é a forma de divisão do trabalho

social decorrente das relações sociais entre os sexos, modulada histórica e socialmente, mas sobretudo o fator que possibilita prioritariamente a sobrevivência da relação entre os sexos, designando ao homem a esfera produtiva e a mulher à reprodutiva.

Para as autoras, essa divisão organiza-se pelos princípios da separação (trabalhos de homens *versus* trabalhos de mulheres) e hierárquico (o trabalho do homem tem maior valor que o trabalho da mulher), sendo válidos para todas as sociedades, independentemente do tempo e do espaço, legitimados pela ideologia naturalista que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz práticas sociais a papéis sociais sexuais que se reportam ao destino natural da espécie (Hirata & Kergoat, 2007).

É precipuamente necessário que, ao analisarmos o nascimento das teorias “psi”, não percamos de vista o caldo patriarcal que se integra de maneira indivisível ao seu surgimento. A instauração da lógica da divisão sexual do trabalho e a consagração da naturalização do cuidado por parte das mulheres são pressupostos basilares da psicanálise.

Lacan afirma que a função do estádio do espelho é estabelecer uma relação do organismo (*innenwelt*) com sua realidade (*umwelt*), passagem do eu especular para o eu social. O sujeito, assim, depende de uma intermediação cultural que o aliena constitutivamente, dando-lhe a ilusão de autonomia (Lacan, 1949/1998). Para Safatle (2020), a psicanálise pensa o Eu como um espaço de alienação a partir das identificações produzidas pelos vínculos sociais e suas dinâmicas, assumindo um caráter constitutivo, que conforma e define os caminhos do desenvolvimento a partir de uma forma exterior. O autor identifica, assim, que as relações de poder são necessariamente produtoras de sujeitos; eis que as normas, regras e comportamentos da vida social não são apenas questão de aprendizado, mas também de produção de si, logo, a constituição da “interioridade” se dá a partir da interiorização de modelos ideais.

O machismo estrutural é a construção, organização, disposição e ordem dos elementos do corpo social, que sustenta a dominação patriarcal e a opressão feminina, produzindo uma hierarquização – na qual os atributos masculinos são superiores aos femininos – e uma normalização – que atua por meio de instituições como a família, a escola, o Estado e, inclusive, a psicologia. Essas instituições produzem e reproduzem valores morais e comportamentos estruturados intrinsecamente a partir da lógica segundo a qual o masculino é superior, o feminino é inferior e o não binário é uma aberração. Tal processo de normalização e hierarquização é naturalizado de modo que a construção histórica dos valores e comportamentos morais passa a ser inviabilizada e

apresentada como parte da “essência” ou “natureza” das pessoas e relações sociais, perdendo-se a possibilidade de crítica (Hintze, 2020). Essa “verdade” impressa nos genitais masculino e feminino, constrói um estereótipo de gênero que permeia toda a nossa constituição subjetiva, de sorte que essa construção teórica, apesar de pretensamente crítica, é também fruto do machismo estrutural que também constitui esta pesquisadora.

A história da psiquiatria é a história dos discursos de psiquiatras homens sobre mulheres loucas, que identifica o homem à racionalidade e a mulher à insanidade, dando origem à psiquiatria cultural – que cria modelos de compreensão e classificação do sofrimento – e influenciando nos processos de tornar-se homem/mulher nas sociedades mais ou menos sexistas. Os “tipos naturais” são na verdade carregados de valores, criam uma ideia de normalidade que influencia na constituição subjetiva e na vivência identitária, engendrando um efeito *looping* no qual as categorias criadas para entender e pensar os comportamentos se tornam reificadas e institucionalizadas como fatos sociais. São criações humanas, e portanto ficções, que dão sentidos à experiência e alteram a vivência delas, produzindo performances (Zanello, 2018).

Nesse contexto, o gênero é uma construção social baseada na diferença sexual como fato, sendo um conceito relacional que implica relações de poder e privilégios, construindo uma performance, uma repetição estilizada de atos que se cristaliza, que dá origem a *scripts* culturais de como agir, pensar e sentir para ser um homem ou mulher. Esses *scripts* não apenas representam valores de gênero, mas também o criam e o reafirmam, constituindo homens e mulheres assujeitados a tais condições de possibilidade performática. Esses caminhos privilegiados de subjetivação são construídos, mantidos e reafirmados por dispositivos, definido como a rede tecida entre um conjunto de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (Zanello, 2018).

Para Kehl (2016), articulado ao gênero temos a posição do sujeito no discurso, de ordem simbólica, sendo a feminilidade organizada regularmente em torno do imaginário da falta. À mulher falta o falo, e assim ela se oferece para ser tomada como falo a partir de um lugar de falta absoluta, do qual só pode ser resgatada pelo desejo de um homem. A mulher ocupa, assim, o lugar de objeto do desejo do homem. Para a autora, a posição subjetiva e a condição social das mulheres encontram o desafio

específico que elas enfrentam para deixar de ser objeto de uma produção de saberes de grande consistência imaginária que estabelece a verdade sobre a “natureza” feminina.

O lugar da mulher como objeto do desejo do homem e sua tomada subjetiva a partir da falta na teoria freudolacanianiana parece coincidir com essa produção de saberes que estabelece a verdade sobre o que é a mulher, normatizando e reiterando a posição da mulher no campo da opressão patriarcal. Ao teorizar sobre a constituição subjetiva feminina sem a devida crítica ao contexto sociocultural que condicionava mulheres ao lugar de objeto de desejo, a psicanálise constituiu-se fundamentalmente como antifeminista, engendrando a manutenção da lógica patriarcal.

Para Freud (1930/2010b), a visão dos genitais femininos pelo menino origina a descoberta da possibilidade de castração que impõe a transformação do complexo de Édipo, instaura o supereu com a interiorização da instância paterna e inscreve o sujeito na comunidade civilizada. Freud afirma que a influência do complexo de castração dá ao homem um certo grau de menosprezo pela mulher, que é percebida como castrada – efeito que se distingue na mulher, que admite sua castração e, com isso, a superioridade do homem e sua própria inferioridade, causando revolta com esse desagradável estado das coisas.

A teorização acerca do complexo de Édipo evidencia frontalmente o sistema social de benefício masculino: o homem menospreza a mulher, que admite sua própria inferioridade. Para além, é a interiorização da instância paterna que instaura o supereu e inscreve o sujeito na civilização, consubstanciando, assim, sua retirada da situação de barbárie pulsional, sendo o pai, a metáfora paterna, quem lhe inscreve na cultura, submetendo o sujeito à ordem. O próprio conceito de cultura em Freud está permeado, portanto, pela hierarquização dos gêneros, dando luz à ideia de que a ordem e a lei pertencem ao homem e retiram os sujeitos do caos pulsional da natureza feminina.

Ainda que muito pouco tenhamos avançado nesse sentido, a crítica à teoria freudiana não é nova. Larissa Ramos da Silva (2021), em sua dissertação de mestrado, discorre sobre a obra de Karen Horney, afirmando que a autora, contemporânea de Freud, foi a primeira psicanalista a evidenciar os atravessamentos do patriarcado na produção psicanalítica, apontando que os principais pressupostos teóricos psicanalíticos foram construídos por homens, o que enviesa a produção de conhecimento e influencia no desenvolvimento facilitado de uma psicologia masculina. Segundo a pesquisadora, a Horney ressalta que admitir como verdade axiomática o conceito de inveja do pênis sem a devida problematização pode demonstrar o narcisismo masculino, questionando a

pouca importância dada ao fato de os meninos também manifestarem inveja dos seios e da possibilidade de gestar da mulher, que se sobrepõe à inveja do pênis, mais duradoura nos homens, desde a infância, pois a maternidade configuraria uma vantagem biológica.

Karen Horney concluiria, assim, que a inveja não se sustentaria em nível biológico, mas social, pois perante a luta social de reivindicação dos espaços públicos pelas mulheres, a maternidade poderia ser interpretada como uma desvantagem, dando vantagens sociais ao homem naquele momento, não havendo, no entanto, motivos para que a inveja do pênis tivesse papel tão fundamental no psiquismo das mulheres e a inveja do útero não tivesse a mesma relevância para os homens. Horney refere ainda que a ideologia da inferioridade feminina e a valorização da cultura aos atributos masculinos são introjetadas desde cedo, interiorizando nas meninas o olhar de inferioridade (Silva, 2021). Surpreende que, um século mais tarde, as mesmas questões permaneçam não superadas e muito pouco se tenha avançado na leitura crítica da teoria freudiana, ainda que desde o princípio ela tenha sido confrontada, sendo, pelo contrário, promovido um apagamento de tais críticas na transmissão da psicanálise. Ou talvez em nada surpreenda que, mesmo que desde a origem da psicanálise tenha se criticado a teorização masculina determinista acerca da mulher, ainda assim ela tenha sido sustentada, repetida e reiterada a partir de estruturas machistas, silenciando o saber da mulher sobre a mulher.

A ideia de que a menina, ao olhar os genitais feminino e masculino, supõe-se castrada e admite a superioridade do homem e sua própria inferioridade também nos parece construída para confirmar e reafirmar a relação de opressão entre os sexos. Ora, a menina vê a mulher gestar e parir, trazendo ao mundo um novo sujeito a quem vai nutrir e cuja vida irá sustentar com os seios, que faltam ao homem; mas é a um diminuto órgão que se atribui a superioridade? Evidentemente, meninos e meninas constatariam indefectivelmente a inferioridade feminina em uma construção social que lhes retirava direitos. Castrava-se a mulher com a falta de direitos, não de pênis.

Em *Totem e tabu*, Freud (1913-1914/1996) discorre sobre o mito australiano organizador da sociedade, referindo que o totem é transmitido hereditariamente e que a relação com ele é fundamento de todas as obrigações sociais. Afirma que “a psicanálise nos revelou que o animal totêmico é de fato o sucedâneo do pai” e que o pai é substituído pelo totem no rito sagrado de adoração que torna o morto “mais forte do que havia sido o vivo” (p. 141). Freud, então, afirma que as religiões evoluíram a partir do totemismo, que resguardou o caráter da relação do filho com o pai, ressaltando que para

cada pessoa o deus é modelado no pai e que Deus, no fundo, nada mais é do que um pai elevado, concluindo que se “a psicanálise merece alguma atenção, o componente paterno na ideia de Deus deve ser muito importante”, salientando que o totem “pode ser a primeira forma do sucedâneo do pai, e o deus, uma posterior, em que o pai readquire sua configuração humana” (p. 193).

A cultura, pensada da forma pai-centrada, é causa e efeito do patriarcado, que, enquanto cultura, é mais poderoso que a força:

Não sei indicar em que ponto desta evolução se acham as grandes divindades maternas, que talvez tenham geralmente precedido os deuses-pais. Parece certo, no entanto, que a transformação na atitude perante o pai não se limitou à esfera religiosa, mas estendeu-se coerentemente ao outro aspecto da vida humana influenciado pela eliminação do pai, a organização social. Com a introdução das divindades paternas, a sociedade sem pai converteu-se gradualmente naquela organizada de forma patriarcal. (Freud, 1913-1914/1996, p. 147)

Ao discorrer sobre a função paterna e a cultura, Monteiro (2001) diz que a função paterna representa a cultura na qual o sujeito será inserido e nele a introjeta, educando, moldando, controlando e municiando o sujeito de valores, costumes e uma história que o individualiza e articula ao coletivo. Triska (2020), por outro lado, desnaturaliza a noção de cultura como objeto independente das teorias nas quais é pensada e afirma que sua concepção em termos de ordem diz mais sobre o pensamento moderno do que de constantes atemporais da cultura, encontrando – a *Kultur* freudiana supra-histórica, universalista e baseada na ideia de ordem – limites de alcance na contemporaneidade. O autor empreende, assim, uma análise crítica do emprego das noções paternas encontradas na literatura psicanalítica freudolacanianiana sobre a contemporaneidade, que difundem o raciocínio da desordem cultural resultante do declínio paterno.

A cultura (introjetada pela função paterna que molda e controla os sujeitos) é, assim, tecida com as noções religiosas judaico-cristãs de mater-paternidade na qual Deus é o pai todo poderoso – invisível e nunca fisicamente presente – e a mãe é a virgem, casta e santa. É o próprio Freud (1913-1914/1996), no entanto, quem conclui que assim o é em virtude da organização social patriarcal – que eleva o homem-pai à condição de divindade.

Ao analisar a hipótese exclusivamente pai-centrada da Lei que ordena a cultura, Triska (2020) conclui que talvez a contemporaneidade seja difícil de compreender por

meio do complexo de Édipo e que talvez o que devemos considerar é o déficit teórico psicanalítico que inclua uma racionalidade não pai-centrada para explicação da cultura contemporânea e que o excesso de pai-centrismo prejudica o diálogo da psicanálise com a contemporaneidade. Nessa esteira de entendimento, Fiorini (2018) diz que a estruturação de novas organizações familiares enseja que repensemos as funções materna e paterna classicamente estabelecidas e revisemos muitas suposições consideradas inabaláveis, pois o complexo de Édipo e o complexo de castração, considerados como organizadores que retiram o sujeito do caos pulsional rumo à ordem da sexualidade e da identidade sexual, tornam-se insuficientes para explicar o acesso ao simbólico para cada sujeito.

Tort (2017) analisa que algumas teorizações psicanalíticas se amoldam às situações de poder, não apenas isentando-se de analisá-las como ainda trazendo “água ao moinho da dominação colonial” (p. 16). Propõe, assim, que é necessário repensar a psicanálise e sua dependência ao contexto histórico, que se confunde com suas construções, acreditando que restituir a historicidade da psicanálise permite apontar aquilo que é produto desse contexto.

Segundo o autor, as tendências dominantes das relações entre os sexos têm sido consideradas estruturas a-históricas, ocasionando uma confusão entre a universalidade das fantasias basilares e a historicidade dos dispositivos de sexo e gênero, que estruturam o avanço da psicanálise a partir de um estereótipo social que apresenta como evidência da psicanálise aquilo que não é mais do que uma representação social, sendo necessário que se faça uma leitura crítica da psicanálise, histórica e política.

Fiorini (2017) propõe o conceito de subjetividade em transição, remetendo à ideia de que a construção de subjetividade é interminável e de que as subjetividades são afetadas pelas transformações culturais. Refere que as teorias do sujeito devem acompanhar essas mudanças que são irreversíveis: a exclusividade da família nuclear, o pai como único meio de acesso à trama de laços sociais, que organiza as relações familiares e lhes dá valor simbólico, tornam-se impossíveis no contexto atual no qual o ideal de família nuclear perde seu prestígio e a identidade de gênero é questionada.

As noções psicanalíticas, fruto do patriarcado, devem ser repensadas em face das transformações sociais que questionam e tensionam esses pressupostos basilares e nos impulsionam a repensar os motivos pelos quais continuamos incorrendo na interpretação da divisão sexual das funções. Se questionamos a quem serve a mulher, urge que levemos em conta primordialmente o que quer a mulher como sujeito de seu

próprio desejo. É, no entanto, necessário que não se perca de vista que esses discursos constituem subjetivamente a mulher, que se faz dobra. O machismo estrutural do qual decorre a fixação da mulher como cuidadora não está fora das singularidades, sequer desta pesquisadora. Esses mecanismos de opressão me constituem: estudá-los possibilita vislumbres críticos daquilo que me assujeita, mas não deixa de constituir. São meus olhos que fazem moldura àquilo que olho.

O que deseja uma mãe?

Em uma das férteis discussões do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias (NEPIs), dividi a minha experiência de maternidade: quando me tornei mãe, abandonei o trabalho produtivo para me dedicar exclusivamente ao cuidado dos meus filhos. Meus amigos e parentes não desprezavam oportunidades para expressar o quanto acreditavam que eu estava desperdiçando minhas habilidades profissionais e minha vida. Queria dividir o que, para mim, expressava evidentemente a desvalorização do trabalho reprodutivo: na hierarquia de valores sociais, o trabalho produtivo é enaltecido, trazendo estima a quem o executa; o trabalho reprodutivo, desmerecido, desconsiderado trabalho.

A uma mulher, disse a professora Milena da Rosa, deseja-se que tenha possibilidade de escolha: escolher cuidar dos filhos em detrimento da vida profissional ou não. Essa escolha, no entanto, é impossível à maior parte das mulheres em razão de suas realidades econômicas. Não é possível escolher deixar de trabalhar quando seu trabalho produtivo é estritamente necessário à subsistência da família. Evidentemente, não podemos esquecer aqui que este trabalho trata-se de um recorte da maternidade possível à classe média: a mim, mulher de classe média, foi materialmente possível deixar o trabalho produtivo para me dedicar ao trabalho reprodutivo de cuidado (o que mais tarde, diante de um divórcio, também me tornou economicamente vulnerável – outra variável que devemos ter em mente). Mas trata-se de uma escolha? A dúvida continuou reverberando em mim, como muitas dúvidas que emergiram a partir das falas de colegas e professores que se emaranham neste escrito e que o impulsionam.

É somente à mulher que se impõe “escolher” entre o trabalho produtivo e reprodutivo ou cumular a ambos. Qualquer que seja a “escolha”, no entanto, recairá sobre ela o julgamento: se escolhe o trabalho reprodutivo, será cobrada por não estar sendo economicamente útil (além da vulnerabilidade econômica em que se coloca diante do companheiro); se escolhe o trabalho produtivo, será sempre cobrada por sua

ausência e omissão em relação aos filhos. A “escolha”, contudo, permanece entre muitas aspas. Em que se baseia essa decisão pelo trabalho reprodutivo? Se a mulher subjetiva-se perante um discurso que a posiciona no papel inato da cuidadora abnegada, como se tece discursivamente no sujeito mulher este “ser mãe” tendo em vista que a constituição de sua singularidade se dá pela interiorização desses modelos ideias? (Safatle, 2020)

Para delimitarmos as origens do modelo de boa mãe que hoje reverenciamos, é necessário que retornemos aos séculos XVIII e XIX. Donzelot (1980) refere que o recurso generalizado às nutrizes para a criação das crianças, praticado no século XVIII na França, inquietava o Estado em razão das altas taxas de mortalidade decorrentes dessa prática, que levava ao desperdício de forças vivas e frustrava a vontade de conservação e de utilização dos indivíduos. Em relação às crianças acolhidas em instituições de abrigo, Donzelot (1980) aponta que 90% delas morriam, impedindo os objetivos do Estado de destiná-las a tarefas nacionais como a colonização, a milícia e a marinha, para as quais estariam perfeitamente adaptadas pela ausência de vínculos familiares. A alta mortalidade, segundo o autor, dava-se em virtude da dificuldade de encontrar nutrizes e de sua má-vontade em relação aos infantes, sendo o ponto específico em que se relacionam o problema das crianças abandonadas e o hábito geral de criação das crianças nas cidades por famílias de diferentes classes sociais, seja porque as mulheres que recorriam a elas eram muito ocupadas em seu trabalho, seja porque eram suficientemente ricas para evitar a amamentação. Badinter (1985) refere que, no ano de 1780, das 21 mil crianças que nasciam em Paris anualmente, mil eram amamentadas pela mãe e outras mil por amas de leite residentes, sendo as demais enviadas para serem criadas por uma ama mercenária. A autora lembra o caso de Maria Bienvenue, ama que, em cerca de 14 meses, deixou morrer 31 crianças sob seus cuidados.

A mortalidade atingia dois terços das crianças destinadas às nutrizes mais distantes das cidades, procuradas por pessoas de classes mais baixas, e um quarto das crianças cuidadas pelas nutrizes mais próximas, que forneciam cuidados aos mais ricos. Porém, além da mortalidade, havia a preocupação com o desenvolvimento de maus hábitos pelas crianças, oriundos dos vícios de suas nutrizes, que dispensavam às crianças tratamento desumano. Dessa forma, a institucionalização de crianças abandonadas, a criação de filhos por amas de leite e a educação artificial de crianças ricas promoviam o empobrecimento da nação e o enfraquecimento de sua elite. Assim,

conservar as crianças significava promover novas condições de educação para, por um lado, conter os efeitos nocivos sobre as crianças e, por outro, evitar a entrega das crianças à indústria mortífera das nutrizas (Donzelot, 1980).

Instala-se, segundo Donzelot (1980), a reorganização dos comportamentos educativos, a partir de ensinamentos médicos sobre a arte de cuidar de crianças entre o final do século XVIII e século XIX, instaurando o médico da família e colocando-o em direto contato com a família. A política de higienização social passa, assim, por uma aliança entre a mãe e o médico, colocando a mulher no lugar de executora das prescrições médicas que repercute na vida familiar, evitando a influência negativa do antigo meio educativo, concedendo à mulher burguesa um novo poder na esfera doméstica a partir da valorização das funções maternas.

Para Badinter (1985), a realidade da criança como objeto de pouca importância na família passa a ser modificada por volta dos anos 1760 a 1770, quando se cria a família moderna caracterizada pela ternura e intimidade, com a emergência de obras que incitam a mãe ao amor materno, sendo este cristalizado pela publicação de Rousseau: *Émile*. A autora ressalta que o amor materno não foi uma invenção do século XVIII e XIX, haja vista que houve mães amantes em todos os tempos, apenas ressalta que essa não é uma atitude universal e que os valores sociais de enaltecimento ou não da mãe repercutem no desejo e no amor materno.

Badinter (1985) assinala que, nesse período, o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres se dá em virtude de a maternidade não ter valorização pela sociedade, compreendendo que, para terem direito a alguma consideração, as mulheres deveriam seguir outro caminho que não o da maternidade, que lhes desse distinção e poder, considerando que outra mulher poderia fazê-lo em seu lugar mediante pagamento. A autora conclui que foram necessários três discursos para a valorização do amor materno: econômico, filosófico e um terceiro, que celebrava o reinado da boa mãe, possibilitando-a desempenhar um papel de reconhecimento na família. Eis que do cuidado das mulheres dependia a primeira educação dos homens, tendo, assim, grande influência na sociedade. Eram as mães as grandes responsáveis pela força e grandeza política das nações (Badinter, 1985). Um massivo discurso acerca da beleza da maternidade passa a ser produzido pela literatura, pela filosofia e pelas ciências médicas:

No século XVIII, mais ainda do que no século XIX, insiste-se particularmente nos atrativos da maternidade. Todos esses homens que se dirigiam às mães se põem de acordo para dizer que não há ocupação mais agradável do que zelar pelos filhos. Não há dever mais delicioso. Prost, o chefe de polícia, adota um tom comovente ao evocar os prazeres da maternidade: “A voz da natureza se fez ouvir no coração de algumas de nossas jovens mulheres. Prazeres, encantos, repouso, elas tudo sacrificaram. Mas que elas nos digam se as inquietudes e as privações de seu estado não constituem um prazer como todos os proporcionados pelo amor. Que elas nos descrevam as doces emoções, que experimenta uma mãe lactante quando, sugando seu leite, sorrindo-lhe, lançando os braços à sua volta, o filho parece agradecer-lhe.” (Badinter, 1985, p. 192)

Diante de uma produção de saber que valorizava o cuidado materno, houve uma profunda modificação das condições de possibilidade de constituição da maternidade, na qual a ternura e a afetividade tornam-se imperativos. Interessa-nos especialmente verificar que a profusão discursiva do modelo ideal de mãe produz determinadas possibilidades de subjetivação dos sujeitos mães, colaborando, os discursos científicos, sobremaneira para a delimitação e criação de instruções performáticas de determinados localizadores identitários que, em outras palavras, assujeitam-nas.

Butler (2020) explica que “sujeição” é este duplo processo de subordinar-se ao poder e de tornar-se um sujeito, pois é justamente esse poder que constitui o sujeito, determinando as condições de sua existência e a trajetória de seu desejo, remetendo-o à dependência fundamental a um discurso que ele não escolhe, e que não só inicia como sustenta sua ação: a constituição subjetiva dele depende. A sujeição, para a autora, não é somente o poder que age sobre o indivíduo, dominando-o, mas também o que o forma no interior de uma produção discursiva de identidades. Na psique, o ideal do Eu do sujeito definiria sua posição dentro do simbólico, instalando-o dentro da linguagem e dos esquemas disponíveis de inteligibilidade cultural, permanecendo no inconsciente tudo que resiste à exigência normativa, sendo a psique o que excede o encarceramento discursivo a uma identidade coerente. A psique é o que resiste à normatização discursiva.

Assim, existe uma produção discursiva que instaura o espaço constitutivo do sujeito, inscrevendo-o no simbólico. As condições de existência da identidade materna, conforme mencionamos anteriormente, modifica-se no espaço-tempo. Para Vera Iaconelli (2020, pp. 131-132),

Convivem na atualidade posições francamente opostas e válidas, como a da importância de ser mãe para a mulher, rivalizando com a da importância de ser profissional, manter-se jovem, estar bem casada... Nunca antes a maternidade revelou-se tão contraditória. Idealizada na Pós-Modernidade, a maternidade concorre diretamente com

outras aspirações, das quais as mulheres não querem ou não podem se furtar. O que parece ser, à primeira vista, a possibilidade de operar diferentes escolhas, acaba por se revelar um imperativo de não perder nada. A valorização social se dá para as mulheres que conseguiram ser, ao mesmo tempo, boas profissionais, boas mães, mantendo-se jovens. Não se pode perder nada, portanto não se pode de fato escolher.

A própria escolha pela maternidade também é questionada por Zanello (2018). Segundo a autora, os dispositivos são caminhos privilegiados de subjetivação que demandam *scripts* culturais, performances de gênero, constituídos por tecnologias que repetem incansavelmente determinados modos de agir, criando sensação de identidade. Para ela, existem dois principais dispositivos no processo de subjetivação das mulheres na atualidade: o dispositivo amoroso e o dispositivo materno. Ressaltando que entre os séculos XIX e XX houve uma reconfiguração de ideal materno que reconhecia e valorizava a mulher pela maternidade e por cuidados domésticos, Zanello (2018) descreve esse novo ideal como um apagamento da mãe em favor de suas responsabilidades para com os filhos, existindo somente em relação ao outro (filhos e marido). A mulher, que voltava-se para si, e não para o outro, considerava-se monstruosa.

Zanello (2018) salienta que a afirmação da maternidade deu-se a partir de um processo de colonização afetiva do feminino, que permitiu acesso da mulher ao reconhecimento social por meio da naturalização dessas qualidades maternas nas mulheres, destacando-se a habilidade ao cuidado altruísta, afetivo, atencioso e paciente. A autora conclui que tal ideal permanece, porém atualmente acrescido da necessidade de a mulher se cuidar, sobretudo fisicamente, e cuidar de sua carreira profissional. A maternidade ainda hoje é representada como realização da mulher, apoiada pelos discursos dos especialistas: pediatras, psicólogos, psicanalistas e pedagogos, entre outros, que alimentam o espaço midiático, constituindo as tecnologias de gênero. Para a autora, a naturalização do cuidado como algo feminino e a desvalorização histórica do cuidar vulnerabilizam as mulheres:

Se o cuidar é “natural”, seremos demandadas (e nos exigiremos) a funcionar nesse dispositivo. Executar tal cuidado exige dispêndio de energia física e psíquica, além de um saber fazer, “savoir-faire”. Ou seja, é trabalho. No entanto recebeu uma “capa afetiva, para transformar-se em espontaneidade” o que é fruto de um processo gendrado de subjetivação, ao qual a cultura presta sua grande contribuição. (Zanello, 2018, p. 150)

Para Tort (2017), os termos “pai” e “mãe” são lugares de relações históricas de poder masculino/feminino, trazendo como consequência uma constatação simples: ao

passo que as estruturas patriarcais são atacadas socialmente por movimentos feministas, entre outros, os psicanalistas que atribuíram um valor a-histórico a essas estruturas empreendem uma ofensiva feroz e incansável contra as mães, concluindo que a representação da mãe perigosa é de fato resistência ao questionamento às normas sexuais dominantes e à luta feminista por direitos políticos.

É precisamente na percepção da psicologia e da psicanálise como discurso especialista que permite a manutenção da opressão patriarcal da mulher-mãe que confluem as temáticas aqui articuladas. O machismo estrutural, como já teorizado, permeia as construções basilares dos saberes psi – como todos os saberes e todos nós – e encontra na mulher mãe estimada instituição para manutenção dos privilégios masculinos.

Psicanálise como juiz da mãe

Minha avó paterna é a pessoa mais sábia que já conheci. Ela viveu uma vida de bastante pobreza material, tinha quatro filhos e não tinha comida suficiente para todos. Meu pai, o filho mais novo, percebendo que frequentemente apenas ele comia ovos nas refeições, perguntou a ela o porquê, supondo que ela não gostasse, ao que ela respondeu: “Porque eu sou uma árvore grande e forte, tu és uma plantinha que eu estou regando pra crescer”. Diante da questão urgente da sobrevivência, minha avó nunca estudou, só tendo aprendido a ler aos 65 anos por desejar ler a Bíblia. Minha avó era católica fervorosa. Alguns anos depois, já tornada leitora voraz, lembro-me de uma das conversas mais marcantes na minha história com ela: minha avó acabara de ler *A vida secreta de Jesus Cristo* e me contava que o livro questionava criticamente algumas verdades bíblicas. Não me contava como quem abomina, mas como quem tem nos olhos a chama do desejo do conhecimento. Minha avó ensinou-me em tenra idade que é desejável – e possível – manter uma postura crítica e questionadora acerca das nossas crenças e convicções mais apaixonadas. Minha crítica à maternidade, à psicanálise e à psicologia nasce do desejo de questionar minhas próprias paixões.

Sempre me intrigou o fato de repetirmos determinados enunciados e comportamentos sem questionarmos as origens e os efeitos disso, pois os naturalizamos, perdendo o encadeamento conectivo entre um elo e outro, deixando de questioná-los porque “é o que é” e “é assim que as coisas são”. Meu pai conta uma parábola de

autoria desconhecida que exemplifica bastante concretamente minha curiosidade pela construção histórica das verdades inquestionáveis...

Conta a parábola que toda vez que a mãe fritava um peixe para servir à família, ela cortava a cauda do filé antes de colocá-lo na frigideira. Com o passar do tempo, o filho achou intrigante que a mãe sempre cortasse uma parte do peixe que lhe parecia perfeitamente comestível e resolveu perguntar-lhe: “Mãe, por que cortas todo este pedaço da cauda do peixe?”, ao que ela responde: “Porque essa é uma receita que está em minha família há gerações! E foi assim que minha mãe ensinou-me”. O menino, que era bastante curioso, não se deu por satisfeito, guardou a pergunta no fundo da cabeça até que pudesse perguntar a avó, que saberia então o motivo de tal peripécia culinária.

No próximo almoço de domingo na casa da avó, quando ela serviu a iguaria, retirou a pergunta da cachola: “Avó, por que ensinaste à mãe e também cortas todo este pedaço da cauda do peixe que nos serve?”, e a avó não titubeou a responder: “Esta é a tradição! Ensinei à sua mãe porque essa receita me foi ensinada por minha própria mãe: corta-se a cauda do peixe antes de fritá-lo, é assim que é”.

– Não é possível que é por que é – pensou o menino –, deve haver uma melhor explicação!

Por sorte, a família do menino era longeva o suficiente para que ele pudesse então perguntar à bisavó, no jantar de Natal, qual era o segredo daquela receita tão estimada: “Bisavó, afinal qual a razão de cortar-se a cauda do peixe antes de fritá-lo?”, e a bisavó franzindo os olhos respondeu: “Tua mãe não sei por que o faz, eu o fazia porque minha frigideira era demasiado pequena para caber o peixe inteiro!”.

Surpreendentemente inúmeras vezes retiramos a cauda do peixe antes de fritá-lo mesmo tendo uma frigideira grande o suficiente para fritá-lo inteiro porque naturalizamos o procedimento sem questioná-lo. É assim que as coisas são. Aproximando a parábola da clínica, vejo comumente mulheres-mães repetirem expressões como: “Mãe tem um dom natural”, “Só a mãe sabe”, “Pai não é mãe”. Colorimos uma expressão em tons pastel, colocamos quem sabe um laço de fita, enfeitamos e dizemos “Só mãe sabe, ela tem um dom natural”, sem perceber que essa mesma frase que tanto nos orgulha, é a mesma que nos sobrecarrega: individualiza e responsabiliza a mãe pela total exclusividade dos cuidados da criança; porém, perdemos a cadeia discursiva.

Já no curso desta escrita, li pela primeira vez o livro *Discurso e mudança social*, de Norman Fairclough (2016). O autor refere que

... o discurso da “ciência médica” é atualmente o dominante na prática de assistência médica.... Nesse sentido, os discursos são manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas, tais como imagens visuais.... Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as “constituem”; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a “doença mental”, a “cidadania” ou o “letramento”) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso. Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. (p.22)

O autor centra a formulação da análise na dimensão da prática social, nos conceitos de ideologia e hegemonia, explicando que os utiliza no sentido de um modo de dominação baseado em alianças, incorporação de grupos subordinados e geração de consentimento. Diferencia a abordagem não crítica da análise de discurso da crítica, porque esta mostra como o discurso é moldado por relações de poder e seus efeitos constitutivos de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença, que não são aparentes para os participantes do discurso.

Nesse sentido, trazemos novamente a expressão “Só mãe sabe, ela tem um dom natural” para exemplificar de que forma um discurso incorpora um grupo subordinado (mulheres) gerando consentimento. Não é aparente para os participantes do discurso que tal crença é parte da subordinação da mulher ao trabalho reprodutivo não remunerado: ele é vendido como um reconhecimento pelo trabalho insubstituível da mãe, desaguando na opressão feminina.

Da mesma forma, acreditamos que, dentro dos estudos psicanalíticos, perdemos de vista a origem da conceituação da mãe perigosa. Nos Seminários 4 e 5, ao comentar o caso Hans, Lacan aponta explicitamente para as bases lógicas que utiliza para a construção de sua teorização: a mãe é um crocodilo insaciável sempre pronto a engolir a criança, que somente pode ser salva pela interdição paterna. Embora posteriormente desloque-se para se referir às funções materna e paterna, é ainda no Seminário 17 que esclarece que:

... O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso.

Então, tentei explicar que havia algo de tranquilizador. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando, devo dizer. Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência,

no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha. (Lacan, 1969-1970/1992, p. 105)

Lacan faz a ressalva de que fala metaforicamente e que a dureza de sua explanação se deveu à necessidade de ser compreendido por seus interlocutores. No entanto, explicitamente, parece engrossar o caldo da opressão feminina em uma teorização que se baseia no assujeitamento da mãe, com especial destaque ao valor que a mãe dá à palavra do pai:

Lembrem-se do Pequeno Hans no ano passado. O pai é tudo o que há de mais agradável, é tudo o que há de mais presente, é tudo o que há de mais inteligente, é tudo o que há de mais amistoso para Hans, não parece ser nem um pouco imbecil e leva o Pequeno Hans a Freud – o que, afinal, na época, era dar mostras de um espírito esclarecido; mas, com tudo isso, ele é totalmente inoperante, na medida em que aquilo que diz é precisamente sem efeito – junto à mãe, quero dizer. Isso fica perfeitamente claro, sejam quais forem as relações entre os dois personagens parentais.

A mãe, observem, em relação ao Pequeno Hans, acha-se numa posição ambígua. É proibidora, desempenha o papel castrador que poderíamos ver atribuído ao pai no plano real, diz-lhe: Não mexa aí, isso é nojento – o que não a impede, no plano prático, de deixar o filho entrar em sua intimidade, e não apenas de lhe permitir que exerça a função de seu objeto imaginário, mas de encorajá-lo a isso. Ele, com efeito, presta-lhe os melhores serviços, encama perfeitamente o falo para ela, e assim se vê mantido na posição de assujeito. Ele é assujeitado, e essa é toda a fonte de sua angústia e sua fobia. Existe um problema, na medida em que a posição do pai é posta em dúvida pelo fato de não ser sua palavra que serve de lei para a mãe. (Lacan, 1957-1958/1999, p. 199)

A chave da relação edípica: “O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai.” (p. 199); “... o pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte da lei, e isso já não é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei.” (p. 200); “O pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei.” (p. 203).

Entende-se, no contexto da obra, que falava-se metaforicamente. No entanto, a metáfora apoia-se em frases explícitas como “a chave da relação edípica está na palavra do pai”, “pai como suporte da lei, que se afirma em sua presença privadora”, “a mãe deve sancioná-lo no lugar da lei”, que acabam servindo ao propósito da geração de equívocos que mantém-se na psicanálise lacaniana ao longo das décadas. O que é dito reforça a hegemonia discursiva e a manutenção do poder.

Desde o final do século XIX houve na sociedade norte-americana a implementação de uma maternidade científica que apontava para a necessidade de

superar as práticas primitivas baseadas no instinto e treinar as mulheres para a maternidade, exigindo o deslocamento da mulher de um âmbito estritamente doméstico para outro científico e racional, que tornava a maternidade profissão feminina objeto de formação técnica específica. Assim, atualizava-se a função maternal em substância, sem deixar de considerá-la inerente à natureza feminina (Freire, 2006). A psicologia, segundo Zanello (2016), também contribuiu para a construção do conceito de maternidade por meio da higienização e do controle de afetos, prescrevendo o que seria uma boa mãe e os efeitos nefastos de uma mãe má, enfatizando a preocupação com a criança e os efeitos da maternidade em sua constituição, apontando a mãe como o fator principal na formação da criança e patologizando a infelicidade e a insatisfação no exercício da maternidade (Zanello, 2016). Quando fechamos o cerco contra a mãe, não o fazemos de um lugar qualquer, mas a partir de um lugar de especialistas, de quem sabe cientificamente como uma mãe deveria se comportar.

Nos Seminários 4 e 5, ao teorizar acerca do caso Hans, Lacan explicita a ideia da mãe perigosa, normalizando a perseguição à mãe nos casos clínicos de crianças, que permanece em maior ou menor grau até os dias de hoje. Colette Audry, ao prefaciá-lo Mannoni (1985), refere que a mãe luta pelo filho diagnosticado “débil” como pela própria existência, pensando-se ser o milagre do amor materno:

Mas, de repente, interrompe uma psicoterapia bem encaminhada, enterra-se na doença quando o espírito do filho ressuscita, lança-se ao suicídio nas vésperas da cura. Então, não estava ela disposta a salvar o filho a qualquer preço?

Certamente não a qualquer preço. Porque era, na verdade, pela sua própria existência que ela lutava; não há aqui metáfora – ou então, a própria vida é uma metáfora. Descobre-se que a existência da mãe englobava também a debilidade do filho; que a doença do filho servia para proteger a mãe contra a sua angústia profunda. Lutando pelo filho – para curá-lo sem o curar – era antes por si mesma que lutava, com risco de acabar por lutar também contra ele, em nome dessa parte doente dele que é ela, e cujo desaparecimento ela não poderia suportar. (p. 11)

No livro, Mannoni refere que a mãe da criança com “debilidade” é ceifadora e que esclarecer o sentido da relação materna ocasiona o risco da interrupção do tratamento ao criar na mãe uma angústia insuportável. Diz, ainda, que a mãe do “débil de estrutura psicótica” apresentaria semelhanças com as mães dos esquizofrênicos, “as quais já aprendemos a conhecer” (p. 34). E ressalta que “qualquer estudo da criança débil ficará incompleto enquanto o sentido da debilidade não for procurado primeiro na mãe” (p. 44).

A culpabilização materna pela adoecimento mental infantil é extensa, dentre as quais nomeamos a mãe esquizofrenizante, a mãe psicotizante, a mãe engolfante, a mãe geladeira e a mãe fria. Marcantonio (2005) inclui no rol a recente mãe leucemizante: discorrendo sobre o caso clínico de uma criança com leucemia, conclui que os fatos apontam para a mesma direção da culpabilização materna, qual seja, a dificuldade de separação e corte na relação mãe e filho, que parecem estar ligados fusionalmente e da qual decorre a somatose, como “proposta por Lacan nos Seminários livro 2 e livro 11” (p. 256).

Porchat e Fejgelman (2014) referenciam que para Butler existem situações que demandam a afirmação de uma identidade feminista na luta contra a discriminação econômica de mulheres, pelo fim da desigualdade ou hierarquia de gênero, da violência de gênero e das concepções profundamente arraigadas acerca das fraquezas das mulheres ou capacidade das mulheres na esfera pública. Para as autoras:

Se o raciocínio de Butler é correto, acreditamos que o meio psicanalítico é um espaço que demanda uma identidade feminista. Ora, isso ocorre menos pela desigualdade na hierarquia entre os gêneros no interior de instituições psicanalíticas, ou por algum tipo de discriminação econômica nos honorários de psicanalistas, mas por aquilo que as teorias de Freud e Lacan ainda geram de interpretações que permitem a manutenção de posturas e atitudes discriminatórias em relação às mulheres. (p. 2)

Ao reproduzirmos concepções profundamente arraigadas acerca das mães perigosas, perpetuamos violências de gênero e engrossamos, na posição de especialistas, o caldo de um discurso estruturalmente machista e misógino. Marta D’Agord (2009) ensina que, para Lacan, falar é fazer falar o Outro como tesouro dos significantes, dado que a linguagem é o lugar do Outro. Tendo em vista que o sujeito constitui-se a partir do Outro que carrega o discurso social (Silva; Garcia, 2011), o sujeito-mãe constitui-se dentro da linguagem mediante o discurso produzido na atualidade, inclusive pela psicologia.

Edson Sousa (2018, p. 214) diz que a utopia tem “a função crítica de desmontar as lógicas de vida que se instauram nos sujeitos como universais e naturais”, e em sua ausência giramos em círculos, em automatismos de repetição. Para ele,

... ocupar minimamente uma posição de autoria no pensamento implica necessariamente recusar o consumo de pensamentos de prateleira. Aqui nos aproximamos da radicalidade da experiência psicanalítica, que tenta fazer furo nestes espaços totalitários de discurso, abrindo para o sujeito a chance de uma narrativa por vir, de um mundo por vir, como enuncia Eduardo Viveiros de Castro. Não há esperança

possível se não desligarmos a máquina de tortura de Kafka descrita em seu texto Colônia Penal, cujo funcionamento ruidoso impede que se escute qualquer palavra. Mas como desligar a máquina? Como desmontar a máquina? Como explodir a máquina? Como olhar para o interior da máquina para entender minimamente seu funcionamento? (Sousa, 2018, p. 214)

O discurso hegemônico patriarcal e estruturalmente machista presente na psicanálise – e na cultura como um todo – evidentemente sempre encontrou oposições desde sua concepção histórica, como nas proposições de Karen Horney. Essas vozes, no entanto, sofreram apagamento, empoçadas, como no poema “Rios sem discurso” de João Cabral de Melo Neto (1999, p.p. 350-351):

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate

Atualmente, afluem mais vozes que possibilitem refazer o fio desse discurso? Ou continuamos a engrossar o fio do discurso da mãe perigosa nos casos clínicos de crianças? Podemos vislumbrar fios de água em discursos que problematizam as relações assimétricas de poder interiorizadas em nossas teorias acerca da constituição do sujeito psíquico e na função materna? O volume dessas águas tem feito frente ao discurso-rio hegemônico? Na tentativa de delimitar quais discursos são sustentados pela atualidade, deslocamo-nos das origens históricas para a produção psicanalítica atual.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender a produção da “Instituição Mãe” e o papel da psicanálise na manutenção da culpabilização materna, visando entender o seu impacto na subjetivação do sujeito mãe.

Objetivos específicos

- Coletar dados de artigos sobre atuação da psicanálise na produção de conhecimento acerca da maternidade no período entre 2012 e 2022.
- Discutir a relação da psicanálise com a produção de discursos sobre a maternidade.

METODOLOGIA

A psicanálise, entendida a partir de uma perspectiva histórico-cultural, produziu conhecimento com base no machismo estrutural e na opressão das mulheres. Repetir tais preceitos de forma acrítica impossibilita-nos de realizar uma leitura eficientemente contextualizada diante das transformações sociais. A manutenção das leituras tradicionais acerca da constituição do sujeito, que identificam a mulher-mãe como sujeito faltoso e potencialmente perigoso e o homem como o representante da lei e da cultura, configura não somente um entrave interpretativo das relações sociais da atualidade, como uma ferramenta de manutenção da opressão feminina. Ainda que qualquer leitura pretensamente crítica esbarre no machismo estrutural que permeia e constitui todo e qualquer pesquisador, é necessário dar a ver as engrenagens da máquina patriarcal por meio de pequenos deslocamentos disruptivos da lógica de dominação.

Birman (2019), ao discorrer sobre o mal-estar na psicanálise na atualidade, afirma que existem alguns impasses e obstáculos que se colocam em nosso horizonte histórico, concluindo que a manutenção de determinadas concepções psicanalíticas opera como obstáculo para a escuta das novas formas de subjetividade e que os pontos cegos das tendências teóricas de concepção da clínica em psicanálise a tornam inoperante no atual contexto histórico. Birman aponta, ainda, um fundamentalismo que acomete a comunidade psicanalítica como um todo, engendrado pela perda de poder crítico, e aponta a necessidade de um esforço teórico que torne possível sua inserção diante das novas formas de subjetivação.

O autor afirma que o discurso freudiano que enuncia a subjetividade no campo da civilização é, na verdade, sobre a condição do sujeito na modernidade e que é necessário considerar tal questão a fim de entendê-la a partir de sua relatividade histórica, retirando-a do “ingênuo estatuto de totalizações inconsistentes e abstratas” (Birman, 2019, p. 133). Nessa senda de entendimento, Triska (2020) afirma que o conceito de cultura em termos de ordem pensada por Freud revela antes a tradição moderna do que a essência constante da cultura e que considerá-la uma condição humana através do tempo e da geografia – e não oriunda de seu contexto histórico – faz parte da herança iluminista que concebe a cultura a partir de uma abordagem científica da natureza com base em leis universais.

Partindo de tal premissa, o autor sugere que talvez a compreensão da modernidade a partir do complexo de Édipo tenha se tornado difícil e que a manutenção do Pai (como o pai-centrismo explicativo da racionalidade) poderia configurar um obstáculo epistemológico para a leitura da contemporaneidade. A construção do conceito de mãe potencialmente danosa também nos parece configurar um obstáculo epistemológico para compreensão da atualidade, bem como produz sofrimento perceptível nas mulheres mães que nos chegam à clínica, sendo necessário tatear novo arsenal psicanalítico de escuta do sujeito, não na tentativa de suplantando o machismo estrutural, mas de evidenciá-lo.

Para Bachelard (1938/2005), as ideias utilizadas com frequência ganham uma clareza intrínseca abusiva e se valorizam indevidamente, opondo-se à circulação de valores, carregando-se de um concreto psicológico pesado demais que restringe seu vetor de abstração. A cultura científica deve, assim, iniciar-se por uma catarse intelectual e afetiva, colocando-a em uma mobilização permanente que substitua o saber estático e fechado por outro dinâmico e aberto, tendo em vista que hábitos intelectuais úteis podem, com o tempo, entravar a pesquisa, configurando um obstáculo epistemológico incrustado no saber não questionado. Segundo Bachelard (1938/2005, p. 303):

De toda a mecânica de Newton, as pessoas retêm que ela é o estudo da atração, ao passo que, para o próprio Newton, a atração é uma metáfora e não um fato. Não percebem que a mecânica newtoniana assimila apodicticamente a parábola do movimento dos projéteis na terra e a elipse das órbitas planetárias, graças a um conjunto de argumentos. É preciso, pois, evitar o desgaste das verdades racionais que têm tendência a perder a apodicticidade e a tornar-se hábitos intelectuais.

Bachelard conclui, assim, que o pesquisador deve renunciar à sua própria intelectualidade, pois, sem o abandono das imagens preferidas, a pesquisa perde sua fecundidade e o vetor da descoberta, devendo-se pensar o antigo em função do novo, reconhecendo-se o passado como passado intelectual e afetivo. Nesse sentido, talvez a imagem preferida que devemos abandonar seja a divisão sexual da teoria psicanalítica e sua conseqüente genitalização. Ainda que pensemos atualmente as categorias de pai/mãe enquanto funções, não o fazemos deslocados da denominação paterna/materna – instituições eivadas de representações imaginárias que assujeitam.

Beividas (1999) acredita que a psicanálise dos discípulos de Freud e Lacan entronizou os homens no lugar da verdade, tornando-se submissa ao argumento de

autoridade, sob o regime do *dixit*, excessivamente transferencial: “a coisa toda é isso porque assim o disse Freud, ou é aquilo porque assim o corrigiu o *dixit* de Lacan” (n. p). O autor acredita que o excesso de transferência engendra graves impasses nas estratégias metodológicas de novas descobertas sobre a própria coisa, tendo em vista não ser possível contestar os ditos e pressupostos freudolacanianos, e eis que a citação de Freud ou Lacan funciona como veredicto.

Beividas (1999) conclui que uma das consequências da submissão pânica aos mestres oraculares é tornar a psicanálise voltada para dentro, impermeável a qualquer intromissão conceitual de outros saberes, erigindo barreiras intransponíveis, empurrando os conceitos para a região do insondável, colocando as formulações freudianas como esotéricas e obscurantistas, pois tudo é sempre outra coisa, protegendo sua discursividade das afluências ameaçadoras vindas do exterior, configurando um impasse teórico que se choca com resistências bastante solidificadas no contexto da psicanálise.

Elia (1999), por outro lado, ao dialogar com as formulações de Beividas, contrapõe a ideia de excesso de transferência, acreditando tratar-se de um assujeitamento imaginário por uma modalidade de transferência frequente na transmissão da psicanálise, que se traduz pela alienação aos ditos do Outro e a identificação fascinada que repercute repetição e mera reprodução dos ditos dos mestres oraculares.

A sacralização das bases teóricas psicanalíticas, parece-nos configurar a origem do distanciamento da psicanálise diante das transformações sociais da atualidade. Assim, propomos a *profanação* da teoria e sua retirada do pedestal de adoração dogmática perante o qual não é possível estabelecer qualquer diálogo crítico. Segundo Agamben (2007), sagradas são as coisas que pertencem aos deuses e, portanto, subtraídas ao uso dos homens, tornando-se indisponíveis e reservadas exclusivamente aos deuses celestes. Profanar, assim, significa restituir ao uso e à propriedade dos homens, desvinculando-as de sua destinação aos deuses. A religião subtrai coisas e pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada, de sorte que toda a separação conserva em si um núcleo genuinamente religioso. Para o autor, religião não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos. É nesse sentido de separação e religiosidade que entendemos a proposição de Beividas (1999), de que a psicanálise retroalimentada, que não questiona aos seus Mestres, torna-se impermeável aos demais saberes – separa-se religiosamente. Propomos, assim,

a profanação, a abertura para as afluências ameaçadoras que se configuram socialmente nas transformações do laço social.

Profanar é abrir a possibilidade à negligência: ignorar a separação, ou ainda, fazer dela um uso particular. Após a profanação, o que antes estava indisponível e separado acaba restituído ao uso, desativando os dispositivos do poder e devolvendo ao uso comum aquilo que se confiscou. Somente pela profanação pode-se devolver aos homens o que havia sido consagrado aos deuses (Agamben, 2007). Retifico, no entanto, o paradigma do homem universal, para que possamos profanar para devolver às mulheres aquilo que se confiscou, restituir a voz e o discurso. Que possamos profanar a psicanálise por meio de uma leitura crítica acerca de seus pressupostos, retirar da posição dogmática suas chaves de leitura da atualidade, para que novas chaves possam advir, enfrentando a insuficiência teórica da reiteração de interpretações históricas datadas, em face das novas formas de subjetivação no laço social.

Especificamente em relação ao objeto de estudo, conjecturamos que a produção psicanalítica atual promove em algum grau a manutenção da culpabilização materna por meio da reiteração de pressupostos estruturalmente machistas que não só fundem a mulher-mãe no papel de cuidadora como perpetuam a noção de “mãe perigosa”. Observando-se a sobrecarga psicológica à que se expõem as mães na atualidade, propomo-nos a analisar a produção do saber materno e do enunciado “mãe” como ferramenta de apagamento da mulher-mãe e sua passagem de sujeito a não sujeito, de ser a ser-vil, que não vale em si mesmo, mas em relação ao outro (o filho), objetivando entender a construção desse discurso, como ele opera na relação mãe-bebê e possibilidade de furo na tentativa de “roubar a carta” (Lacan, 1998, p. 13). Para tanto, faz-se importante problematizar as construções da psicanálise que ditam um ideal de criação de filhos e que culpabilizam a mãe por não os seguir – ainda que esses discursos sejam por vezes contraditórios entre si e inalcançáveis. Tais preceitos desaguardam na escuta clínica, concretizados a partir de discursos de culpa materna pelas mazelas infantis ou pela evitação da maternidade a fim de não traumatizar o filho, evidenciando em ambas as discursividades a potência da construção do saber psi acerca da mãe perigosa que adoecer/traumatiza os filhos no assujeitamento das mães. É necessário e urgente que evidenciemos tais linhas discursivas para que isso possibilite uma clínica que propicie a efetiva escuta do sujeito e o pensamento crítico perante discursos totalitários que reduzem a mulher-mãe à mera executora de prescrições.

Assim, realizamos uma pesquisa na base de artigos do portal de periódicos da

CAPES para acessar o que se tem produzido na atualidade sobre o tema. Por acreditarmos que é em relação à criança que a mulher-mãe é mais acirradamente culpabilizada e colocada no lugar de não sujeito, enxergada apenas como executora de cuidados, definimos os termos de pesquisa como: “psicanálise” e “caso clínico criança” no período entre 2012 e 2022, do qual retornaram nove artigos, após exclusão de artigos que não se relacionavam estritamente aos critérios de pesquisa.

A escolha dos termos deveu-se à hipótese, observada na clínica e na formação universitária, de que culturalmente atribuímos à figura da mãe as questões problemáticas da constituição do sujeito. Assim, delimitamos a produção de conhecimento em psicanálise na atualidade a partir dos casos clínicos de crianças, tendo vista conjecturarmos que é especialmente na relação com o filho que a psicanálise coloca a mulher na posição de ser-vil, que não tem valor em si mesma, mas em relação ao outro (o filho).

A análise foi realizada por meio do *software* de análise qualitativa NVivo, versão 1.5 e demonstrou que, nos nove artigos resultantes da pesquisa pelas palavras-chave “caso clínico de crianças” e “psicanálise” que compõem nosso banco de dados, a palavra “mãe” é a mais frequente, sendo utilizada 249 vezes (Anexo 1 – Nuvem de palavras mais frequentes). Segundo Alves et al. (2015):

De acordo com a QSR internacional (2015), mais de um milhão de pessoas em 150 países usam o programa, ou seja, é utilizado em praticamente todas as áreas, dentro e fora das universidades. O NVivo é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. (p. 125)

A análise propõe-se a delimitar a atual produção de conhecimento acerca da figura da mãe, objetivando uma posterior discussão teórica do que se está produzindo em termos de conhecimento “*especialista*” sobre o assunto. Fairclough (2016) afirma que os discursos são moldados por relações de poder e ideologia, tendo efeitos construtivos sobre as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, não sendo normalmente aparentes para os participantes do discurso. Pereira et al. (2020) entendem que questões sociais engendram a produção de linguagem sobre os grupos oprimidos, que são reforçados e legitimados pelo discurso dos grupos hegemônicos que naturalizam as relações de opressão por meio da linguagem. Para desconstruir relações assimétricas de poder, é necessário problematizar o fazer científico desenvolvendo uma resistência crítica que propicie uma abertura de pensamento.

Assim, importa que se desvelem os mecanismos presentes no discurso que promovem a manutenção de ideologias dominantes, para que aqueles que produzem o discurso tornem-se mais conscientes da própria prática, ainda que não tenham consciência absoluta da interpelação que sofrem (Júnior et al., 2020). É nesse sentido que iniciamos esta pesquisa, no reconhecimento de que a psicanálise não inventou o machismo, o patriarcado e a perseguição às mulheres; porém, ao não adotar uma postura crítica e questionadora das práticas discursivas hegemônicas que perpetuam relações assimétricas de poder, acaba por reproduzi-las, aprofundando-as, e eis que lhe é socialmente atribuída a posição de área especializada. Assim, esta pesquisa tem a intenção de visibilizar e problematizar esses sistemas de conhecimento e crença como resultado das relações assimétricas de poder que, constituindo a nós mesmos, deixam de ser visíveis, inclusive para os pesquisadores em psicanálise – incluindo esta pesquisadora.

Pesquisar *a psicanálise com a psicanálise* significa não olvidar que esta pesquisadora é o primeiro sujeito da pesquisa que aqui se empreende, dando notícias da investigação a uma alteridade com quem também me transferencio (Dal Forno & Macedo, 2021). O que me é possível escutar, o que interpreto a partir das leituras, diz sobre minha transferência com os autores e coloca meu próprio inconsciente como condição de pesquisa, que sustenta a ética psicanalítica. Há, aqui, uma pesquisadora não neutra com seus desejos e histórias que atravessam e possibilitam a escuta.

DO RECORTE AMOSTRAL

Pode-se muita coisa, só não se pode tudo, ou “Do desmonte narcísico”

Esta pesquisa iniciou-se com um desejo intenso desta pesquisadora em realizar algo que de fato fosse relevante acerca de um tema que me é muito caro: a maternidade. Aquele brilho nos olhos que é permitido apenas aos apaixonados me acompanhou por algum tempo enquanto falava motivadamente sobre o objeto de pesquisa: analisar o discurso por trás de tudo o que se produziu de conhecimento sobre a maternidade, como o sujeito invisível na constituição do sujeito psíquico filho.

A metodologia era bastante simples: buscaria um banco de dados, inseriria as chaves de busca “caso clínico”, “criança”, e “psicanálise”, e toda a produção de conhecimento dos últimos 10 anos se descortinaria à minha frente para análise. Parece-me bastante evidente, a este ponto da pesquisa, que o brilho nos olhos dos apaixonados não se devia a outra coisa que não à ingenuidade. Toda pesquisa é um recorte amostral; reconhecer isso, de início, teria me poupado alguma angústia de lidar com as óbvias limitações desta pesquisa.

Diariamente, novos artigos são produzidos e lançados no portal de periódicos da Capes – estratégia de governo que possibilita o acesso gratuito a 37 bancos de dados de produção científica (na data desta pesquisa). A amostra deste estudo é a resposta às palavras-chave “caso clínico”, “criança” e “psicanálise”, com filtro para os resultados em psicologia, pesquisadas na data de 19 de julho de 2022: 222 artigos retornaram da pesquisa entre os anos de 2012 e 2022. É algo como uma fotografia da produção de conhecimento, não como o filme todo, a totalidade.

Outra limitação deste estudo é justamente as palavras-chave. Quando limito a busca a algumas palavras, deixo de fora todo um outro universo que poderia significar exatamente o que busco, mas que utilizou-se de outras palavras. Por exemplo, o artigo que utilizou-se da expressão “estudo de caso” ao invés de “caso clínico” não estará aqui contemplado, tampouco aquele que utilizou-se da palavra infante, ao invés de criança. Esta pesquisa, assim, analisará a esta pequena amostra.

Um segundo aprendizado acerca das limitações desta pesquisa é acerca dos resultados das chaves de busca. O que resulta da busca é sempre um minério a ser

dilapidado até encontrar-se o verdadeiro campo de pesquisa; nesse primeiro resultado, um grande número de artigos foi excluído em razão de não se tratarem de casos clínicos de criança em psicanálise.

Critérios de inclusão: a) artigos redigidos em português; b) artigos que abordassem casos clínicos de criança (aqui considerada a idade cronológica de até 12 anos) em psicanálise; c) artigos publicados entre 2012 e 2022.

Critérios de exclusão: a) artigos duplicados; b) resultados apresentados no formato de tese, dissertação, resenha, livro; c) artigos não embasados na abordagem psicanalítica; d) artigos que não tratassem de casos clínicos de criança; e) artigos redigidos em outras línguas que não o português.

Foi o programa Zotero para realizar o *download* dos arquivos disponíveis. Ele encontrou 112 artigos, aos demais o *download* foi feito manualmente. No banco de dados, alguns artigos estão duplicados, assim, foram excluídas as duplicações, bem como livros, teses e dissertações, tendo em vista o objetivo de pesquisar apenas artigos produzidos nos últimos 10 anos.

Restaram nove artigos que se referiam a casos clínicos de crianças em psicanálises, publicados no período entre 2012 e 2022. Quais sejam:

Tabela 1 – Caracterização dos artigos

Autor	Título	Ano
Melo, H. L. A.; Andrade, F. C. B.; Lima, H. M. C.	Superando o falicismo: sofrimento materno na psicanálise de crianças	2012
Couto, O. H. C.	A pequena Sylvia: quando o corpo enlouquece	2013
Cazanatto, E.; Martta, M. K.; Bisol, C. A.	A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços	2016
Scariot, I.; Froemming, L. S.	O brincar e a linguagem: uma interface necessária à clínica psicanalítica	2016
Saboia, C.	Percalços no processo de subjetivação do bebê: sinais de risco de autismo ou depressão do bebê?	2019
França, R. M. P.; Passos, M. C.	Ensaio sobre o método clínico na psicanálise com crianças	2019
Almeida, M. L.; Neves, A. S.	A escuta psicanalítica da família frente ao diagnóstico de autismo da criança	2020
Espíndola, V. B.; Carvalho, I. S.	O ato de nomear o bebê internado em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal: uma aposta no advento do sujeito?	2020
Viana, B. A.; Furtado, L. A. R.; Vieira, C. A. L.	Invenção e estabilização: uma experiência com crianças autistas em dispositivos de Saúde Mental	2020

Para melhor situar o leitor acerca dos artigos, procederemos a uma breve delimitação de cada um deles.

Melo, Andrade e Lima (2012) realizam um relato de experiência do caso clínico de Pedro, criança psicótica, interpretando o sofrimento materno e suas implicações no tratamento da criança à luz da psicanálise, partindo da premissa de que o sofrimento parental interfere negativamente quando induz à repetição fantasmática de trauma não elaborado. Os autores relatam que em meados dos anos 1990 foram procurados pela mãe de Pedro para acompanhamento analítico e, devido à exigência de um número maior de sessões que o caso demandava, encaminharam-no para uma colega, Iva. Ao supervisionarem o caso, perceberam que Iva insistia em uma interpretação estruturalista da psicose, buscando no caso a mãe fálica e o pai frágil que não ocupava seu lugar.

Para os autores, no caso clínico, o falicismo materno e a forclusão da função paterna não estavam presentes, instalando-se um diálogo de surdos entre a mãe e Iva, que não estava “livre para ouvir o que havia para além do modelo teórico restritivamente adotado” (p. 542). Interpretam, por outro lado, que ao paciente foi atribuído pela mãe o lugar de substituto do objeto odiado em seu trauma na infância, revivido fantasmaticamente na análise do filho.

Couto (2013) analisa o caso clínico de Sylvia, uma criança de 9 anos portadora de câncer, entrelaçando fragmentos do caso com a teoria psicanalítica. A menina, vinda de uma capital do Nordeste, foi encaminhada pelo médico da família para um hospital de Belo Horizonte para que fosse diagnosticada e tratada. Diante do pânico da criança com os procedimentos médicos e seu quadro emocional, a oncologista pediátrica a encaminha para atendimento psicanalítico com a autora, que passa a acompanhá-la e entende que a mãe, Eunice, não conseguia ver a filha como outro ser, e a criança, percebendo-se distinta dessa totalidade materna, confiava na analista como terceiro que lhe garante a possibilidade de diferenciar-se.

A autora questiona-se se o corpo de Sylvia enlouquecera como uma defesa à ameaça mortífera da onipotência materna, construindo um delírio fisiológico que a protegesse do Outro invasivo, e se a morte física tornara-se um preço razoável a se pagar diante do sofrimento psíquico tão devastador de não poder ser sujeito do seu desejo; questiona-se, ainda, como o analista poderia barrar este Outro não barrado. Por fim, conclui que o ato analítico pode despertar o desejo do sujeito, tendo efeito sobre o corpo da criança, que fortaleceu sua condição psíquica e sua disposição de lutar pela vida, liberando-se do tratamento quimioterápico e voltando para sua cidade natal.

Cazanatto, Martta e Bisol (2016) abordam a presença da psicanálise em locais diferentes do *setting* tradicional, especificamente na instituição pública de contraturno escolar em que realizam a escuta de crianças e adolescentes. Levantam a hipótese de que a construção de espaços físicos nos quais as crianças exercem sua criatividade, estudam, brincam, jogam e interagem com os pares e os profissionais possibilita também a construção de espaços psíquicos para os sujeitos, em que as repetições podem ser trabalhadas, pensando no determinismo da cadeia de significantes na intersubjetividade dos protagonistas, visto que o sujeito do inconsciente situa-se no automatismo de repetição.

O artigo trata, assim, de fragmentos de dois casos clínicos, Rogério e Isaura. Em um deles, a instituição não conseguiu romper com o determinismo da cadeia de significantes e desligou o menino, repetindo a trama por ele já conhecida: agredir ao mesmo tempo em que é agredido pelas instituições. No outro caso, a instituição provoca um movimento, realizando uma contenção afetiva, permitindo à menina representar-se de outras formas entre os cuidadores e estabelecendo relação de afeto, cuidado e espaço para ser criança, esvaziando a ideia de uma criança agressiva, forte, independente e distante.

Scariot e Froemming (2016) enfocam o brincar e a linguagem no atendimento clínico de crianças e na constituição psíquica do sujeito, que entendem essenciais na construção de significantes na infância. As autoras referem que a constituição psíquica é a dimensão do desenvolvimento responsável pela instalação da subjetividade que apoia os laços de afeto e desejo dirigido aos outros, instalando-se, no bebê, no contato com as pessoas que dele se ocupam. Destacam que a mãe antecipa em seu bebê uma existência subjetiva que ainda não está lá, mas que pode instalar-se justamente porque é suposta: a suposição de um sujeito permite transformar as manifestações do bebê em pedidos, estabelecendo uma demanda entre a dupla.

Tal momento, segundo as autoras, é decisivo na constituição do psiquismo do bebê, só podendo ocorrer a partir da interpretação das ações do bebê dentro do contexto do laço mãe-bebê. No caso clínico de Willian, que chega com a queixa de que não fala, percebe-se que é esta comunicação dual, por meio da voz e do olhar, que por vezes ocorre nos atendimentos. As autoras entendem que a linguagem humana diferencia-se das demais espécies por ser simbólica e gramatical, possuindo um papel constitutivo, pois é o desejo da mãe pelo filho que lhe permite constituir-se como sujeito desejante. A palavra dada ao bebê vem da mãe, que significa suas ações ao mamar e sugar.

As autoras trazem também recortes do atendimento de David, que inicia o atendimento com uma fala pobre, não sendo entendido verbalmente por ninguém. Atendendo-o, concluem que fazem o papel do Outro, que ressignifica seu dizer, estruturando-o simbolicamente, e refletem que o escrito parte de leituras e da prática clínica sobre a relação mãe-bebê, entendendo que essa relação dual é primordial para o desenvolvimento infantil, suspeitando que essa inscrição de palavras deu-se de maneira tardia nos casos acompanhados.

Saboia (2019) discorre sobre os percalços no processo de subjetivação do bebê e as nuances sintomatológicas entre os sinais de risco de autismo e depressão no bebê, caracterizando que ambos se tratam de um desencontro no arranjo pulsional do laço mãe-bebê. A prevenção, assim, não consistiria em antecipar o aparecimento do sintoma, que é constitutivo do sujeito, nem aniquilá-lo, mas proporcionaria escuta ao apelo do *infans*, proporcionando palavras para dizer o que não pode ainda ser dito. Partindo da premissa de que o bebê, nos primeiros meses de vida, ainda não estabeleceu completamente suas relações objetais, a autora entende ser necessário que o bebê experiencie um encontro com uma mãe suficientemente boa, que introduz os objetos à medida que o bebê os alucina. A depressão no bebê poderia ser, assim, pensada a partir das falhas nos encontros iniciais com o objeto materno.

O retraimento do bebê, nesse contexto, seria ocasionado por um desarranjo pulsional da relação mãe-bebê, havendo uma distinção entre o retraimento autístico e o depressivo, pois aquele daria-se a partir da incapacidade do bebê de aceder ao terceiro tempo pulsional, colocando-se como objeto de gozo materno na medida em que se reconhece autor das sensações de prazer suscitadas na mãe, experienciando um prazer compartilhado por meio das trocas interativas. O trabalho clínico do analista no caso do retraimento autístico, então, direciona-se no sentido de criar condições para que o bebê ganhe uma injeção pulsional que lhe permita engajar no interjogo pulsional com sua mãe, ao passo que nos casos de depressão a escuta dos fantasmas maternos tende a ter mais eficácia, e eis que as questões estariam mais associadas aos seus conflitos narcísicos e impasses na construção de sua função materna.

A autora acompanha dois bebês, Arthur e José, entendendo que no primeiro era perceptível sua recusa ativa ao convite de troca com um adulto, enquanto no segundo estabelecia-se uma relação rica e confiável com a analista, o que lhe permitiu constatar a existência de um modo mais prazeroso de experienciar suas vivências com um adulto, posteriormente vivenciando essa experiência com a mãe, na medida em que esta passou

a exercer seu papel de mãe suficientemente boa, oferecendo a José o *holding* necessário para seu desenvolvimento e maturação psíquica. A autora reforça, no entanto, que isso só foi possível à mãe após ela mesma ser sustentada pela analista, apontando na relevância de uma clínica do *holding* e destacando que os percalços na subjetivação de José não se restringiam ao estado depressivo da mãe, mas a todo o ambiente que não conseguia propiciar a continuidade dos cuidados maternos quando estes não podiam ser respondidos por sua mãe.

França e Passos (2019) discutem o método clínico com crianças na psicanálise a partir do brincar em Winnicott e do conceito da elasticidade da técnica em Ferenczi, entrelaçando com o caso clínico de Bruna. Os pais de Bruna procuraram a analista preocupados com a maneira introvertida e pouco argumentativa com que a menina lidava com suas dificuldades, descrevendo-a como tímida com estranhos e situações novas. Apesar da autora entender que nada na história familiar de Bruna parecia justificar tal comportamento, os sintomas apontavam a necessidade de um olhar sobre seu entorno. No decorrer da análise, Rosa, a mãe da criança, solicita vir no horário da sessão da filha para falar de suas preocupações. Percebendo a fragilidade da mãe, a analista começa a atender os pais com maior frequência.

Apesar de a analista entender não haver nenhum impedimento para que a mãe estivesse em atendimento em outro horário, que não o da filha, aceita sua demanda e considera a mudança no enquadramento da análise, que lançou um novo formato de trabalho com o par mãe-filha. Evocando o conceito de elasticidade da técnica psicanalítica, as autoras discorrem sobre a flexibilidade necessária ao trabalho analítico que permitia o atendimento da mãe no horário da criança, alternadamente, concluindo que para Rosa essa variação foi recebida como abertura para escuta de seu sofrimento com a filha, enquanto para Bruna apresentou-se como uma divisão do sintoma com a mãe.

Enquanto Rosa acessava as suas experiências infantis, Bruna recebia de sua mãe uma via de acesso para constituição de si. Para as autoras, o *setting* terapêutico elaborava a experiência de presença/ausência, aparecendo e desaparecendo enquanto oscilavam entre ser e não ser objeto de análise. Entendem que da mesma forma que na experiência transicional, na qual a criança usa o brinquedo até que perca seu sentido, a analista (mãe-objeto) e o *setting* (mãe-ambiente) puderam ser usados por Rosa e Bruna até que prescindissem deles. França e Paços (2019) acreditam que tal experiência aponta

na direção de o analista atender às necessidades de dependência de seu paciente, tal como uma mãe suficientemente boa.

Almeida e Neves (2020) investigam a escuta da família diante do diagnóstico de autismo de Ícaro, criança de 3 anos. As autoras apontam um caráter ambíguo desse diagnóstico para a família, que vivia em dificuldades financeiras: e, o diagnóstico garantia o benefício mensal de um salário mínimo em decorrência da Lei Orgânica de Assistência Social; se por um lado a mãe esboçava tristeza pelo diagnóstico de um transtorno psiquiátrico, por outro dizia sentir alívio pela solução de seus problemas com dinheiro. O diagnóstico funcionaria, assim, como arrimo que garantia o existir, trazendo alívio, proteção e continuidade da existência.

Para além das questões com o dinheiro, a escuta da família demonstrava um casal parental desvitalizado que outorgava aos filhos a responsabilidade da subsistência. As autoras concluem que Ícaro encontrou em seu nascimento vínculos esfacelados e um grupo familiar com dificuldade de se sustentar, não se tratando de imputar a responsabilidade pelo diagnóstico à família, mas de perceber que a escuta dos profissionais processava um distanciamento da singularidade do sofrimento de todo o grupo familiar, priorizando a objetividade dos critérios diagnósticos psiquiátricos, sem se deter no sofrimento dos sujeitos.

Espíndola e Carvalho (2020) relatam a experiência profissional do trabalho, orientado pela psicanálise, na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) com bebês e suas famílias, a partir do conceito de nome próprio. Segundo as autoras, Norma de Atenção Humanizada ao Recém-nascido de Baixo Peso orienta a necessidade de referência ao bebê pelo seu nome, o que na prática na UTIN se configurava em uma insistência por parte da equipe para que os pais nomeassem o bebê o mais rápido possível. Os psicólogos, no entanto, esforçavam-se para amenizar os efeitos dessa insistência, salientando os aspectos afetivos que permeiam a nomeação de um bebê.

As autoras trazem recortes do acompanhamento de Ellen Vitória, no qual entenderam que a aposta de sujeito nesses bebês, por parte dos familiares e da própria equipe, é fundamental para lhes garantir a vida. Salientam como o desejo do Outro opera, na transmissão de significantes, o caminho para sua constituição subjetiva e apontam que a escolha de um nome está sublinhada por questões que vão além de uma vontade consciente. A escolha do nome de Ellen Vitória enxertava uma mudança, com a adição do nome Vitória em razão de sua passagem pela UTIN, trazendo marcas das relações familiares e provocando outras.

Viana, Furtado e Vieira (2020) abordam o trabalho de invenção como forma de estabilização na clínica do autismo a partir da psicanálise, no projeto de extensão universitária *Água de Chocalho*, que se destina ao atendimento de crianças em grave sofrimento psíquico. O projeto visa possibilitar um suporte de inclusão para esses sujeitos num trabalho interdisciplinar que segue as diretrizes de políticas públicas do campo sem se distanciar dos princípios éticos, clínicos e teóricos da psicanálise, tendo como pressupostos fundamentais o político, o ético e o clínico, apostando na construção de uma solução singular pelos sujeitos de estrutura psicótica, restituindo ao sujeito seu próprio desejo, dando lugar ao seu saber e acolhendo as manifestações das crianças, dando-lhes liberdade na construção de recursos a partir de suas singularidades.

A partir dos casos clínicos de Lara, Luiza e Lia, os autores demonstram experiências em que a invenção de recursos singulares pelas crianças promoveram estabilização e amenização do sofrimento, forjando suas próprias soluções para barrar o invasivo gozo do Outro. Concluem que o projeto de extensão promove o reconhecimento das invenções das crianças em atendimento, observando que por meio dessas invenções são possíveis a estabilização, a ancoragem e a construção de laço social.

Por meio desses artigos, um recorte da produção intelectual atual em psicanálise nos últimos 10 anos, propomos uma leitura a partir da metodologia da profanação.

Da profanação dos dispositivos

Agamben (2007) recorre ao direito romano para construir sua ideia acerca do sagrado e do profano, dizendo que sagradas ou religiosas eram as coisas que pertenciam aos deuses e que, nesse sentido, se por um lado consagrar designava a saída das coisas da esfera do direito humano (que não podiam ser vendidas, dadas em fiança, cedidas em usufruto ou gravadas de servidão), profanar, por outro lado, as restituía ao livre uso da humanidade. A religião é o que separa humanos de deuses, ela não se opõe à incredulidade e à indiferença em relação ao divino, mas à negligência. É a negligência que, com uma atitude livre e distraída, desvincula da *religio* das normas diante do uso das coisas, das formas de separação e de seu significado. Profanar, nesse contexto, é abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência que faz dela um uso particular, ignorando a separação. A passagem do sagrado ao profano pode ser feita por

meio de um uso totalmente incongruente do sagrado: o jogo, o lúdico, a brincadeira.

Para o autor:

Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso. Ambas as operações são políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício do poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado; a segunda desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado. (Agamben, 2007, p. 61)

Assim, nessas operações políticas, sacralizar é instituir, profanar é restituir ao uso comum. Para o autor, o capitalismo é um fenômeno religioso que se desenvolve a partir do cristianismo, de modo parasitário e que não se volta para a redenção da culpa, mas para a própria culpa, vertendo suas forças não para a esperança, mas para o desespero e domina o nosso tempo de forma tão total que os três grandes profetas da modernidade (Nietzsche, Marx e Freud) com ele conspiram., Agamben conclui falando sobre a importância de arrancar dos dispositivos a possibilidade de uso que eles capturaram.

Em “O que é um dispositivo?”, Agamben (2005) explica que os dispositivos sempre implicam um processo de subjetivação, produzindo sujeitos e capturando incessantemente os seres vivos. O autor chama de dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 13), existindo, assim, duas classes: os seres vivos e os dispositivos; e, entre os dois, o sujeito, que resulta dessa relação. O mesmo indivíduo é, assim, lugar de múltiplos processos de subjetivação, que leva ao extremo “o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda identidade pessoal” (p. 13). A fase extrema do desenvolvimento capitalista em que vivemos poderia ser definida, segundo o autor, como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos, e é neste contexto que sobrevém a profanação: como forma de restituir a um uso comum aquilo que foi capturado e separado pelo dispositivo.

Pensamos que, em relação à psicanálise, existem diferentes posições subjetivas: os psicanalistas mais sacralizadores, que cultuam e retiram os mandatos freudolacanianos da alçada do questionamento, e os psicanalistas que atualizam a psicanálise à luz do contexto sócio-histórico atual. Essa psicanálise conservadora, patriarcal e colonialista, comumente confundida com “A psicanálise”, esforça-se para se

fazer única, imprimindo força contínua contra uma psicanálise mais atual, feminista e decolonial.

Assim, o sujeito “psicanalista” é assujeitado ao dispositivo da “psicanálise”, identificando-se com o dispositivo (o neoliberalismo a tudo captura, tornando identitário). Em se tratando da psicanálise lacaniana, há um processo ainda mais evidente de separação: a utilização das metáforas. Silva (2017) tratando sobre a metáfora como a linguagem do sagrado na poesia, diz que para adentrar na dimensão do sagrado é preciso abandonar os artifícios da lógica cultural e discursiva que orientam a vida humana. Proponho que não abandonemos a lógica humana e o uso comum. Assim, vejamos:

... O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso.

Então, tentei explicar que havia algo de tranquilizador. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando, devo dizer. Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha. (Lacan, 1969-1970/1992, p. 105)

Apesar de falar metaforicamente das funções de alienação e separação, Lacan incorre em uma aparente identificação da função na pessoa da mãe, bastante contundente no sentido de reafirmar a periculosidade materna: *o desejo da mãe carreia sempre estragos, que só podem ser minimizados pelo falo*. Ainda que se utilize de metáforas, que são apenas compreendidas dentro da obra completa, suas construções dão origem a equívocos que mantêm a mulher no lugar de opressão, dentro de uma relação de poder. O dispositivo “psicanálise lacaniana” separa-se do uso comum, fala-se metaforicamente e, assim, só é compreendido por aqueles que compartilham do mesmo dispositivo identificatório. Em reação às críticas, tal separação é comumente aprofundada pelo argumento bastante frequente de que “não foi isso que Lacan quis dizer”, de que os comuns “não entenderam a metáfora”. Consolida-se uma lógica que afirma um único uso possível para teoria e que só pode ser compreendida por aqueles que se dedicam à leitura completa da obra lacaniana.

O mesmo ocorre com a “função materna”. Alguns psicanalistas sustentam que se trata de uma função, não de um papel a ser exercido pela mãe; porém, é assim que, inegavelmente, tais questões chegam aos interlocutores, não apenas na clínica, mas também nos artigos que compõem o banco de dados desta pesquisa. Quero dizer que as

palavras em seu uso comum importam. E o uso único, apenas compreendido por estudiosos psicanalistas, acaba por aprofundar a separação, a sacralização, podendo tornar a psicanálise não apenas, como classificaria Bevidas (1999), retroalimentada e impermeável, mas também ferramenta de manutenção de opressões.

Ferrari e Silva (2021) explicam que o bebê não nasce pronto, necessitando que adultos dele se encarreguem física e subjetivamente, exercendo, segundo a teoria lacaniana, as funções materna e paterna. Explicam que “função”, para a semiótica, designa um conjunto de elementos e as relações entre eles que definem uma estrutura, e, nesse contexto, a função materna seria, assim, o exercício das operações de subjetivação pelo cuidador primordial que aliena o bebê ao desejo do cuidador, sendo a função paterna aquela que o separa do desejo materno no caminho a construir seu próprio desejo. As autoras fazem a ressalva de que, sendo uma função, não deveriam estar atreladas às pessoas da mãe e do pai, mas que frequentemente são utilizadas nos escritos em psicanálise como sinônimos e que, via de regra, caímos nos engodo de personificar tais funções na pessoa da mãe e do pai do bebê.

As autoras chamam atenção para o fato de que não apenas psicanalistas leem as produções psicanalíticas, não ficando claro ao leitor que materno e paterno são conceitos, sendo preocupante a imposição de violências, a partir de um lugar de saber, àqueles que não se reconhecem em uma estrutura familiar heteronormativa, idealizada e universalizante.

A personificação do cuidado da criança na pessoa da mãe também foi constatada a partir da análise dos resultados do nosso banco de dados: nos nove artigos que compõem esta pesquisa, a palavra “mãe” – excluindo preposições, conjunções e advérbios – é a mais frequentemente citada, repetida 249 vezes. Saliente-se que as palavras-chave da busca foram “caso clínico de criança em psicanálise”, ou seja, a palavra “mãe” sequer compunha a busca, e, no entanto, ao discorrerem sobre casos clínicos de criança em psicanálise, os autores a repetiram recorrentemente. “Bebê” e “criança” são a segunda e a terceira palavras mais frequentes, utilizadas 223 e 193 vezes, respectivamente. “Pai” aparece em 28º lugar, sendo repetida 75 vezes, e “função” aparece em 105º, repetida 41 vezes.

A mãe – personificada e carreadora de estragos – é a mãe que frequentemente aparece tanto nos artigos em psicanálise como na clínica: quer nas mulheres que explicam sua opção pela não maternidade sob a justificativa de que não se sentem aptas e não querem traumatizar uma criança, quer nas mulheres que, já tendo filhos,

culpabilizam-se por seu adoecimento mental. Badinter (2011) constata a ironia da história: quando as mulheres passam a dominar a procriação e assumir sua independência financeira, encontram a permanência da dominação masculina por meio de crescentes e coercitivos deveres em relação aos filhos. Conclui que a tirania dos deveres maternos representa uma regressão na condição das mulheres, consentida, em nome do amor pelo filho. A autora refere que a mãe, identificada com a imagem mítica, sacrificial e todo-poderosa, acaba por tornar-se prisioneira do papel que a condena à prisão domiciliar, observando ainda que o modelo de boa mãe (e a ausência de políticas familiares) têm configurado poderosos freios para o desejo de maternidade.

Baptista (2015) diz que a revolução é capaz de fazer cessar o movimento constituinte e mantenedor dos dispositivos, reinterpretando a prática que conduziu à constituição e exigiu a manutenção; quando essa perspectiva é esquecida, o dispositivo torna-se uma máquina para a qual a automanutenção é a única intenção. A profanadora força revolucionária é, no entanto, quase sempre descartada, por afrontar os ideais de uma ordem social: “... mudar da função de manutenção para a de reinterpretação é um movimento por demais ousado para ser apoiado pela instituição” (p.14). Apesar disso, Baptista (2015) esclarece não se tratar de um jogo de velar e desvelar, mas do próprio jogo de constituição do sujeito. E prossegue:

Nesse sentido, o homem é um paradoxo impossível de se resolver, ao menos não sem abrir mão da pretensão de ser possuidor da verdade. Há que se atentar para a íntima relação entre o dispositivo e esse paradoxo; é por meio do dispositivo que o homem se agarra à crença do domínio da verdade, é ele quem lhe garante que esse é o melhor meio para viver e sobreviver no mundo. (p.15)

O autor conclui que a restituição ao livre uso humano retoma para o uso comum aquilo que o dispositivo sequestrou ao ditar um único uso considerado correto. Para que o uso comum seja restituído é necessário, no entanto, que se abra mão da pretensão de ser possuidor da verdade, que haja abertura à crítica e ao questionamento; do contrário, todo e qualquer dispositivo se tornará tão dogmático quanto as religiões – que, apegadas à crença de que encontraram o único caminho para a salvação, creem que o diferente arderá no fogo do inferno. Toda e qualquer polarização advém da crença do domínio da verdade. É necessário que lidemos com a responsabilidade de problematizar o lugar da mulher e do feminino dentro da teoria psicanalítica.

A filosofia ocupa-se de estudar as falácias como ferramentas retóricas. Warat (1984) chama de “falácias não formais” as estruturas argumentativas utilizadas para

persuadir recorrendo à aceitação de suas conclusões, crenças ou intuições ideologicamente respaldadas pela aparência de pertencimento a um domínio conotativo aceito comunitariamente. Dentre as principais falácias descritas pelos autores de lógica e linguistas, gostaríamos de destacar duas, descritas por Warat: *argumentum ad verecundiam*, ou de autoridade, e *argumentum ad hominem*, ou contra a pessoa.

Para Warat (1984), a falácia de autoridade elimina as possibilidades de prova em contrário, pois simboliza opiniões que devem ser aceitas e admitidas. O autor explica a força persuasiva do apelo à autoridade pelo culto que prestamos ao conhecimento científico como verdade indiscutível recebida sem suspeita e sem reservas, e exemplifica que tal argumento se constitui, por exemplo, na citação de textos doutrinários: “Quando se argumenta através de uma autoridade, se está tentando aproveitar o prestígio social do invocador para objetivar, através dessa projeção, uma opinião subjetiva que, se fosse apresentada como mera opinião pessoal, perderia quase toda a sua força persuasiva.” (p. 42).

A falácia contra a pessoa, por outro lado, estabelece ofensas ao interlocutor, que o coloca em situação conflitiva, forçando-o à aceitação de um ponto de vista. Uma das variantes de tal falácia, denominada “envenenar o poço”, acrescenta uma desclassificação genérica ao interlocutor que induz os receptores a não aceitarem nenhuma de suas afirmações.

A psicanálise lacaniana conservadora por vezes separa-se do uso comum por ambos mecanismos: a fala metafórica lacaniana coloca-se inalcançável à retórica sob o argumento de que o interlocutor “não compreendeu” a metáfora, ou seja, foi pessoalmente incapaz de compreendê-la, retornando sempre ao contexto teórico lacaniano para explicá-la, tornando impossível o diálogo entre a teoria lacaniana e aquela que dela se separa, pois dentro do contexto lacaniano as palavras têm um significado próprio, distinto do uso comum, e que só pode ser confrontado por ele mesmo. Muitas vezes, a psicanálise conservadora utiliza-se de tais argumentos para sobrepujar questionamentos feministas e decoloniais em relação à teoria psicanalítica, imputando aos questionadores o não entendimento da teorização lacaniana.

Triska (2022), ao discorrer sobre as fórmulas da sexualização lacaniana, parece-nos combater antecipadamente tais falácias ao constatar que a fidelização às fórmulas de sexualização lacaniana, tomadas como palavra definitiva, desconsidera seu caráter de invenção teórica, formalizando-as enquanto verdade imune à crítica e fomentando uma naturalização do gênero. O autor diz expressamente que tais deduções não lhe parecem

apenas uma leitura inadvertida de Lacan. e que talvez as referidas fórmulas se prestem às conclusões binaristas e essencialistas.

Caffé (2022) diz-nos que conceitos freudolacanianos como Édipo, falo e castração são eivados de pressupostos patriarcalistas e heterossexuais que podem acabar por sustentar práticas psicanalíticas misóginas e preconceituosas, sendo necessário ao movimento psicanalítico discutir os aspectos normatizadores e revolucionários da psicanálise. Para a autora, os conceitos não possuem um único sentido fixo, e o que define direções mais ou menos conservadoras às práticas psicanalíticas não diz respeito apenas à teoria, mas ao modo de agenciamento que considera ou nega seus marcos históricos e ideológicos.

Birman (2019), no mesmo sentido, afirma que a prevalência doutrinária de certas concepções na psicanálise têm funcionado como obstáculo para a escuta das novas formas de subjetividade contemporâneas, colocando em questão um fundamentalismo que, para o autor, acomete a comunidade psicanalítica como um todo, constituindo um obscurantismo configurado por meio dos diálogos impossíveis e conversas de surdos entre suas diversas tendências teóricas. Para ele, a psicanálise está em crise na atualidade não somente pelas novas formas de subjetivação, mas pela perda de poder crítico da comunidade psicanalítica que insiste no fundamentalismo. Conclui que, se Freud pensou estar levando “a peste” para a modernidade, tal efeito trágico saiu pela culatra, pois de trágica a psicanálise acabou por funcionar como homogeneizadora das individualidades, neutralizando o trágico em diferentes níveis, a começar pela comunidade psicanalítica, “que de selvagem se mostrou bastante massificada e excessivamente civilizada” (p. 35).

Curioso é que o movimento conservador, promovido por parte dos psicanalistas lacanianos, é advertido em sua própria teorização. Voltolini (2021), ao discorrer sobre os discursos do Mestre, da Histórica, do Universitário e do Analista na obra lacaniana, considera que Lacan opta por marcar a negatividade da noção de discurso, ao contrário de Foucault, que analisaria a positividade de um discurso. Se para este o discurso estaria situado no campo do poder, destacando o que o discurso afirma e revela, para aquele o acento estaria no que restringe o poder, em razão da incapacidade estrutural do simbólico em esgotar ou dominar o real, destacando aquilo que o discurso oculta e recalca.

Para Voltolini (2021), apesar de ambos os autores concordarem que o discurso visa dominar algo, Lacan ressalva que essa dominação tem um limite inscrito e que o

discurso analítico torna possível a leitura negativa do discurso. O autor salienta que a psicanálise, como experiência de teorização, é datável, tendo em vista sua concepção circunscrita à história e suas determinações, sendo na própria linguagem que encontra condição maior de sua possibilidade, não se definindo por seus conceitos, mas pelo campo da palavra, revelando que ao pretender afirmar-se como teoria, a psicanálise se transforma em discurso do Mestre, aquele do qual é avesso. Tal relação, avessa ao discurso do Mestre, deve ser observada para que não se descaracterize o campo e a operação analítica, tratando-se do trabalho de manter a borda, não a de construir uma abordagem.

No discurso do Analista, segundo o autor, o saber é disjunto à verdade e não poderá pretender esgotá-la, pois a verdade nunca pode ser toda-dita, deixando aberto o lugar da pesquisa, mas não no sentido do discurso universitário – que procura e acha, que só acha o que procura. Ao funcionar como teoria, a psicanálise afirmaria-se como discurso do Mestre, que reforça a consolidação e a manutenção das instituições, protegendo-as da entropia do discurso, que o desgasta e limita seu poder. Diz Voltolini (2021. p. 32): “O Mestre adoraria fazer coincidir a verdade com o saber de modo definitivo, conjuntivo, o que garantiria seu poder eternamente graças a um saber que lhes serve como fiador.”.

É nesse lugar, do discurso do Analista, que encontramos a verdadeira potência da psicanálise. É a partir dele que questionamos os não ditos das questões de gênero dentro da psicanálise (o que o gênero oculta, mais do que revela). E é também nesse lugar que a profanação encontra a mãe: reinterpretar o dispositivo de maternidade deve colocar em primeiro plano as necessidades capitalistas que engendraram a invenção da mãe abnegada.

DISCUSSÃO

Os três tempos da profanação materna

Durante a leitura dos artigos, encontramos três momentos distintos da produção discursiva, que, aliados à metodologia da profanação, nomearemos: cultivar, questionar e brincar de roda. Reid (2019) aponta que os estudos de gênero em psicanálise abordam três modos distintos de constituição da subjetividade e do sujeito psíquico nas feminilidades, quais sejam:

- 1) Modelo tradicional de subjetivação de gênero feminino: comporta as mulheres que seguem as regras estabelecidas pelo modelo de produção capitalista da modernidade, que se fundamenta na divisão sexual do trabalho e outorga às mulheres o espaço doméstico sustentando o sistema produtivo e criando uma relação assimétrica de poder. Essa representação de feminilidade tradicional ainda hoje se apresenta como um ideal para muitas mulheres, pois desde a mais tenra infância inscrevem-se mandatos ligados a uma posição de submissão nas relações de poder no psiquismo das mulheres.
- 2) Modelo transicional de subjetivação de gênero feminino: comporta as mulheres que conquistaram o espaço profissional mas que mantêm pactos e acordos conjugais que conservam o papel do homem como provedor, sustentando a exigência do modelo tradicional de mulher = mãe. Essas mulheres têm consciência da assimetria de poder, mas compartilham o sistema de ideais das mulheres tradicionais, valorizando a maternidade e a conjugalidade, lidando com a dicotomia entre amar e trabalhar.
- 3) Modelo inovador de subjetivação de gênero feminino: compreende as mulheres para quem os ideais de maternidade e conjugalidade se apresentam como opções e não como mandatos em seus projetos de vida. A maternidade aparece como desejo pessoal, juntamente com o desejo por desenvolvimento pessoal e profissional. Essa maior liberdade de opção, no entanto, aparece como motivo de conflito, pois vincula-se a um ideal de

onipotência em que se supõe que possam-se cumprir mais de um ideal ao mesmo tempo, levando à sobrecarga.

Em um paralelo com a teorização de Reid (2019), nomeamos os três momentos da profanação: o *momento de cultuar* coincide com o modelo tradicional de subjetivação feminina e identificação da mulher como mãe e cuidadora abnegada e autossacrificial; o *momento de questionar* refere-se ao modelo transicional, no qual questiona-se o papel da mulher como cuidadora; e por último, o *momento de brincar* de roda, coincidente com o modelo inovador de subjetivação.

Momento de cultuar

Em 1929, Rivière conceituou a feminilidade como uma máscara. Ao abordar o caso clínico de uma mulher americana que fazia apresentações em público, descreve que a mulher tinha como sintoma ficar apreensiva após sua exposição, temendo ter feito algo inapropriado e tendo uma necessidade obsessiva de reconhecimento, procurando a atenção de homens e esperando a manifestação de desejo sexual por parte deles logo após encerrar suas exposições. Rivière conclui que a apresentação pública de sua proficiência intelectual significava a exibição do falo roubado de seu pai, que a levava a oferecer-se sexualmente para conter sua ira, temendo a represália. Após a execução de um ato fálico, assumia a posição de mulher castrada e, defendendo-se da represália, assumia um papel passivo, mascarando-se de inocente.

A autora refere que:

Na vida universitária, nas profissões científicas e nos negócios deparamo-nos constantemente com mulheres que parecem atender a todos os critérios de um desenvolvimento feminino completo. São excelentes esposas e mães, donas de casa competentes; mantêm vida social e cultural; não carecem de interesses femininos como, por exemplo, em sua aparência pessoal, e quando necessário, ainda acham tempo para desempenhar o papel de mães-substitutas devotadas e abnegadas em um vasto círculo de parentes e amigos. Ao mesmo tempo, cumprem seus deveres profissionais no mínimo tão bem quanto o homem médio. É realmente um enigma saber como classificar psicologicamente este tipo. (Rivière, 1929/2005, p. 14)

Deparamo-nos com os critérios elencados pela autora para um desenvolvimento feminino completo, quais sejam: 1) ser excelente esposa e mãe; 2) ser dona de casa competente; 3) manter vida social e cultural; 4) ter interesses femininos como a aparência pessoal; e, quando necessário, 5) desempenhar o papel de mãe-substituta

devotada e abnegada em um vasto círculo de parentes. Para além da já abordada questão da transição para o capitalismo e acumulação primitiva de capital – que desenvolvia uma nova divisão sexual e confinava a mulher ao trabalho reprodutivo, papel sexual construído pela necessidade de sustentação da sociedade capitalista, que se evidencia nos critérios elencados pela autora para o desenvolvimento feminino completo –, também importa destacarmos o papel da mãe devotada e abnegada.

A autora estabelece também a natureza essencial da feminilidade inteiramente desenvolvida:

A feminilidade heterossexual inteiramente desenvolvida está fundada, como afirmaram Helene Deutsch e Ernest Jones, no estágio oral da sucção. A única gratificação de ordem primária é a de receber (o bico do seio, o leite) pênis, sêmen, um filho do pai. No restante, depende de formações reativas. A aceitação da “castração”, a humildade e a admiração dos homens provêm, parcialmente, da superestima do objeto no plano da sucção oral; mas, sobretudo, da renúncia (em menor intensidade) aos desejos sádicos de castração derivados do plano posterior da mordida oral. “Não devo tomar, não devo ao menos pedir; isto me deve ser dado”. A capacidade de auto-sacrifício, devoção e abnegação expressa o esforço para restaurar e tornar bom, tanto em relação à figura materna como à paterna, aquilo que lhes foi tomado. (Rivière, 1929/2005, p. 22)

Novamente, as características essenciais da feminilidade são trazidas em termos de autossacrifício, devoção e abnegação, mas também na passividade feminina (que recebe o bico do seio, o leite, o pênis, o sêmen e um filho do pai) e na necessidade de aceitação da castração, humildade e admiração dos homens. A mulher castrada é a mulher submissa, devota e abnegada prescrita pelo patriarcado e necessária ao desenvolvimento capitalista.

Mais além, Rivière afirma, ao analisar o caso clínico da mulher publicitária, que:

A feminilidade, portanto, podia ser assumida e usada como uma máscara, tanto para ocultar a posse da masculinidade, como para evitar as represálias esperadas, se fosse apanhada possuindo-a; tal como um ladrão que revira os bolsos e pede para ser revistado a fim de provar que não furtou os bens roubados. O leitor poderá agora perguntar como defino a feminilidade, ou onde traço a linha divisória entre a feminilidade genuína e a “máscara”. Minha sugestão é, entretanto, a de que não existe essa diferença: quer radical ou superficial, elas são a mesma coisa. (Rivière, 1929/2005, p.p. 16-17)

Rivière faz, assim, uma crítica a esta “feminilidade genuína”, mas o faz a partir das condições de possibilidade de subjetividade de sua época, em que a produção capitalista das diferenciações de gênero que imputa à mulher o trabalho reprodutivo não

estava visibilizada e a crítica ao patriarcado ainda era incipiente. A mulher, assim, segundo a autora, usava a feminilidade como máscara, não havendo diferença entre uma feminilidade genuína e a máscara da feminilidade. Poderíamos hoje articular que a feminilidade como máscara não diverge da feminilidade genuína, porque a feminilidade genuína não existe, apenas não estava claro, à época, que o capitalismo a invisibiliza ao naturalizar as condições para que subsista.

Lacan (1972-1973/1985), por outro lado, articula, no Seminário 20, que a mulher tem um gozo suplementar à função fálica por ela ser não-toda, pois “Não há mulher senão excluída pela natureza das coisas que é a natureza das palavras, e temos mesmo que dizer que se há algo de que elas mesmas se lamentam bastante por hora, é mesmo disto – simplesmente, elas não sabem o que dizem, é toda a diferença que há entre elas e eu” (p. 99). Posteriormente, prossegue ao dizer que:

... se a libido é apenas masculina, a querida mulher, não é senão de lá onde ela é toda, quer dizer, lá de onde o homem a vê, não é senão de lá que a querida mulher pode ter um inconsciente.

E de que lhe serve isto? Isto lhe serve, como todo mundo sabe, para fazer falar o ser falante, aqui reduzido ao homem, quer dizer – não sei se vocês chegaram a notar na teoria analítica – a só existir como mãe. (p. 133)

A mulher, assim, segundo sua fórmula da sexuação, apresenta um gozo partido: se por um lado goza do lado do homem, *lá de onde ela é toda*, de onde o homem a vê, por outro goza do lado da mulher não-toda, o gozo suplementar, *excluída da natureza das palavras*, não sabendo o que diz. Frosh (2019) define o simbólico, cujo ingresso é tomado pelos lacanianos como movimento essencial na formação do sujeito, como um conjunto de significados que define a cultura, incorporado na linguagem, que está fora do indivíduo mas que representa uma ordem na qual ele precisa assumir uma posição: esse posicionamento é de certa forma uma alienação a significantes culturais, de sorte que os significados são pré-determinados pela ordem cultural, e não gerados pelas experiências particulares da criança, assujeitando-a. O autor refere que:

Assim como o desejo é construído sobre a falta, sobre a impossibilidade de obtenção da gratificação absoluta, também a percepção de si mesmo como “homem” ou “mulher” é ilusória, uma experiência fragmentada e tênue construída a partir da inserção do sujeito individual no universo simbólico, que então encobre o fato dessa inserção. Masculinidade e feminilidade não são categorias absolutas, mas são fantasias aspiradas pelo sujeito individual cindido e oscilante; não há nenhuma determinação absoluta de identidade de gênero da mesma forma que não há determinação da sexualidade – na realidade, o inconsciente continuamente compromete todas as certezas e fatos biológicos aparentes. (Frosh, 2019, p. 212)

Para o autor, Lacan afirma que a cultura é sempre patriarcal e que as mulheres são sempre excluídas e a isso se deve a referida citação de que ele pode falar sobre mulheres com mais familiaridade do que as próprias, sugerindo que a Lei do Pai deve ser identificada com a linguagem e a cultura *per se*. Frosh, no entanto, chama a atenção para o risco de se recorrer novamente ao biologismo como tentativa de explicação da suposta universalidade da cultura patriarcal.

O que as fórmulas da sexuação lacaniana parecem evidentemente descrever são os dispositivos de gênero dentro do patriarcado: à mulher os dispositivos amoroso e de maternidade, ao homem o dispositivo da eficácia – virilidade sexual e laborativa (Zanello, 2018). As fórmulas da sexuação descrevem, assim, não a natureza, mas a fábrica de subjetivação patriarcal.

Gostaríamos de sugerir, assim, que a máscara são os dispositivos amoroso e de maternidade, produzindo subjetivações (Agamben, 2009) por meio de caminhos privilegiados que criam performances estilizadas que delimitam como agir, pensar, sentir e se portar para ser uma mulher (Zanello, 2018). Os critérios para o desenvolvimento da feminilidade comportam-se à perfeição nos dispositivos amoroso e de maternidade conceitualizados por Zanello (2018), para quem o patriarcado é uma estrutura de poder político disfarçado de diferença natural. O que queremos concluir aqui é que a psicanálise, ao teorizar sobre a feminilidade, muitas vezes – e ainda atualmente – serve como ferramenta de manutenção da opressão feminina, revestindo, com um argumento especialista e de autoridade, uma construção política com ares de essencialização. Rivière já apontava, apesar de abordar a natureza essencial da feminilidade inteiramente desenvolvida, que tal feminilidade era assumida como uma máscara, para ocultar a posse da masculinidade, do poder.

Frosh (2019) refere que quando Freud identificava parcialmente a feminilidade e a vagina com a passividade, acreditando estar descrevendo o estado das coisas sob a natureza, na verdade estava descrevendo o estado de coisas sob o patriarcado e prossegue dizendo que as meninas experienciam a si mesmas como inferiores em termos culturais e não biológicos, pois o simbolismo de Freud do poder masculino – o falo – é a descrição do mundo sob o patriarcado e não na natureza. O autor conclui que, apesar dos defeitos na explicação freudiana acerca da feminilidade, ela fornece um padrão que envolve a descrição de como a masculinidade e a feminilidade tornam-se engendradas na esfera social a partir do bebê humano bissexual.

Em um círculo sem fim que alimenta a opressão feminina, dá-se às meninas, desde a mais tenra infância, bonecas de bebê humano que choram e fazem xixi, fogãozinho, panelinhas e toda sorte de aparatos domésticos, e depois descreve-se que a feminilidade se identifica com o cuidado abnegado, deixando a masculinidade livre do trabalho reprodutivo por meio de uma aliança entre o saber e o poder. Pacheco (2001), ao destacar influências culturais, econômicas e históricas que estruturam o campo de estudo da psicologia da infância, refere que as teorias e metodologias científicas não são neutras e que é preciso utilizá-las de forma não ingênua, conhecendo o contexto no qual se inserem e posicionando-se criticamente em relação às crenças e valores contemporâneos para que não caiamos em falsas soluções.

Rose (2008), ao discorrer sobre como a psicologia ocupou um importante papel durante o século XX, ajudando a construir as pessoas, encontrando seu espaço como uma técnica de regulamentação com o objetivo institucional de administrá-las e moldá-las por meio de um pretense conhecimento sobre elas, cita o trecho de um artigo de 1918, de Thomas e Znaniecki, que argumentavam favoravelmente ao desenvolvimento de técnicas de controle racionais para responder à desorganização gerada pelas mudanças sociais.

É teoricamente possível saber quais influências sociais devem ser aplicadas a certas atitudes já existentes, com o objetivo de criar novas atitudes, e quais atitudes devem ser desenvolvidas levando em consideração certos valores sociais já existentes, com o objetivo de fazer o indivíduo ou o grupo produzir novos valores sociais. Não existe um único fenômeno em toda a esfera da vida humana que o controle consciente não consiga alcançar mais cedo ou mais tarde. (Thomas & Znaniecki, 1918, citado por Rose, 2008, p. 160)

Na construção do lugar mítico da maternidade se articulam discursos que objetivam moldar mulheres em busca do controle social diante das mudanças sociais necessárias para a instauração e manutenção do capitalismo. Federici (2017) contextualiza a gênese do capitalismo e a transição do feudalismo para o sistema capitalista sob o ponto de vista das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva, desvelando as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista, tais como: o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, a construção de uma nova ordem patriarcal, que exclui as mulheres do trabalho assalariado e as subordina aos homens, e a transformação de mulheres em máquinas de produção de trabalhadores.

Federici (2017) ressalta que a degradação das mulheres é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época.

Para a autora, o capitalismo não foi produto do desenvolvimento evolutivo das lutas antifeudais, mas, pelo contrário, a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que delas emergiam, sendo essencial para a instauração do capitalismo a promoção da divisão social e o enfraquecimento das lutas coletivas antifeudais. A caça às bruxas, nesse contexto de emergência do capitalismo, visou destruir o controle das mulheres sobre a função reprodutiva, literalmente demonizando o controle de natalidade, e buscou desenvolver uma nova divisão sexual do trabalho, confinando as mulheres ao trabalho reprodutivo e desenvolvendo um regime patriarcal mais opressor, sendo marcada pela intervenção estatal e pela violência, o que não deixa dúvidas sobre a construção dos papéis sexuais no capitalismo.

Se no feudo todo o trabalho era organizado em razão da subsistência, contribuindo para o sustento da família, e a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada, tendo em vista não haver separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho, no capitalismo o trabalho doméstico deixou de ser visto como trabalho, no exato momento em que passa a ser atribuído às mulheres como vocação natural, redefinindo a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. Se até então as mulheres não se diferenciavam essencialmente física, social e psicologicamente dos homens, nesse momento criavam-se protótipos femininos e masculinos.

É nesse contexto que se passa a dar uma nova e privilegiada importância à família como fonte de reprodução da força de trabalho, separada da esfera pública, o que viabiliza a apropriação e o ocultamento do trabalho das mulheres, tornando-o um bem comum, definido como um não trabalho, parecendo-se com um recurso natural tal qual o ar que respiramos: a maternidade é assim degradada à condição de trabalho forçado, confinando mulheres de forma desconhecida pelas sociedades anteriores. O surgimento da psicanálise dá-se nesse contexto sócio, histórico e cultural, prestando sua contribuição como tecnologia de gênero, pois, à medida que a criança ocupava o lugar de “sua majestade, o bebê”, à mãe era exigido abrir mão de suas aspirações como pessoa (Zanello, 2018).

Grant (1998) parece-nos confirmar tal contexto ao afirmar que a mulher está cindida pela feminilidade que encarna, e, ao valorizar o gozo fálico (sua identidade e seu nome), perde o que lhe é próprio, o que aponta para o vazio. Esse parece o discurso

por trás do artigo “A pequena Sylvia: quando o corpo enlouquece” (Couto, 2013), que trata de um fragmento de caso clínico de uma criança de 9 anos, nomeada Sylvia, portadora de câncer, filha de Eunice. A autora, ao narrar a internação da criança na UTI, diz:

Quando cheguei para atendê-la, Sylvia já estava na UTI. A família me disse que somente duas pessoas tinham autorização para acompanhá-la. Sylvia tinha escolhido a mãe e a analista. Ela ficou muitos dias internada na UTI. Eunice parecia perdida em errância, não suportava ficar no hospital. Ausentava-se por várias horas durante o dia e se recusava a passar a noite com a filha, dizendo que ficaria com dores nas costas. A UTI era um grande espaço aberto, com luzes acesas dia e noite, e todas as mães acompanhavam seus filhos doentes. Só a mãe de Sylvia não ficava, e ela me disse então: “É sempre noite aqui, só vejo luz quando a minha mãe vem. A minha luz é minha mãe.

Sylvia se encontrava fragilizada, alienada na figura da mãe, que se ausentava quando ela mais precisava. Ainda mais sofrida pela ausência materna, Sylvia me pedia que ficasse com ela até que a mãe voltasse ou até que, medicada, conseguisse dormir à noite. Atendi a sua demanda; como poderia recusá-la? (Couto, 2013, p.p. 85-86)

Não há suposição de um sujeito na figura da mãe, a hipótese de que também ela sofria com a experiência de ver a filha em situação tão traumática e que talvez esse abalo a impedisse de acompanhá-la, dentro de suas possibilidades psíquicas. A mãe apenas importa como prestadora (ou não) de cuidado, ao ser referida como alguém que “não conseguia ver a filha como outro ser, como outro corpo, como outra pessoa, enfim”. Parece-nos que a incapacidade de enxergar Eunice como outro ser, como outro corpo, como outra pessoa, diz mais da autora, que enxerga Eunice como prestadora de cuidado, negando sua subjetividade. Essa ausência da mãe, no entanto, é sanada pela psicanalista – “como poderia recusá-la?” –, que sabe mais e melhor sobre como uma mãe deveria comportar-se como mãe, sabe mais sobre sua filha.

Em uma das internações no hospital, Eunice diz à filha e a mim que elas irão embora em breve. Sylvia, entendendo que a mãe queria voltar para o Nordeste, fala que quer ficar em Belo Horizonte. Quando Eunice sai do quarto, pergunto-lhe por que quer ficar em BH, e ela responde: “Porque aqui tem você que me entende e me explica para minha mãe”. (p. 86)

Frosh (2019) diz que onde o feminismo mais se diferencia das teorias tradicionais é na percepção do patriarcado como uma estrutura social exterior aos indivíduos, concebida para ocultar suas condições de existência, naturalizando-as, explicitando que a sociabilidade articula-se com um conjunto de relações de poder construídas.

Segundo Darriba (2005), para Lacan a falta não é relativa a um objeto primordial, mas origem de condição de possibilidade do desejo, o que se ignora ao restringi-la ao contexto da relação mãe-bebê. A falta, assim, é constitutiva da satisfação, algo sempre falta na satisfação, sendo a insatisfação constitutiva da experiência. Ao insistir na maternidade exclusivamente feminina, instituímos a mãe neste lugar de personificar a insatisfação constitutiva: a mãe é a responsável por não satisfazer inteiramente o bebê – porque é ela que cuida – e de forma sempre estruturalmente insatisfatória. Exigimos das mães porque são elas que estão disponíveis.

As questões do individualismo e do apagamento do trabalho reprodutivo, decorrentes da acumulação primitiva do capital, encontram-se especialmente no corpo da mulher-mãe, sobremaneira no contexto capitalista contemporâneo em que não só as realizações pessoais, mas marcadamente as realizações profissionais (produtivas) são socialmente valorizadas. À mulher-mãe cabe o cuidado da prole, invisibilizado e desvalorizado, mas também o trabalho produtivo. A frase popular de que as mães devem trabalhar como se não tivessem filhos e cuidar dos filhos como se não trabalhassem exemplifica perfeitamente o ponto de tensão discursivo no qual encontram-se as mães: sobrecarregadas pela individualização do cuidado, premidas pela necessidade de reconhecimento por meio do trabalho produtivo. Se o ditado africano diz que “É preciso uma aldeia para se educar uma criança”, a atualidade faz-nos crer que é preciso uma mãe.

Outra questão que nos parece pertinente ao tema diz respeito ao processo de narcisização do bebê pelos pais, fundamental ao processo de tornar-se sujeito. Para Freud (1914/2010a), nesse momento os pais estariam sob a compulsão de atribuir a perfeição ao filho e de esquecer suas deficiências. É atribuído ao amor dos pais a atitude de idealização desse bebê que não se sujeitará às agruras da vida e às opressões da realidade, tornando-se “sua majestade, o bebê”, que concretiza todos os sonhos dos pais. No percurso de nos tornarmos humanos, acreditamos que fomos, um dia, o ideal da mãe, a quem completamos com perfeição. O desejo materno de cuidar, proteger e nutrir em última instância salvou-nos do perecimento, expondo a profunda vulnerabilidade humana e o desamparo inicial, tendo em vista que ao bebê humano não é possível sobreviver sem o cuidado. A possibilidade de sobrevivência e existência material, bem como nosso senso de valor e amor, é determinada, assim, por essa relação com a mãe.

Frosh (2019) diz-nos que a experiência do cuidado exclusivo por mulheres tem grande peso na explicação de atitudes conscientes e inconscientes em relação a elas

posteriormente, gerando em crianças de ambos os sexos uma rejeição às mulheres devido à experiência da mãe onipotente no início do desenvolvimento. Partindo da teorização de Freud (1914/2010a) sobre o narcisismo, duas questões advêm para nós que nos permitem compreender a perseguição às mães: primeiramente, porque na passagem para o narcisismo secundário esse ideal de completude é ferido, percebendo-se que não se é tudo para a mãe; e também, porque ao se perceber tal fato, nos confrontamos com o desamparo e a vulnerabilidade da própria vida: é o amor da mãe que nos salvou da morte.

Badinter (1985), em um novo prefácio após a primeira edição do livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, diz que a primeira edição, publicada em 1981, provocou reações apaixonadas que a surpreenderam, e o atribui ao fato de que “a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo” (p. 9). Da mãe, assim como de Maria, esperamos nada menos do que o mais perfeito amor abnegado. Em um imaginário social – que por vezes atravessa a produção psicanalítica –, da religião, assim como da mãe, esperamos a confirmação do amor incondicional de que somos objetos.

Rose (2018) diz que a maternidade no discurso ocidental é o bode expiatório em que enterramos as falhas pessoais, políticas e tudo que está de errado no mundo, esperando que as mães reparem, que carreguem o fardo de tudo que é difícil de contemplar acerca da nossa sociedade e de nós mesmos. Para a autora, ao fazermos das mães objeto de crueldade, cegamo-nos às iniquidades, utilizando-nos delas para nos afastarmos da nossa consciência de responsabilidade humana pelo mundo. Utilizamos a mãe para terceirizar nossos conflitos pessoais: entrar em contato com a realidade de que a mãe não executa o ideal autossacrificial de amor abnegado nos encoleriza e ameaça nosso amor-próprio, confrontando-nos com nossa vulnerabilidade a esse ideal de mãe que pode não se efetivar (como de fato não se efetiva). É possível que a mãe não nos tenha amado tanto assim? É possível que a idealização do bebê e sua elevação a “Sua majestade, o bebê” não sejam como nos contam os livros e nos conforta acreditar? É possível tomarmos a mãe como humana, ambivalente e falha sem que caiamos, nós mesmos, no buraco da angústia?

Além disso, Rose (2018) conta que o editor de Élisabeth Badinter convidou Bruno Bettelheim, renomado psicanalista infantil, para prefaciá-lo livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, em 1981, ao que o psicanalista respondeu que

não daria seu nome para suprimir a culpa materna, o último pilar que protege muitas crianças da destruição provocada pelo ódio de suas mães. A autora atenta para o fato de que, segundo a afirmação de Bettelheim, para ele há apenas a existência exclusiva do vínculo mãe-bebê, para além do que não existe mundo – nem pai, nem privação social – e o que garante a sobrevivência da criança é apenas a culpa, que protege a criança da destruição.

Parece-nos que é desse contexto que parte a construção da mãe perigosa, quando Couto (2013, p. 85) coloca a mãe como causa do adoecimento da filha (*mãe cancerizante*):

Teria o corpo de Sylvia enlouquecido como uma defesa contra a ameaça mortífera da onipotência materna, um corpo que construía algo como um delírio fisiológico que a protegesse desse Outro invasivo? Teria havido um curto – circuito entre o psiquismo e o soma, e a doença poderia ser uma tentativa de cura da dor psíquica pela via do adoecimento físico do corpo investido pela pulsão de morte? Não poder ser sujeito do seu desejo seria um sofrimento psíquico tão devastador para uma menina que a morte física se tornara um preço razoável a pagar por alguma liberdade? Como um analista poderia barrar esse Outro não barrado, com poder de mando sobre a vida da criança? Sylvia, *infans*, sem voz, ainda mais indefesa pela doença no real do corpo, era dependente da mãe em todos os sentidos.

A mãe torna-se onipotente porque é a única que está presente, tendo em vista a insistência do patriarcado nessa unidade mãe-bebê, que ao mesmo tempo cria o discurso romântico da mãe abnegada e culpabiliza a mãe total. A evidente angústia da autora com a dependência de Sylvia em relação à mãe “em todos os sentidos” também será explorada na seção “Momento de brincar de roda”.

É importante salientar que, dos nove artigos que compõem o nosso banco de dados, “A pequena Sylvia: quando o corpo enlouquece” (Couto, 2013) é o único que categorizamos integralmente no que entendemos como o “Momento de cultuar”, que identifica a mãe com a função de cuidado abnegado e autossacrificial, sendo também um dos artigos mais antigos, contando hoje com uma década desde sua publicação. Tal constatação, aliada ao nosso entendimento de que a psicanálise insere-se dentro de um contexto sociocultural, impele-nos a uma conclusão otimista: já não estamos no momento de dar a ver e cultuar o patriarcado, mas de questionar seus mandatos.

Momento de questionar

Outro dos artigos mais antigos que compõem o banco de dados desta pesquisa é “Superando o falicismo: sofrimento materno na psicanálise de crianças” (Melo et al., 2012), que exemplifica perfeitamente o que anteriormente descrevemos como efeito *looping*: categorias criadas para entender o comportamento humano institucionalizam-se como fatos sociais; assim, essas categorias, que dão sentido à experiência, acabam por alterar a própria vivência delas. Criar novas formas de classificar é, ao final, mudar a forma como pensamos sobre nós mesmos (Zanello, 2018). No artigo, uma das autoras, que fora supervisora da análise de Pedro, criança psicótica, relata o equívoco no qual incorre a psicanalista da criança, Iva, ao insistir na interpretação estruturalista da psicose, concebendo o falicismo materno e a forclusão da função paterna como necessariamente presentes na psicose.

Tudo parecia estar consumado: o jogo relacional mostrava mãe fálica, pai narcísico foracluído, filho psicótico. Como entender de outro modo? Sobretudo, o que seria possível fazer, considerando a fixidez das estruturas? Ora, mesmo que Iva não fosse lacaniana, sistematicamente fazia supervisão clínica com um analista simpatizante dessa teoria. Logo, por toda análise de Pedro, a escuta de Iva, impregnada das concepções estruturalistas acerca da psicose, concebia Ana como perversa, que ditava regras, negava o lugar de sujeito para o filho e excluía o terceiro da relação, por não aceitar a castração simbólica, perpetuando a relação dual típica do primeiro tempo do Édipo lacaniano e promovendo, assim, a forclusão do Nome-do-Pai. Numa primeira escuta, era natural que uma exibição fálica da mãe de Pedro com a cumplicidade de um pai frágil e que não ocupava o seu lugar, tomassem conta da cena.

Contudo, a insistência nesse tipo de interpretação parecia favorecer a instalação de um diálogo de surdos. Iva não estava livre para ouvir o que havia para além do modelo teórico restritivamente adotado. Algo da ordem de uma demanda, de uma carência, de uma falta que se expressava ora sob a forma denegadora de um discurso fálico, ora como apelo desesperado: “Você não me compreende!” Vivências de desamparo, mensagens enigmáticas veiculadas ao longo dos primeiros cuidados, mas que, interpretadas por Iva apenas como falicismo materno, não atingiam o sofrimento de Ana e inviabilizaram tentativas maternas de destradição e tradução das mensagens enigmáticas (Laplanche, 2007, 2008b) do resultado do recalque. (Melo et al., 2012, p. 542)

Ao encaixar a experiência da análise ao modelo teórico, a psicanalista encontrou na mãe o falicismo que buscava, produzindo, segundo a supervisora, a instalação de um diálogo de surdos, que levou a mãe a interromper o tratamento da criança. Questionamo-nos se o que leva as mães a interromperem o tratamento (tanto de Sylvia quanto de Pedro) não é apenas a angústia insuportável diante do esclarecimento da relação materna (Mannoni, 1985), mas esse “diálogo de surdos” produzido pela busca

da causalidade dos transtornos (e até mesmo doença física, como o câncer) na pessoa da mãe.

O artigo “Superando o falicismo”, apesar de perceber o aprisionamento da psicanalista ao modelo teórico e responsabilizá-lo pela exacerbação do sofrimento da mãe, intensificando a resistência e causando a transferência negativa materna, e reconhecer que a mãe deveria ter sido escutada como sujeito, tendo seu sofrimento considerado – o que representa verdadeiro progresso em relação à figura da mãe perigosa –, ainda assim responsabiliza a mãe pela psicose de Pedro, considerando que a criança foi atribuído lugar de substituição de um objeto odiado na experiência infantil da mãe.

Em “O brincar e a linguagem: uma interface necessária à clínica psicanalítica”, Scariot e Froemming (2016), referem que a mãe antecipa no bebê uma existência subjetiva que ainda não está lá, mas que, exatamente por ser suposta, pode vir a instalar-se. O estabelecimento da demanda entre a dupla, a partir da transformação das manifestações do bebê em pedidos dirigidos à mãe, assim, ocorre a partir da interpretação das ações do bebê dentro do laço mãe-bebê. Essa comunicação mãe e bebê, segundo as autoras, é silenciosa: uma canção sem palavras. O artigo segue em inúmeras passagens equiparando o cuidador à mãe.

Para Frosh (2019), as condições políticas que dão origem a uma maternidade exclusivamente feminina marcam-na inescapavelmente, e, na confusão e intensidade que rodeiam a imersão do bebê na mãe, o patriarcado constrói, organiza, oculta e engana, fazendo suas vítimas psicanalistas românticos que louvam a virtuosidade materna. Essa insistência na maternagem feminina reproduz o patriarcado no mesmo ato em que cria personalidades deformadas e frustradas tanto em homens quanto em mulheres.

Em determinado momento, Scariot e Froemming (2016) referem que:

Ainda, para a constituição de um sujeito separado e distinto em relação ao corpo e às palavras da mãe, é fundamental a entrada de uma terceira instância na relação mãe-bebê: a operação da função paterna. O que está em jogo é a entrada no social e na cultura e a função paterna é introduzida para o bebê, inicialmente, pela própria mãe; mas também precisa ser sustentada pelo pai e/ou pelos demais adultos que se ocupam da criança. De acordo com Bernardino (2006), para que se desenvolva o psiquismo, o organismo dotado de um aparelho biológico deve se articular às “pessoas que assegurem o cumprimento das funções paterna e materna em suas acepções simbólicas”. (p. 36)

Apesar de a citação de Bernardino (2006, citada por Scariot & Froemming, 2016, p. 36) dizer respeito às funções paterna e materna, ressaltando expressamente que o faz em suas acepções simbólicas, é à figura da “própria mãe” que as autoras imputam a introdução de uma terceira instância, que também deve ser sustentada pelo pai e pelos demais adultos. Relembramos a citação de Ferrari e Silva (2021), que explicam que apesar de serem funções, não atreladas às pessoas do pai e da mãe, os escritos psicanalíticos muitas vezes as utilizam como sinônimos, personificando-as nas pessoas do pai e da mãe. Acreditamos que a passagem antes referida exemplifique tal confusão.

Scariot e Froemming (2016) seguem relatando o acompanhamento de Willian, criança em atendimento clínico, narrando a leitura de um livro infantil que conta a história de um animal ainda criança. Em um segundo momento, no livro, há a introdução de um segundo personagem de mesma raça, mas maior e que antes mesmo da leitura da página Willian identifica como “mamãe”, ansiosamente virando a página em busca de encontrar um terceiro, a quem nomeia “papai”. As autoras dizem que a figura do pai como terceiro já foi entendida por Willian.

Rodulfo (2008) traz a noção de segundo adulto para relativizar esse ideal do que é ser pai. O segundo adulto designa o lugar de explorar uma outra relação com o filho, por sua própria conta e não mediada pela mãe, buscando um laço direto e não relativo a um triângulo, onde julga-se terceiro. Trata-se de um lugar mais abarcativo, pois não se compromete com uma definição de gênero. A noção de “segundo adulto” designaria uma estratégia conceitual flexível para todo esse longo e lento trabalho de demarcação que postula a existência de um homem na dimensão de seu próprio gênero, colocando em questão a unicidade de “um” gênero masculino, com uma “identidade” viril (que parece vir ao encontro de nossos questionamentos acerca das fórmulas da sexuação e sua serventia ao sistema capitalista patriarcal). Ao discorrer sobre sua experiência clínica, Rodulfo (2008, p. 238, tradução nossa) diz:

Digamos também que ele se posicionava como um “segundo adulto” (Benjamin),¹ estabelecendo uma relação dual não de sujeito/objeto nem ativo/passiva, mas entre subjetividades e ativo/ativa (a constituição explícita desse paradigma, como tal ausente na psicanálise clássica e em suas transformações estruturalistas – monocentradas na linguagem, só podem encontrar ao *infans* passivo –, é uma das jogadas de abertura teórica mais importantes nos textos de Benjamin).

¹ “Segundo adulto” é uma expressão que Rodulfo toma da autora Jessica Benjamin em seu livro *Los lazos de amor* (1996).

Para o autor, “segundo adulto” estaria desimplicado do reducionismo das “tríades intersubjetivas” lacanianas, cuja triangulação sempre impediu de pensarmos a relação de um homem com uma criança por si mesmo, em sua singularidade mesma, sem remetê-la à problemática do terceiro. Segundo Rodulfo, as análises psicanalíticas, anteriores à concepção de segundo adulto de Benjamin, nunca puderam ultrapassar essa imediata remissão ao lugar de “terceiro”, em uma dialética com a mãe, perdendo a oportunidade de vislumbrar os componentes desse vínculo independentemente da geometria edípica. É o que entendemos pelo efeito *looping*: aquilo que categorizamos influencia a experiência, ao passo que, ao modificarmos as categorias, repensamos a experiência, influenciando-a.

Scariot e Froemming (2016) referem que o artigo decorreu da prática clínica e de leituras acerca da relação mãe-bebê, concluindo que essa relação dual é primordial para o desenvolvimento infantil. Apesar de não haver aqui a busca pela mãe perigosa, característica do que nomeamos como o “Momento de cultuar”, no “Momento de questionar” ainda há a insistência na confusão entre a função de alienação e a figura da mãe e a função de separação e a figura do pai. Para Tort (2008), a divisão de gênero dos cuidados com a criança naturaliza o fato de que quem se ocupa das crianças são as mães, e tal pressuposto permanece automático mesmo nas sociedades pós-modernas; por outro lado, a fatura histórica da função paterna encontra-se negada e dada como a-histórica: “desde sempre” o pai tem a função de separar o filho da mãe. Essa construção sintomática do pai, como síndrome paterno-religiosa, até aqui se incorporou à psicanálise mais do que pudemos analisar. Rodulfo (2008), na mesma linha, refere que

Em sua função dupla, ao mesmo tempo como parte do conjunto que funda de fora, o Nome-do-Pai se apresenta como instância libertadora de uma imago – e sobretudo de um desejo – da mãe devoradora, agente sempre potencial de reabsorção incestuosa mortífera, que o mesmo conjunto, o mesmo sistema de (lugar de) pai o colocou neste lugar pondo como põe tudo em “seu” lugar. Nesta verdadeira emboscada teórica, a psicanálise como disciplina viva, como jogo de leitura, pode perecer, da mesma maneira que entra em indefinido impasse todo sujeito que espera sua liberação e até sua realização subjetiva do mesmo sistema que dispôs o beco sem saída onde fica preso seu desejo: o Nome-do-Pai libertador, normalizador e antipsicotizante é o sistema que reservou à mãe, à mulher, suas funções enclausurantes, adesivas, englobadoras, mais nefastas para o desenvolvimento de uma subjetividade demarcada por sujeições. O androcentrismo, no fim das contas, sempre ofereceu e oferece de vez em quando um filho a uma mãe – talvez uma filha com mais frequência – para seu consumo desenfreado, em troca da leve reverência que ela mantém ao regime falocêntrico. (Rodulfo, 2008, p. 230, tradução nossa)

Esse oferecimento do filho à mãe para seu consumo desenfreado em troca da leve reverência ao falocentrismo está sempre presente quando identificamos a mãe automaticamente como a figura que desempenhará a função de alienação, executando o cuidado e personificando o Outro primordial. Em “Percalços no processo de subjetivação do bebê: sinais de risco de autismo ou depressão do bebê” (Saboia, 2019), tal identificação fica bastante óbvia: a palavra “mãe” é citada 69 (enquanto “pai”, apenas duas); considerando que a temática do artigo é justamente o processo de subjetivação do bebê, a massiva citação da palavra “mãe” já nos evidencia o quão profundamente identificados estão tais significantes, consolidando-se desde o princípio da escrita tal identificação. Citaremos uma passagem, dentre outras tantas, apenas a título exemplificativo:

Do ponto de vista metapsicológico, sabemos que, nos primeiros meses de vida, o bebê ainda não estabeleceu completamente suas relações objetais. Segundo uma perspectiva winnicottiana, é necessário, primeiramente, que o bebê vivencie a experiência de um encontro com uma mãe dita “suficientemente boa”, capaz de introduzir os objetos ao mesmo tempo em que o bebê os alucina. Esse estado alucinatório, no qual o bebê acredita ter o controle onipotente dos objetos, regidos pelo paradoxo objeto encontrado/objeto criado, é o que permitirá que o bebê passe a diferenciar gradativamente o eu do não-eu, momento em que começa a distinguir os objetos subjetivamente percebidos dos objetos da realidade compartilhada, acedendo, assim, à zona de transicionalidade. (Saboia, 2019, p. 320)

Nesta romantização da relação mãe-bebê, estão presentes os mais basilares dos princípios patriarcais, ainda que não expressamente, o que os torna mais “naturalizados” e, portanto, mais dificilmente combatíveis. Por trás dela, no entanto, encontram-se os mesmos referenciais de que a mulher, quando age em nome próprio, valorizando o gozo fálico e seu nome, perde o que lhe é próprio e que aponta para o vazio (Grant, 1998); afinal, para que a mãe seja capaz de introduzir os objetos ao mesmo tempo em que o bebê os alucina, é necessário que a mãe esteja ali, sempre presente, atenta ao outro, totalmente voltada a ele. Percebe-se o ocultamento do aprisionamento da mulher à tarefa de cuidado, herdeiro da divisão sexual do trabalho necessário à sustentação do capitalismo. Vestimos a opressão com roupagem de valores e tornamos voluntária a submissão: é a leve reverência ao falocentrismo à que Rodolfo (2008) parece chamar atenção.

Mais adiante, Saboia (2019) analisa que escutar os fantasmas maternos tem mais eficácia em bebês depressivos do que autísticos, tendo em vista que questões associadas aos conflitos narcísicos e seus impasses na construção materna são observadas

principalmente na relação mãe-bebê dos primeiros, ocasionando um descompasso da díade que culmina no próprio fechamento do bebê, que encontra uma válvula escapatória para sobreviver a essa relação desorganizadora nesse retraimento. Em relação à depressão no bebê, afirma haver alguns modelos de pensamento que entrelaçam-se entre si, sendo um desses modelos a carência qualitativa associada não à ausência real de um objeto primário, mas à sua ausência psíquica, remetendo-se ao conceito do “complexo da mãe morta”.

Saboia (2019) explica que a mãe morta estaria impossibilitada de investir libidinalmente em seu bebê porque estaria ela mesma em um estado depressivo, relacionando-se com seu filho de forma mecânica, sem oferecer qualquer experiência de continência ou de reconhecimento como objeto de amor a ser investido e amado. E as respostas do bebê em direção à mãe, psiquicamente indisponível, se perderiam em um buraco psíquico. Apesar de fazer ressalva acerca do perigo de equacionar o estado patológico da mãe com as causas da depressão do bebê e denunciar a falha do ambiente, diz que essa falha refere-se não somente à figura da mãe, mas “abarca também uma falha da potencialidade da função do terceiro, representado pela figura paterna” (p. 321). Pensamos que, apesar de a autora expressar a armadilha da mãe perigosa (a mãe morta), ela o faz sem deslocar-se de fundir as funções com as figuras da mãe e do pai. O pai não falha apenas como terceiro, falha como cuidador: o pai ou qualquer outro adulto implicado no cuidado da criança poderia “salvar” o bebê deste “buraco psíquico” em que a própria mãe, se fosse vista como sujeito na relação, também se encontra, impossibilitada de dar, na relação com o filho, aquilo de que ela mesma não dispõe. Fundir a mãe no papel de única cuidadora vulnerabiliza, faz perpetuar diagnósticos, permanecer as falhas ao desimplicar todo e qualquer adulto da tarefa de cuidar. Se o pai, a avó, a tia da escolinha implicam-se na função de reconhecê-lo como objeto de amor a ser investido e amado, o bebê pode ser salvo do “buraco”. Se qualquer outro adulto percebesse a vulnerabilidade psíquica em que a mãe se encontra, não para culpá-la, mas para brincar de roda, a constituição do sujeito teria outro curso.

Saboia (2019), apesar de não se despir das funções de alienação e separação fundidas às figuras da mãe e do pai, ao deparar-se com a mãe de José em sua clínica, o faz a partir de um lugar de empatia pela mãe, percebendo sua vulnerabilidade:

Os primeiros meses de trabalho com essa dupla mãe-bebê foram direcionados para a proposta de oferecer um espaço em que essa mãe pudesse ser cuidada e

amparada; e muitas foram as sessões nas quais me vi com fantasias de querer embalá-la e acalentá-la no colo. Essa demanda por cuidados primários que a mãe suscitava na minha relação contratransferencial com ela era tão presente que, durante uma sessão em que a mãe oferecia almoço a José, deparei-me com a cena em que cometo um lapso ao oferecer uma colherada de comida à mãe e não à José, que tivera seu almoço interrompido, sem que a mãe percebesse, ao se ver absorvida seu estado de extremo cansaço e angústia. (p.p. 323-324)

Nos artigos que classificamos no “Momento de questionar”, por vezes nos parece que haja um pequeno *gap* entre a teoria e a relação transferencial, como se os autores percebessem que algo da teoria não se encaixa à prática, sem ainda conseguir narrá-lo: em ato, na clínica, parece-nos que a autora, em alguma medida, pôs-se a brincar de roda com a mãe, apesar de sua leitura teórica não se desprender do estruturalismo das funções identificadas às figuras do pai e da mãe. O mesmo processo parece estar presente no artigo “Ensaio sobre o método clínico na psicanálise com crianças” (França & Passos, 2019).

No artigo, as autoras discutem o método clínico na psicanálise com crianças a partir do brincar em Winnicott e da elasticidade da técnica em Ferenczi, acreditando que as proposições teórico-clínicas contribuíram para a expansão e a transformação no campo da psicanálise, lembrando que a técnica exige uma fundamentação teórica que a sustente, ao mesmo tempo em que o encontro com a clínica interroga e transforma o manejo que a determina. O artigo, que inicia lembrando das lições de Ferenczi sobre a importância do ambiente na constituição psíquica e prezando pela constituição de um ambiente suficientemente cuidadoso às necessidades do bebê, logo recorre novamente à figura da mãe como cuidadora natural, ao dizer que

... nos estágios iniciais da análise isso corresponde ao apoio dado ao ego pela mãe que torna forte o ego da criança... Essa fase temporária, parte essencial do desenvolvimento, era encenada por Bruna nesse primeiro tempo da análise, o que exigiu de mim, tal como uma mãe suficientemente boa, uma presença implicada no seu movimento da dependência absoluta rumo à independência relativa. (França & Passos, 2019, p. 756)

Ao falar sobre o sofrimento da criança (Bruna) e como ela tinha ligação *direta* com as dificuldades de sua mãe (Rosa), França e Passos (2019) comentam que a mãe, e depois também o pai, têm a árdua tarefa de atender às necessidades do indivíduo. A relação de causalidade entre as dificuldades da mãe e o sofrimento da filha fica evidente nesse artigo, relação que entendemos ainda fazer questão para os psicanalistas do “Momento de questionar”, afetando sua hipotetização acerca dos casos e interferindo,

como lentes, na visualização das singularidades. Questionamo-nos por que a mãe e *depois* também o pai? O que tanto influencia e nos limita a supor que sempre a mãe, em primeiro lugar, deve estar vinculada ao cuidado, atendendo às necessidades dos filhos, ao pai cabendo a posição, desimplicada, de vir depois. A resposta nos leva sempre ao patriarcado como sistema de opressões disfarçado de naturalidade.

Momento de brincar de roda

É curioso como o capitalismo é uma máquina de produção de subjetividades que captura, mói e engolfa todas as nossas tentativas de escape. Isso ficou mais evidente para mim quando as atividades tornaram-se integralmente presenciais no período pós-pandêmico. Durante a pandemia, com as atividades sendo realizadas integralmente de forma *online*, após um período de sofrimento pela incapacidade em dividir o espaço e o tempo do trabalho produtivo e reprodutivo – conforme as estéreis regras sociais que ditam que o espaço produtivo deve ser limpo de intervenções reprodutivas e que o indivíduo que as comete é desorganizado, devendo ser excluído do convívio social e enclausurado na solidão invisível do trabalho doméstico –, sobreveio um lugar de grande tranquilidade: não eram meus filhos que invadiam o trabalho, mas o trabalho que invadia a minha casa. O artigo 5º, inciso XI, da Magna Carta brasileira institui que:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial...

É a Constituição Federal, meu objeto de amor utópico, que institui tantos direitos fundamentais que jamais são efetivados, que me autoriza a dizer que o trabalho, durante os anos de pandemia, penetrou no meu asilo inviolável. Houve em mim um doloroso processo de autoautorização em dar a ver meu eu mãe. Assistindo às aulas do mestrado, enquanto auxiliava o pequeno com o tema, com a câmera aberta e abrindo o microfone para eventuais participações sob o (às vezes caótico) burburinho da casa, essa autoautorização, individual, tornou-se cada vez mais coletiva, validada eventualmente por algum professor (para ser justa, por alguma professora). Por exemplo, em uma aula da professora Sandra Torossian, na qual eu queria abrir o microfone para falar, escrevi no chat que estava indo para outra sala, pois meus filhos estavam brincando aos gritos e gargalhadas à minha volta. A professora respondeu: “Não precisa sair daí, aqui nós

gostamos de crianças. Sabe aqueles professores que viram matéria de jornal por segurar o bebê da aluna no colo durante a aula? Acho que só viram matéria porque são homens. Nós sempre fizemos isso”. O que a professora Sandra estava me indicando era algo que somente muito depois eu ia encontrar nos livros e me traria o alívio de nomear a minha angústia: o conceito de interdependência, de Judith Butler.

Butler (2021) fala sobre o problema do individualismo e da importância dos laços sociais e da interdependência para a compreensão da igualdade sob uma perspectiva não individualista. Federici (2017), ao delimitar historicamente a passagem do feudalismo para o capitalismo e retratar as mudanças sociais implementadas por meio de muita violência e que sustentaram a acumulação primitiva de capital (e que são essenciais para a manutenção do capitalismo e, portanto, persistem), fala-nos sobre a individualização como importante política de enfrentamento à força da resistência da luta coletiva. A individualização é requisito essencial ao capitalismo: os problemas nunca são sociais ou coletivos, mas imputados ao indivíduo que não se esforça o suficiente. A mãe desorganizada é responsabilizada individualmente, nunca sendo o coletivo implicado. Aquilo que tinha sido meu sofrimento no início da pandemia, dar a ver minha maternidade, tornou-se meu norte micropolítico: visibilizar o trabalho reprodutivo, tensionando os coletivos.

Por exemplo, meus dois filhos têm dois anos e onze meses de diferença de idade. O mais velho encontra-se cursando o sétimo ano e o mais novo o quarto ano. As escolas particulares em Porto Alegre, majoritariamente, dividem os anos iniciais e finais do ensino fundamental em turnos: os anos iniciais no turno da tarde, os anos finais no turno da manhã. Descobri isso apenas quando o meu filho mais velho ingressou no 6º ano. Eu teria um filho estudando em cada turno pelos próximos três anos. O mais velho sai da escola às 12:50. O mais novo ingressa na escola às 13:10. Acrescente-se ao fato de que sempre tenho crianças em casa, a logística de transporte e alimentação: cada um deles almoça em um horário diferente. A mensalidade da escola custa cerca de 150% do valor do salário mínimo. Somando ambas as mensalidades, 300%. Questionei a escola em que horário eu poderia trabalhar para pagar as mensalidades. Não houve resposta. Não é problema deles, é um problema individual. O coletivo jamais é responsável por proporcionar condições de possibilidade de acumular e valorizar a existência de dois trabalhos essenciais à sobrevivência na sociedade atual: produtivo e reprodutivo.

As soluções para tal questão são sempre colocadas num plano individual: o pai ou a avó (mãe da mãe) devem se responsabilizar, para os menos economicamente

abastados; ou o trabalho deve ser terceirizado e remunerado escassamente, para os mais economicamente abastados e que sustentam a lógica das relações de servidão e opressão (diversos serviços de transporte, alimentação e contraturno escolar). O trabalho reprodutivo torna-se, assim, o trabalho produtivo de terceiros. Nunca há a responsabilização coletiva por proporcionar condições de coexistência de trabalho produtivo e reprodutivo; pelo contrário, individualiza-se e monetiza-se o trabalho de cuidado, inflando-se, assim, mais uma vez, a máquina de produção de subjetividade capitalista (apenas o trabalho produtivo é relevante). O trabalho reprodutivo é desvalorizado: irrelevante diante do trabalho produtivo, devendo ser terceirizado. O trabalho reprodutivo é invisibilizado: trabalhe mais, gerando mais lucro, para ter condições financeiras de trabalhar.

Durante a pandemia, com o trabalho sendo realizado remotamente, a lógica de acumulação individual do trabalho produtivo e reprodutivo acabou funcionando de forma efetiva na minha família (essa célula de individualização). O trabalho produtivo invadia o asilo inviolável no qual se desenvolve meu trabalho reprodutivo. Mas a lógica inversa pode ser aplicada? Podem meus filhos ser cuidados pelo ambiente profissional sem que haja uma implicação do coletivo? Ou devo eu reafirmar a lógica da individualização e da desvalorização do trabalho reprodutivo: pedindo a ajuda da avó (a mãe da mãe) ou trabalhando ainda mais para ter dinheiro para pagar o turno inverso da escola, que me permitiria ter tempo e espaço para trabalhar para pagá-lo (num círculo vicioso eterno, tal qual um ratinho na roda de produção capitalista). Percebo aqui que o percurso que vejo na psicanálise é o meu próprio percurso: o percurso entre cultivar e brincar de roda com a maternidade. Há algo mais psicanalítico em pesquisa?

Belarmino (2016) refere que é no discurso capitalista que o sujeito compra a ideia de tudo poder, enganando-se e tornando-se objeto de gozo do capital. Para a autora, uma consequência da (des)organização social é que o sujeito pode colocar-se numa posição fálica diante das exigências, dedicando-se e empenhando-se no trabalho, remetendo a uma instância infantil na qual se vê em posse de toda a perfeição de valor, tornando ideal do eu aquilo que dele se espera. Esse investimento narcisista é a origem dos sintomas do *burnout*. Houve um investimento libidinal nas atividades que deram ao sujeito a ilusão de completude que antecedeu o *burnout*: o ideal do eu é sustentado por essa extrema produtividade que dá ao sujeito a ilusão de que é possível ter tudo.

Reid (2019) ao discorrer sobre o modelo inovador de subjetivação de gênero feminino diz que para estas mulheres o desejo de maternidade é concomitante ao desejo

de desenvolvimento pessoal e profissional, o que as expõe a risco de vulnerabilidade por sobrecarga, eis que se sobrepõem ideais de onipotência nas diferentes áreas da vida, supondo-se que podem cumprir com mais de um ideal ao mesmo tempo. Para a autora a independência econômica das mulheres muitas vezes entra em contradição direta com a maternidade pelo fenômeno do “teto de cristal”, que não é admitido pela sociedade, mas que, estando invisibilizado, torna-se indetectável e impõe uma barreira superior invisível na carreira profissional das mulheres, difícil de ultrapassar e que as impede de seguir avançando.

Recorremos à interdependência, de Butler (2021), para sustentar que não pode haver um modelo inovador sustentável de subjetivação feminina se não desvelarmos não apenas o patriarcado como uma estrutura de poder político disfarçado de sistema de diferença natural que destina aos homens a individualização e a autonomia e às mulheres a dependência e o cuidado (Zanello, 2018), como também o capitalismo como máquina produtora de solidões (Fernández, 2009). Para Fernández, (2009) a produção de solidões é uma importante estratégia para a reprodução da lógica capitalista atual, na qual a globalização da produção e a concentração do capital são acompanhadas por dispositivos biopolíticos da vulnerabilidade e do isolamento – produzindo solidões, isolando e separando os sujeitos –, revelando a aliança indissolúvel entre o modo de produção e os modos de objetivação-subjetivação que nele se desenrolam.

Não há como se falar em um modelo inovador de subjetivação feminina no que se refere à maternidade se antes de tudo não colocarmos em xeque a individualização do cuidado. Sem a implicação coletiva no que tange ao cuidado, a inserção da mulher no mercado profissional apenas configurará um maior risco de vulnerabilidade por sobrecarga e *burnout*.

Butler (2021) utiliza o conceito do estado de natureza, abstração teórica construída por pensadores políticos liberais que remete à ideia da experiência humana anteriormente ao contrato social, vivendo em estado de natureza. Tal conceito foi pensado por teóricos como Hobbes, Locke e Rousseau. Para Butler, nesse momento que marca o início da história, a figura primária fundadora do humano é masculina e, desde o princípio, adulto, como se nunca tivesse sido sustentado ou dependido dos progenitores. Ele é um indivíduo. Homem.

Então, se desejamos compreender essa fantasia, temos de nos perguntar que versão de ser humano e que versão de gênero ela representa, quais ocultamentos são necessários

para que essa representação funcione. A dependência é, por assim dizer, eliminada da imagem do homem original. De alguma maneira e desde o princípio, ele já se encontra sempre em postura ereta, capaz, sem nunca ter sido sustentado por ninguém, sem ter se agarrado a outro corpo pra se equilibrar, sem nunca ter sido alimentado quando não podia se alimentar sozinho, sem nunca ter sido agasalhado por alguém pra se aquecer. Ele, o sortudo, nasceu da imaginação de teóricos liberais como um adulto completo, sem relações, mas dotado de raiva e desejo, às vezes capaz de alguma felicidade ou autossuficiência que dependia de um mundo natural vazio de outras pessoas. Devemos supor, então, que houve um aniquilamento antes da cena narrada, que um aniquilamento inaugura a cena: todas as outras pessoas estão excluídas, anuladas desde o princípio? Seria esta, talvez, uma violência inaugural? Não uma tábua rasa, mas uma tábua que foi apagada? (Butler, 2021, p. 44)

Há uma expulsão original, um apagamento, sob o qual é erigido um indivíduo homem adulto. Tensionar a igualdade apenas em termos de gênero, sem considerar o individualismo fundante do sistema capitalista, é tensionar pela metade, sem que de fato promova-se uma mudança social significativa. Não basta chamar o pai ao cuidado, é necessário que o contexto social como um todo dê condições de possibilidade da tarefa de cuidar. O popular ditado africano, que permeia nosso imaginário como condição de possibilidade de cuidado, não diz “Para educar uma criança, é preciso um pai e uma mãe”, mas “uma aldeia inteira”. Essa é a razão pela qual o terceiro momento tematizado neste trabalho é utilizado não para pressupor individualmente uma mãe subjetivada em um modelo inovador de gênero feminino, mas para “brincar de roda com a mãe”, o que implica todo o contexto social, e não só a família, no cuidado a interdependência.

Butler (2021) propõe, então, uma história diferente que começa com o fato de que todo indivíduo emerge no decurso do processo de individuação, não se nasce indivíduo, e, nesse processo, não se escapa da condição fundamental de dependência: nascemos em uma condição de dependência radical, ninguém fica em pé sozinho. A dependência não pode ser evitada com o tempo, não a superamos quando nos tornamos adultos. Ela pode ser, então, parcialmente definida como a “confiança nas estruturas sociais e materiais, e no meio ambiente, pois este também torna a vida possível”. A autora segue:

Isso não significa que as pessoas adultas sejam dependentes exatamente como um bebê, e sim que nos tornamos criaturas que imaginam constantemente uma autossuficiência só para descobrir que essa imagem de nós mesmos é minada no decorrer de nossa vida. Essa é, obviamente, uma posição lacaniana, cuja forma de articulação mais célebre é o “estádio do espelho” – o menino eufórico que pensa estar em pé sozinho enquanto se olha no espelho e, no entanto, olhando para ele, sabemos que a mãe, ou um obscuro objeto de apoio (*trotte-bébé* [andador]), o sustenta diante do espelho enquanto ele se regozija com sua autossuficiência radical. Talvez possamos dizer que os conceitos

fundadores do individualismo liberal são uma espécie de estádio de espelho e que ocorrem dentro de um imaginário desse tipo. Qual apoio, qual dependência, deve ser recusado para que a fantasia da autossuficiência domine, para que a história comece com uma masculinidade adulta atemporal? (Butler, 2021, p. 47)

Para a autora, a implicação da cena é a de que a masculinidade é identificada com a autossuficiência fantasmática e a feminilidade com o apoio regularmente rejeitado. A estrutura de gênero da família é fato consumado, o que inclui o apagamento do trabalho de cuidado da mãe e a ausência total do pai, e ao aceitarmos isso como a estrutura simbólica das coisas, não como um imaginário específico, tornamos a mudança lenta e dificultada. Ao descrevermos teoricamente essa fantasia, reproduzimos e validamos seus termos, a menos que questionemos a cena anterior à cena, o que nos leva à aceitação da interdependência como condição de igualdade – e não a superação da dependência rumo à autossuficiência.

É, no entanto, compreensível que nos defendamos dessa experiência de dependência radical. Ao me deparar com o apagamento da opressão que circunda o cuidado (dos homens em relação às mulheres e das mulheres brancas em relação às negras), passei a me confrontar com o desvalor do cuidar: aparentemente, ninguém deseja cuidar de uma criança, e terceiriza-se para um humano mais oprimido na “escada hierárquica” social. Mas o cuidado é essencial para nos tornarmos pessoas: alguém precisou me desejar e amar para que eu me tornasse humana. Se ninguém efetivamente deseja cuidar, somos empurrados ao desamparo absoluto: é preciso crer que alguém desejou e se regozijou em me cuidar, embora a atualidade nos empurre a constatar o contrário.

A grande questão nessa crise do cuidado parece advir dessa individualização incompatível com cuidado humano: a criação dos filhos é problema da família, particularmente da mãe culpabilizada. Para Badinter (2011), os países mais afetados pela queda de fecundidade e rejeição dos filhos demonstram uma conjunção de dois fatores: pregnância social do modelo de boa mãe – com os psicopediatras descobrindo continuamente uma crescente responsabilidade da mãe em relação à criança – e ausência de política familiar cooperante para as mulheres, o que leva as mulheres, identificadas à imagem mítica de mãe sacrificial e todo-poderosa, a se aprisionarem a um papel que as condena à prisão domiciliar.

Para a autora, esse modelo ideal de maternidade variável em cada cultura é carregado por todas as mulheres para aceitá-lo, contorná-lo, negociá-lo ou rejeitá-lo,

mas sempre sendo determinadas em relação a ele. Por outro lado, a maternidade é desvalorizada socialmente, tendo em vista que é a realização pessoal a motivação dominante de nosso tempo: “Em uma sociedade em que a maioria trabalha, aquela que fica em casa, ou faz dos filhos sua prioridade, corre o risco de ser rotulada de ‘desinteressante’” (Badinter, 2011, p. 144). Badinter conclui que onde se distinguem e se reconhecem a legitimidade dos papéis de mulher e mãe, tornando a maternidade menos pesada, mulheres desejam ser mães, tendo o direito de dar as costas ao modelo ideal.

Assim, classificamos como parte do “Momento de brincar de roda” os artigos que não apenas não culpabilizam as mães pelos transtornos infantis, como também não naturalizam o artifício patriarcal de cuidado infantil exclusivo feminino, explicitando o papel de múltiplos encontros, pessoas e instituições na constituição subjetiva: brincam de roda. Em “A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços” (Cazanatto et al., 2016), as autoras discutem a presença da psicanálise em locais como o serviço público e as instituições, especificamente no Lar da Infância, nome fictício, uma instituição pública que atende crianças e adolescentes no contraturno escolar.

Já no resumo do referido artigo, as autoras entendem que uma instituição possível é aquela que permite espaço aos que dela fazem parte para o reconhecimento de outras formas no social para advir como sujeitos, inscrevendo outras marcas a partir de novos significantes. Não há a culpabilização familiar pelas questões infantis e adolescentes, mas a implicação da instituição na possibilidade de inscrição de outras marcas, que desloque os sujeitos, incluindo-se como parte da análise.

Na instituição em questão observou-se que, ao propiciar um espaço para a manifestação e a escuta das questões institucionais, o que ficava à mostra era que não se tratava apenas de alunos agressivos e sem interesse, o que era explicado pelos profissionais como sendo resultado do meio em que residiam, mas também de alunos agredidos por uma instituição onde outros interesses se sobrepujam ao cuidado e ao investimento voltado aos alunos atendidos. Às crianças e aos adolescentes ficavam as sobras, tanto da comunidade quanto do serviço público. (Cazanatto et al., 2016, p. 488)

Há um deslocamento da culpabilização individualista (“alunos agressivos e sem interesse”) para implicação social (“alunos agredidos inclusive por esta instituição, ficando com as sobras da comunidade e do serviço público”). Neste terceiro momento, que denominamos “Momento de brincar de roda”, a análise dos artigos vão muito mais

no sentido daquilo que os artigos não falam do que daquilo que falam: há a implicação efetiva dos sujeitos que compõe o “social”, ao invés da culpabilização da mãe e da imputação de responsabilidade à família. As autoras poderiam procurar nos “alunos agressivos” algo que comprovasse a ausência da função paterna. Encontrariam. Nossas hipóteses podem sempre ser preenchidas por fatos e dados que as comprovem, é o efeito *looping*. Faz-se trabalho constante analisarmos nossas próprias categorias teóricas – as que utilizamos para interpretar o mundo, encaixotando, pois sempre as utilizamos.

Seguindo a citação, as autoras referem:

Lacan (2001/2003) nos lembra que a função de resíduo exercida e mantida pela família conjugal (e talvez, pelas instituições onde a criança circula), é de outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades. Trata-se da constituição subjetiva, que implica a necessidade de um desejo que não seja anônimo na constituição do cuidado. Uma posição de sintoma no campo do desejo de um casal, de uma família ou de uma instituição. Oposto ao lugar de objeto do fantasma materno, e porque não, social e político. (pp. 488-489)

Há aqui uma atualização da teoria lacaniana, trazendo outras personagens para constituição do sujeito, brincando de roda com a mãe: levantando-se a hipótese de que ao dar espaço pras crianças exercerem sua criatividade, brincarem, estudarem, jogarem e interagirem com colegas e profissionais, também se construíram espaços psíquicos para os sujeitos. Ao brincar de roda, implicando-se, construindo espaços psíquicos, a instituição pode provocar um movimento, rompendo o determinismo da cadeia de significantes:

Para Laznik-Penot (1989), a instituição deve criar condições para que os mecanismos de repetição possam ser localizados e para que seja possível desvencilhar-se deles. Isso não garante que a repetição não mais aconteça, mas, sim, a possibilidade de que novos significantes possam surgir, buscando-se romper com a rigidez e o determinismo da repetição. (p. 494)

Uma psicanálise muito mais potente pode advir deste lugar de quem recusa a insistência na “Unidade mãe-bebê” e implica-se na construção de espaços que possibilitem a emergência de novos significantes. Conforme Frosh (2019), as condições políticas que dão origem a uma maternagem exclusivamente feminina marcam-na inescapavelmente e, desde “o início da vida, na confusão e intensidade que rodeiam a imersão do bebê na mãe, o patriarcado constrói e organiza, oculta e engana” (p. 202). Neste terceiro momento, é na pluralidade do cuidado que a psicanálise aposta. Em “O

ato de nomear o bebê internado em uma unidade de terapia intensiva neonatal: uma aposta no advento do sujeito?” (Espindola & Carvalho, 2020), as autoras relatam a experiência de trabalho, orientada pela psicanálise, em uma unidade de terapia intensiva neonatal. As autoras referem que

A Unidade de Terapia Intensiva Neonatal consiste num ambiente de conflitos emocionais, perdas e ganhos, enfrentamento de limites e possibilidades de cura, prognósticos bons ou reservados (chances de sobrevivência próximas de zero) e condutas expectantes. Apresenta como uma constante o confronto com o morrer e o adoecimento, enunciando a fragilidade e vulnerabilidade humana. O que resulta daí são sentimentos de medo, pânico, depressão, revolta, desconfiança, agressividade, dentre outros. A UTIN é um ambiente que escancara incertezas e desamparo diante da fragilidade da vida, do limite que a morte nos impõe (KRODI, 2008). (p. 82)

E em seguida:

Em relação à segunda etapa, foi observado que ficar longe de casa, do marido e familiares, bem como o contato direto com o bebê e as responsabilidades no cuidado, podia fomentar um alto grau de estresse para as mães. A possibilidade que cada uma tinha de maternar seu bebê saltava como uma questão importante nesse momento. Eram comuns sentimentos de medo, receio, ansiedade, dúvidas, estresse etc. Escutá-las quanto a essa decisão de se internarem ou não com seus bebês era fundamental, bem como elas se darem conta de que sua decisão de acompanhar mais de perto seus filhos não era necessariamente uma garantia de melhora deles. Isto levava a um trabalho com a equipe para respeitar o tempo e a posição materna em relação ao bebê ao considerar as demandas da mãe e dos familiares. (p. 83)

Há aqui uma percepção da mãe como sujeito a ser escutado em sua decisão de se internar ou não, diante de suas próprias possibilidades e do ambiente que deflagra a vulnerabilidade da vida e o desamparo. A mãe é tomada aqui em posição diametralmente oposta ao artigo “A pequena Sylvia: quando o corpo enlouquece” (Couto, 2013), no qual a mãe é culpabilizada por ausentar-se quando a criança mais precisava. Outro ponto relevante de diferenciação entre os artigos é que, enquanto em “A pequena Sylvia” a analista aparece como alguém que salvará a criança de ser engolida pela mãe perigosa e totalizante, para “O ato de nomear o bebê” os analistas não são salvadores, mas humanos que, estando eles próprios neste ambiente de vulnerabilidade, também podem desmoronar.

Cabe ressaltar que o desmoronamento interior não é privilégio dos pais, mas é passível de acontecer com os membros da equipe na interação com esses pais, com os bebês e com os demais membros de suas famílias. A interação abarca hiatos, furos e equívocos. A questão desejante de cada sujeito emerge aí, visto que a equipe multiprofissional não

está fora disso. Diversos conflitos ocorrem a partir das expectativas dos pais daquilo que é possível para a equipe ofertar. (p. 88)

É nesse contexto que pensamos no brincar de roda não apenas como a atividade coletiva de dar suporte ao cuidado, de pegar na mão dos cuidadores e brincar junto, mas também como atividade que se brinca horizontalmente, sem liderança, mas numa relação fluida a partir do movimento de todos juntos e de cada um. Não há alguém que sabe mais e alguém que obedece seus comandos: há um coletivo em que cada um importa para o movimento do brincar.

Mais adiante, Espíndola e Carvalho (2020) dão ainda um passo a mais para falar no acompanhamento do bebê na UTIN pela família:

O contexto hospitalar, tido como ambiente de adoecimento, ou mais especificamente, a internação de um recém-nascido numa UTIN, pode funcionar como um abalo na fantasia dos sujeitos – na janela que enquadra e conta suas histórias, seus sintomas sinalizando algo de suas realidades psíquicas –, promovendo uma espécie de desabamento interior (DRUON, 1999). Esse abalo pode ou não ser o indicativo para se engajar no acompanhamento que lhe é ofertado pelo serviço humanizado do hospital. Somente cada um para dizer se é possível se engajar nesse acompanhamento, cujo pano de fundo é um ambiente que escancara a morte através dos sintomas apresentados pelo bebê. E esse sofrimento é a margem que dá notícias de uma anterioridade simbólica, na qual significantes advindos do Outro (o inconsciente como discurso do Outro) marcam a constituição subjetiva do lactente, o lugar que lhe é concedido, o qual ele vai responder em sua vida ou com sua morte. (p. 88)

Note-se que as autoras se referem ao abalo na fantasia *dos sujeitos*, que pode ou não ser indicativo para engajar no acompanhamento. Não há a identificação da mãe como única pessoa a engajar no acompanhamento, como também não há a suposição de um sujeito de forças sobre-humanas inabaláveis encarnado pela mãe: é um sujeito como qualquer outro, que pode abalar-se, substituível por qualquer sujeito que se disponibilize a engajar no acompanhamento hospitalar. Tal desmitificação da maternidade é necessária e urgente, pois, segundo Frosh (2019), entre as vítimas do patriarcado estão os “psicanalistas românticos que fornecem louvores virtuosos à maternidade” (p. 202).

Essa posição também fica expressa em outro momento, em relação ao casal parental: “Em alguns casos, foi um desafio para os pais maternar, tomar aquele bebê da incubadora, bem diferente do bebê imaginado, como seu” (p. 85). Aqui, ambos os pais são colocados na função de “maternar” o bebê. As autoras arrolam, dentre os significantes que circularam no trabalho de escuta, o significante “unidade mãe-bebê”, que se refere à Unidade hospitalar que assegura a estadia da mãe com o bebê no

hospital. Apesar de a Unidade em que o trabalho de escuta se desenvolveu pressupor o acompanhamento da mãe (nessa insistência do patriarcado pelo cuidado materno), a escuta das autoras parte do pressuposto da coletivização do cuidado do bebê e da maternagem pelo casal parental, o que difere da posição mais tradicional de colocar o pai como terceiro na relação.

O significativo “Unidade mãe-bebê”, trazido pelas autoras, despertou outra curiosidade: o nome do espaço hospitalar que abriga os recém-nascidos fala-nos também do modo de subjetivação feminino tradicional, que insiste na unidade mãe-filho na constituição subjetiva do bebê. Frosh (2019) traz que

Toda organização da psique da criança é influenciada pela intensidade apaixonada de suas interações com a mãe, com a absorção inicial da criança em sua condução a um conhecimento da individualidade por meio de um padrão particular de gratificações e frustrações que são encontradas. Esse tipo de relação é diferente daquela formada com o pai: o amor da criança pela mãe não está inicialmente sob a influência do princípio de realidade, mas é ditado pela fantasia de total unidade e perfeita gratificação, dando a ela um grau extremo de intensidade e garantindo que a relação mãe-filho(a) estará centrada no eixo separação/absorção ao longo da vida. O pai, por outro lado, é usualmente mais distante desde o início, tratando seu filho(a) como separado e percebendo-se como exterior à fronteira da unidade mãe-filho(a). (p. 200)

Parece-nos que não é o desejo da mãe que é carreador de estragos, mas a insistência patriarcal no cuidado exclusivo da mãe – coisa que a melhor psicanálise tem questionado nos últimos anos, segundo os resultados da amostra desta pesquisa. Note-se que, dos nove artigos que compõem este banco de dados, os mais recentes, todos os três publicados no ano de 2020, encontram-se no momento de brincar de roda. No artigo “Invenção e estabilização: uma experiência com crianças autistas em dispositivos de Saúde Mental”, Viana et al. (2020) abordam o trabalho na clínica do autismo e a invenção, construção singular de elementos da história do sujeito, como forma de estabilização e mediação com o campo do Outro. Os autores entendem que os quadros de autismo relacionam-se à falta de mediação em que os sujeitos constituem-se no campo do Outro, utilizando-se do recurso da “Psicanálise com muitos”, que, promovendo um espaço “com muitos”, dissolve o Um, dando-lhe um *status* menos avassalador na relação, que permita ao paciente aprender que o Um não é completo e que está em relação com outros, que também se relacionam com o paciente. Os autores entendem que

... cada membro da equipe deve estar aberto ao revezamento contínuo entre os técnicos, de forma que não se constituam posições definidas e unificadas, permitindo que a criança possa dirigir-se a alguém que sinta menos invasivo, uma vez que pode escolher com quem interagir e vincular entre os presentes. Esse revezamento pressupõe não apenas os membros da equipe, mas todos que ocupam o espaço, como, por exemplo, as outras crianças. No entanto, é preciso que a criança aceite e legitime alguém para acompanhá-la. Para isso, é preciso deixar com que o saber esteja do lado dela, como forma de assegurar uma presença regulada (Baño, 1999). Coerentes com a política relativa à educação inclusiva — entendemos que a presença de outras crianças “fura” a estrutura maciça da transferência, presentificada pelo olhar do cuidado exclusivo individualizado. Assim, respeita-se a condição e o ritmo do sujeito na sua relação com as outras pessoas. (p. 324)

Essa regulação do Outro, permitida pela presença dos muitos, que dá limite ao excesso e invasão do que chega pelo lado de fora, possibilitando um contato menos excessivo, que fura a estrutura maciça da transferência presente no cuidado exclusivo individualizado, é o que é negado ao sujeito com a cultura da “unidade mãe-bebê” (para utilizarmos a polissemia do termo). Por outro lado, a regulação do Outro é possível porque a equipe “brinca de roda” com a criança (ao invés de buscar um nexo de causalidade com a mãe geladeira).

Essa insistência na maternagem exclusiva da mãe, segundo Frosh (2019), cria ainda, personalidades deformadas e frustradas em homens e mulheres. O autor conclui que o cuidado compartilhado da criança, com homens e mulheres participando da esfera pública e privada do cuidado, seria uma solução para a destrutividade da cultura contemporânea, pois a experiência da mãe onipotente, marcada pelo início do desenvolvimento, leva a uma rejeição das mulheres por crianças de ambos os sexos, tendo enorme peso na explicação das atitudes posteriores, conscientes e inconscientes, em relação a elas.

Um trecho do artigo despertou especial angústia por antecipação durante sua leitura. Ao tratar do caso de Lia, 11 anos, os autores relatam que a menina

Era bastante conhecida pelas pessoas do serviço por sempre chegar aos atendimentos com uma sacola cheia de revistas, além de guardar algumas outras que estivessem na recepção ou em algum outro ambiente da instituição. Se alguém dissesse a ela que não era possível levar as revistas para casa, Lia ficava agitada e agredia as pessoas ao seu redor. A mãe, ao ser questionada pelos profissionais acerca do que Lia gostava de fazer, responde indiferentemente: “Ela não gosta de nada, não faz nada, só passa o dia recortando revistas e eu tenho que limpar tudo”. A fala da mãe apontou-nos um indício de um recurso possível a partir do qual poderíamos trabalhar. Com o tempo, passamos a pedir que as pessoas do serviço não mais a impedissem de guardar as revistas, acrescentando que elas poderiam, inclusive, contribuir com novas revistas para sua coleção. Acompanhando seu trabalho de recortes, percebemos o caráter não aleatório das figuras escolhidas, que se caracterizavam por fragmentos referentes à sua história,

tais como a descrição do pai feita pela mãe, que segundo ela, havia abandonado a criança. Percebemos também palavras dispersas, relacionadas ao discurso da mãe sobre Lia, como a queixa em relação à escola e a dificuldade em alimentar-se. (p. 329)

Disso resultou que os recortes, tidos anteriormente como dispersos, passaram a ser endereçados para a equipe, entendido como forma de comunicação e mediação com o Outro. A angústia antecipada por fim não concretizou-se. Sabemos que um psicanalista menos advertido buscaria em tais afirmações uma relação de causalidade entre a conduta da mãe e a condição da filha. O artigo, ao contrário, trabalhou com as informações trazidas pela mãe para auxiliar no trabalho com a criança.

Em “A escuta psicanalítica da família frente ao diagnóstico de autismo na criança”, Almeida e Neves (2020) promovem a escuta de um grupo familiar de uma criança com diagnóstico de autismo, nomeada Ícaro. As autoras referem que:

Em seu nascimento, Ícaro encontrou vínculos esfacelados e um grupo familiar com dificuldades de se sustentar. Nesse ponto, não se trata de imputar à família a responsabilidade pelo diagnóstico do menino; pelo contrário, trata-se de reconhecer que as dificuldades psíquicas do bebê Ícaro, como bater a cabeça no berço, eram o fio condutor para desvelar o sofrimento de todo o grupo familiar. Contudo, o processo diverso de encaminhamentos pelos quais a mãe de Ícaro passou revelou que a escuta dos profissionais processou um distanciamento da singularidade do conflito familiar, priorizando a objetividade relativa aos critérios necessários nos manuais psiquiátricos para atribuição de um diagnóstico psiquiátrico sem, de fato, deter-se ao sofrimento dos sujeitos. Essa fragilidade da escuta para a família na rede de saúde foi observada também em estudos anteriores (BARBIERI et al.; DUPAS, 2016; CARVALHO; DUARTE; GLANZNER, 2020). (Almeida & Neves, 2020, pp. 105-106)

O artigo, longe de promover a responsabilização da família pelo diagnóstico, enfocou na escuta da família, considerando fundamentais as contribuições da psicanálise para “intervenções que incluam a família como dispositivo de cuidado” (p. 107). Incluir a família como dispositivo de cuidado, salientando que a escuta dos profissionais de saúde promoveu um distanciamento da singularidade, responsabilizando um coletivo pelo cuidado, retira a mãe do lugar de cuidadora exclusiva e parece-nos valorizar aquilo que Figueiredo (2020) aponta-nos como *ética*.

O autor nos diz que o cuidado faz parte das obrigações e tarefas específicas dos profissionais da saúde e da educação, mas também cabe a todos, em geral, na condição de humanos vivendo em sociedade. Ao salientar a complexa trama de acontecimentos que compõem o ingresso do recém-nascido na vida e no mundo humano, que estabelece as condições de sua recepção e do seu vir-a-ser humano, Figueiredo (2020) implica o

“mundo humano” nessa dimensão de dispor-se a receber seus novos membros, chamando-a de *ética*:

Exige-se, ao indivíduo e às coletividades, uma contínua atividade de “fazer sentido” (corte e costura, modelagem) como forma de tessitura de um *solo humano* para a existência, de um *lugar humano para existir* – um *ethos*. Sem isso, a vida se transformaria, efetivamente, em “uma história feita de som e de fúria contada por um idiota e que não significa nada”, como disse Shakespeare, e foi retomado pelo grande romancista americano William Faulkner. Tornar a existência algo distinto desta eloquente descrição é a tarefa ética dos cuidados. (p. 135)

Imputar à mãe única e exclusivamente o cuidado parece antes de tudo indicar a incapacidade social de implicar-se nessa ética de cuidado que empurra todos ao desamparo. Projetamos na mãe aquilo que é uma falha coletiva de cuidado – segundo Figueiredo (2020), cuidado consigo e com o outro, que permite e facilita a criação de um sentido humano. O autor sugere que consideremos o “fazer sentido” em oposição às falhas, excessos e faltas traumáticas que fazem parte inerente da vida, pois a vida humana transcorre longe da perfeição, da estabilidade e da permanência. Ao considerarmos outros agentes de cuidado como possíveis executores de presença implicada, comprometida e atuante (Figueiredo, 2020), é mais possível que deixemos de apontar as falhas, excessos e faltas traumáticas identificadas à figura da mãe e passemos a enxergá-los como parte da experiência humana, em que “Nem há garantias, nem correspondência preestabelecida entre nossos impulsos e desejos, de um lado, e seus objetos e condições de satisfação, de outro...” (p. 134).

É esta ética do cuidado que parece estar presente também na passagem de Butler (2021, p. 63):

Não é necessário amarmos uns aos outros para termos a obrigação de construir um mundo em que todas as vidas são sustentáveis. O direito de continuar existindo só pode ser entendido como um direito social, como instância subjetiva de uma obrigação social e global que temos uns com os outros. Interdependente, nossa continuidade é relacional, frágil, às vezes conflituosa e insuportável, às vezes gratificante e feliz. Muitas pessoas dizem que não é realista defender a não violência, mas talvez elas estejam perdidamente apaixonadas pela realidade. Quando lhes pergunto se gostariam de viver em um mundo em que ninguém defendesse a não violência, no qual ninguém exigisse essa impossibilidade, invariavelmente respondem que não. O mundo impossível é aquele que existe para além do horizonte de nosso pensamento atual – e não se trata nem do horizonte de uma guerra terrível nem do ideal de uma paz perfeita. Trata-se de uma luta aberta, necessária para preservar nossos laços de tudo aquilo que, neste mundo, tem o potencial de destruí-los. Conter a destruição é fazer uma das afirmações mais importantes que podemos fazer neste mundo. É a afirmação desta

vida, ligada à sua, leitor ou leitora, e ao reino dos vivos: uma afirmação atrelada ao potencial de destruição e à sua força contrária.

Quer você chame esta ética de cuidado ou de não violência, convido a brincarmos de roda...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da destruição e do devir em psicanálise

Toda teoria na área de humanas precisa atualizar-se historicamente. Tenho insistido, ao longo do texto, que o conhecimento “psi”, tendo nascido dentro de uma cultura patriarcal, entronizou mandatos estruturalmente machistas e que perpetuam relações de poder, devendo se haver, neste momento histórico em que tais mandatos podem enfim vir à tona, com aquilo que produziu.

Bachelard (1938/1996) diz que a valorização do conhecimento objetivo deve dar lugar à psicanálise e que o conhecimento empírico envolve o homem sensível em todas as expressões de sua sensibilidade. Alerta para o fato de que, quando o conhecimento empírico se racionaliza, tais valores sensíveis primitivos podem interferir nos argumentos, concluindo que:

É otimismo tolo pensar que saber serve, automaticamente, para saber, que a cultura torna-se tanto mais fácil quanto mais extensa for, que a inteligência enfim, sancionada por êxitos precoces ou por simples concursos universitários, se capitaliza qual riqueza material. Admitindo até que uma cabeça bem feita escape ao narcisismo intelectual tão frequente na cultura literária e na adesão apaixonada aos juízos do gosto, pode-se com certeza dizer que uma cabeça bem feita é infelizmente uma cabeça fechada. É um produto de escola. (pp. 19-20)

O autor conclui que uma reorganização total do sistema de saber resulta das crises de crescimento do pensamento, demandando à cabeça bem-feita que seja refeita. A invenção científica exige, assim, que o pesquisador seja um mutante, que sofre se não mudar, e a tarefa da filosofia científica seria psicanalisar o interesse, derrubando o utilitarismo por mais disfarçado que esteja, por mais elevado que julguemos. Parte do que queremos concluir aqui é que o gênero é uma construção utilitarista artificial que só faz sentido dentro do sistema capitalista e patriarcal (como bem observado por Federici (2017), anteriormente ao capitalismo homens e mulheres não eram diferentes física, social ou psicologicamente). De sorte que o que a psicanálise descreveu como feminino/masculino, em um determinado momento histórico, em verdade foram os dispositivos de gênero. Talvez não pudesse tê-lo feito diferente no momento histórico em que se construiu, mas hoje pode. E é necessário que o faça para que o devir advenha dessa destruição.

Dizer que destruo a psicanálise ao questionar tal paradigma é um tanto reducionista. Faço tal qual Freud ao dialogar com meu interlocutor imaginário. Se a psicanálise baseia-se fundamentalmente no binarismo e sem ele não poderia resistir, então digo que, sim, que não há devir para a psicanálise. Porém, não é no que acredito. A psicanálise encontra sua potência exatamente no questionamento e no contraponto à ciência “imparcial”: no inconsciente e na transferência. Conto agora uma história que para mim exemplificou bastante precocemente, durante o percurso do mestrado, o quanto meu desejo está implicado nesta pesquisa.

Em uma das aulas da disciplina de Metodologia da Pesquisa, a doutoranda Raíssa Ramos da Costa contou-nos acerca de sua pesquisa com mulheres migrantes e a escuta das experiências de deslocamento dessas mulheres. Ao escutá-las, percebeu que falavam sempre de suas próprias mães. Tendo em vista o momento em que viviam, tal dado surpreendeu a pesquisadora: por que, afinal, falavam das mães? E concluiu que tal tema retornava devido ao fato de terem deixado sua Pátria Mãe. Se eu as estivesse escutando, certamente teria concluído que falam da mãe porque é por isso que as áreas psi são popularmente conhecidas como juízes de mães. Aquilo que escutamos, aquilo que concluímos em uma pesquisa tem sempre em primeiro plano a subjetividade e a singularidade do pesquisador. A ciência objetiva é uma utopia. Posso usar os mesmos dados para interpretá-los de formas distintas e sempre particulares. Essa é a potência da psicanálise: colocar o inconsciente e a transferência no jogo da pesquisa. Sigo com Bachelard: é preciso psicanalisar o conhecimento objetivo.

Bachelard (1938/1996) diz que o espírito é sempre velho quando se apresenta à cultura científica porque tem a idade de seus preconceitos, sendo necessário rejuvenescer ao entrar nas ciências, aceitando a mutação que contradiz o passado. É desse autor o parágrafo que permeou meus estudos durante todo o percurso desta escrita:

O conhecimento adquirido pelo esforço científico pode declinar. A pergunta abstrata e franca se desgasta: a resposta concreta fica. A partir daí, a atividade espiritual se inverte e se bloqueia. Um obstáculo epistemológico se incrusta no conhecimento não questionado. Hábitos intelectuais que foram úteis e sadios podem, com o tempo, entrar a pesquisa. Bergson diz com justeza: "Nosso espírito tem a tendência irresistível de considerar como mais clara a ideia que costuma utilizar com frequência". A ideia ganha assim uma clareza intrínseca abusiva. Com o uso, as ideias se valorizam indevidamente. Um valor em si opõe-se à circulação dos valores. É fator de inércia para o espírito. Às vezes, uma ideia dominante polariza todo o espírito. Um epistemólogo irreverente dizia, há vinte anos, que os grandes homens são úteis à ciência na primeira metade de sua vida e nocivos na outra metade. O instinto formativo

é tão persistente em alguns pensadores, que essa pilhéria não deve surpreender. Mas, o instinto formativo acaba por ceder a vez ao instinto conservativo. Chega o momento em que o espírito prefere o que confirma seu saber àquilo que o contradiz, em que gosta mais de respostas do que de perguntas. O instinto conservativo passa então a dominar, e cessa o crescimento espiritual. (Bachelard, 1938/1996, p. 19)

Aquilo que escrevemos tem o condão de responder provisoriamente a uma pergunta. O que ocorre é que o escrito permanece. Ao classificar os artigos componentes do banco de dados desta pesquisa deparamo-nos constantemente com essa limitação: os artigos respondiam a perguntas que se colocavam provisoriamente, com o saber-poder que estava disponível no momento. Nos últimos anos, no entanto, as lutas feministas nos deram ferramentas que tornou impossível não nos havermos com nossos próprios preconceitos. Hoje temos ferramentas discursivas que não estavam tão evidentes na década passada. Isso inclusive se vislumbra no banco de dados: o mesmo processo doloroso de dar a ver a minha maternidade para brincar de roda com o coletivo aconteceu também na psicanálise, afinal todos os artigos de 2020 deste banco de dados brincam de roda com a mãe. Tort (2008) diz que, por meio das mudanças já operadas e pela dor de grandes lutas, hoje sabemos que o mandato do domínio dos homens sobre as mulheres foi um período histórico que está com os dias contados e que a grandeza da psicanálise está em participar dessa operação. Rodolfo (2008), questionando-se se a psicanálise está capacitada para empreender sua própria desconstrução, entende como pré-requisito, para que possamos utilizá-la sem termos de comprar todo o sistema, virar do avesso suas costuras e vislumbrar suas inevitáveis cumplicidades com os jogos de poder que nela se articulam.

Para o autor, essa desconstrução opera com o espírito muito mais próximo ao mais singular da psicanálise, apostando na não negação de que aquilo que nos submete de fato nos submete e que silenciá-lo e até exaltá-lo, vestindo de roupagem revolucionária, não nos leva a lugar algum (ou leva ao lugar de sempre). Questiona-se se é possível imaginar uma psicanálise que ajude nos processos, no lugar de uma psicanálise estranhamente comprometida com nomes e funções fixas, de significado fixo, por mais dissimulados que estejam em um sistema de negações.

Acredito que sim, que para alcançarmos a verdadeira e singular potência da psicanálise na atualidade, é necessário, no entanto, não ceder a vez ao instinto conservativo. E isso nada tem a ver com a idade do pesquisador (que, aliás, Bachelard denomina “grandes homens”, evidenciando o machismo estrutural). Laznik (2021), em sua mais recente obra, relata:

Eu pergunto à mãe se, durante a amamentação, a bebê a olha. Ela me responde: “Nestes momentos, eu aproveito para fazer outra coisa. É o meu único tempo de pausa.” Ah, se eu fosse uma jovem psicanalista! Como eu teria caído nessa armadilha. E eu teria dito: “Ah, é? Fale-me mais.” E vocês imaginam que eu teria encontrado uma relação causal. (p. 33)

A autora já foi essa jovem psicanalista que encontrou uma relação causal e responsabilizou a mãe. Suas obras, respostas transitórias, estão permanentemente no mundo, sendo citadas em novos trabalhos. A própria pesquisadora, no entanto, apesar de suas muitas décadas de pesquisa, hoje questiona sua própria verdade (que é sempre provisória e construída com os dispositivos disponíveis naquele momento). Manteve-se psicanalizando sua produção. A psicanálise e toda e qualquer ciência só pode sobreviver se tiver a capacidade de sobreviver à sua destruição, se puder profanar-se.

Tort (2008), ao discorrer sobre o fim do dogma paterno, diz que no discurso dos declínios há uma inquietude permanente: onde poderíamos pensar uma mudança de bases, primeiro havemos de dramatizar um colapso, uma catástrofe. Não nos acostumamos ao seu desaparecimento e nos apegamos a uma história lendária que nos protege da ilusão das realidades da história.

Ferrante (2023, pp. 80-81) poetiza:

Logo se aglomera à minha volta uma longa tradição de narrativas alheias que me comoveram ou indignaram e que se parecem com a minha, isso sem falar na língua de livros, jornais, filmes, televisão, canções, bem como um monte de truques bons para empurrar a “vida viva” para a escrita, todas as coisas que aprendi quase sem me dar conta. É natural, para mim, inserir minha confusa vivência nessa coleção de fórmulas. E é um momento bonito. Se eu tiver sorte, se tiver um pouco de talento, me vêm frases nas quais me parece que as minhas coisas são ditas como se deve. Então passo a dizer a mim mesma com soberba: pronto, essa é a minha voz, com esta minha voz relato a minha vida verdadeira. E outras pessoas vão me dizer o mesmo, e eu também procurarei aquela minha cadência todas as vezes, e, se ela não chegar, ficarei com medo de tê-la perdido, e, se chegar, logo ficarei com medo de tê-la desgastado.

Vocês ouviram? Minha, minha, minha. Como repetimos esse pronome possessivo. Na verdade, um primeiro grande passo à frente, na escrita, é descobrir exatamente o contrário: o que consideramos de maneira triunfal nosso é dos outros. Os intercâmbios com o mundo, sim, em todos os momentos são absolutamente nossos. As palavras – a forma escrita na qual as encerramos, prestando atenção nas margens vermelhas dos nossos cadernos -, não. Precisamos aceitar o fato de que nenhuma palavra é realmente nossa. Precisamos abrir mão da ideia de que escrever é libertar de forma milagrosa uma voz própria, uma tonalidade própria: para mim, esse é o jeito displicente de falar da escrita. Pelo contrário, escrever é, a cada vez, entrar em um cemitério infinito no qual cada tumba espera para ser profanada. Escrever é acomodar-se em tudo o que já foi escrito...

A professora Sandra Torossian, logo na primeira das aulas do mestrado, na disciplina de metodologia da pesquisa, disse-nos: “É preciso abandonar a arrogância de pensar que nossa pesquisa é inovadora”. Essa frase reverberou por todos os meses que se passaram no transcurso desta pesquisa. Penso, no entanto, que é preciso abandonar a ignorância de pensarmos que nossa pesquisa é inovadora. Ela se faz a partir de um êxtimo, esse exterior íntimo, a partir das ferramentas dispositivas (livros, jornais, filmes, televisão, canções) (Ferrante, 2023). Escrevo a partir deste encontro: meu com a cultura, com os escritos que me permitem questioná-la, com esse espaço do mestrado que tolera meus questionamentos, com os colegas e professores que me apontam lacunas.

Não critico os autores do passado por escreverem teorias com as ferramentas dispositivas que se apresentavam a eles no momento: toda escrita tem “vocação ao vento” (Ferrante, 2023). Esta pesquisa é sobretudo um convite que fiz a mim própria e que faço ao leitor: para nos desapaixonarmos de nossas verdades, dar a ver os dispositivos que nos aprisionam para que possamos, então, questioná-los e deixar o novo advir. De novo e de novo. E sempre.   doloroso, acredite-me, bem sei, não nos apegarmos à ideia de que possuímos a verdade. Todo conhecimento tem em si o triste destino de solidificar-se, cristalizar-se. Essas linhas permanecerão escritas quando eu mesma mudar de ideia – porque novas ferramentas dispositivas se tornarão permanentemente disponíveis pra mim. O leitor do futuro que me leia com benevolência: eu sou uma dobra do mundo.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra travessia*, 5, 9-16. Recuperado em 13 de fevereiro de 2023, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>.
- Agamben, G. (2007). *Profanações*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.
- Almeida, M. L., & Neves, A. S. (2020). A escuta psicanalítica da família frente ao diagnóstico de autismo da criança, *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* [online], 23(3), 99-108. Recuperado em 19 de julho de 2022, de <https://doi.org/10.1590/1809-44142020003008>.
- Alves, A. E. S. (2013). Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trabalho, educação e saúde*, 11(2), 271-289. Recuperado em 30 de abril de 2022, de <https://www.scielo.br/j/tes/a/8nTGWjJrv7MsqfCmLvZhvvL/?lang=pt&format=html>.
- Alves, D., Figueiredo Filho, D., & Henrique, A. (2015). O Poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. *Política Hoje*, 24, 119-134, 2015. Recuperado em 12 de julho de 2022, de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3723/3025>.
- Bachelard, G. (1996). *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.
- Baptista, M. R. (2015). A profanação dos dispositivos em Giorgio Agamben. *Revista Estação Literária*. Londrina, Volume 13, p. 10-23, jan. 2015, de <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL13-Art1.pdf>
- Belarmino, A. (2016). O olhar da psicanálise sobre a síndrome de *burnout*, enquanto sofrimento psíquico no trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa. Recuperado de <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/4318>.
- Beividas, W. (1999). O excesso de transferência na pesquisa em psicanálise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 1999, 12(3). Recuperado em 6 setembro de 2022, de <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000300008>.
- Birman, J. (2019). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2020). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Butler, J. (2021). *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo.
- Caffé, M. (2022). Psicanálise e violência social de gênero. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 25(3), 578-596. Recuperado em 16 de maio de 2023, de <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n3.578.5>.
- Cazanatto, E., Marita, M. K., & Bisol, C. A. (2016). A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2016, 36(2), 486-496. Recuperado em 19 de julho de 2022, de <https://doi.org/10.1590/1982-3703000742014>
- Coelho, C. M. S. (2006). Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17. *Mental*, ano IV(6) 107-121.
- Couto, L. F. S. et al. (2018). Os discursos lacanianos como laço social. *Revista Subjetividades*, ed. esp., 93-104.
- Couto, O. H. C. (2013). A pequena Sylvia: quando o corpo enlouquece. *Reverso*, 35(65), 83-88. Recuperado em 19 de julho de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952013000100011&lng=pt&nrm=iso.
- D'Agord, M. R. L. (2009). As estruturas do discurso: o uso do esquema L em psicopatologia. *Latin American journal of fundamental psychopathology online*, 6(1), 87-100. Recuperado em 4 de setembro de 2021, de <https://www.ufrgs.br/psicopatologia/estrutura.pdf>.
- Dal Forno, C., & Macedo, M. M. K. (2021). Pesquisa psicanalítica: da transferência com a psicanálise à produção do ensaio metapsicológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online], 37, e37406. Recuperado em 28 de abril de 2022, de <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37406>.
- Darriba, V. (2005). A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. *Ágora*, 8(1), 63-76. Recuperado em 16 de maio de 2023, de <https://www.scielo.br/j/agora/a/WjZpc7V4rQJTg89TvMwfTzS/?format=pdf&lang=pt>.
- Despentes, V. (2016). *Teoria King Kong*. São Paulo: N-1 edições.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Elia, L.. (1999). A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso?. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 12(3). Recuperado em 22 de junho de 2022 <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000300015>
- Espíndola, V. B., & Carvalho, I. S. (2020). O ato de nomear o bebê internado em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal: uma aposta no advento do sujeito? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* [online], 23(2), 81-89. Recuperado em 19 de julho de 2022, de <https://doi.org/10.1590/1809-44142020002010>.

- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Fernández, A. M. *Las lógicas sexuales: amor, política y violencia*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Ferrari, A. G., & Silva, M. (2021). Indagações contranormativas sobre os usos dos conceitos de “função materna” “função paterna” e maternagem. In J. Stona (Org.), *Relações de gênero e escutas clínicas* (pp. 141-158). Salvador: Editora Devires.
- Figueiredo, L. C. (2020). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Fiorini, L. (2017). Subjetividades em transição, parentalidades contemporâneas: diversidade e diferença. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 91-102.
- Fiorini, L. G. A sexualidade em cena. (2018). *Calibán: Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, 16(1), 104-106, Recuperado em 28 de abril de 2022, de http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/1_2018_Por_-104-106.pdf.
- França, R. M. P., & Passos, M. C. (2019). Ensaio sobre o método clínico na psicanálise com crianças. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online], 22(4), 749-767. Recuperado em 17 de janeiro de 2020, de <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2019v22n4p749.6>.
- Freire, M. M. L. (2006). *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. Recuperado em 30 de setembro de 2022, de <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/19793/2/34.pdf>.
- Freud, S. (1996). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2010a). *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obras completas, 12)
- Freud, S. (2010b). *Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e Outros Textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obras completas, 18)
- Frosh, S. (2019). *As políticas da psicanálise: uma introdução à teoria freudiana e pós-freudiana*. São Paulo: Benjamin Editorial, 2019
- Grant, W. H. (1999). A mascarada e a feminilidade. *Psicologia USP* [online]. 1998, 9(2), 249-260. Recuperado em 14 de dezembro de 2022, de <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200010>.

- Hintze, H. (2020). Desnaturalização radical do machismo estrutural – primeiras aproximações. In H. Hintze (Org.), *Estudos Reunidos*, 82. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.
- Hirata, h., & Kergoat, D. (2007) Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. Recuperado em 29 de abril de 2022, de <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>.
- Iaconelli, V. (2020). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Zagodoni.
- Júnior, A. S. da S. et al. (2020). Ideologia. In L. M. Irineu et al. (Org.), *Análise de discurso crítica: conceitos-chave* (pp. 65-84). Campinas: Pontes Editores.
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo: Boitempo.
- Kilomba, G. A máscara. *Cadernos de Literatura em Tradução*, (16), 171-180. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5388.i16p171-180>.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto (1901-1981)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1949)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laznik, M. C. (2021). *Clínica de bebês: litoral entre psicanálises e neurociências*. São Paulo: Instituto Langage.
- Mannoni, M. (1985). *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marcantonio, A. P. F. (2005). Um estudo sobre a somatose infantil em paciente portador de leucemia. *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*, ano VIII, 2, 244-257.
- Melo, H. L. A., Andrade, F. C. B., & Lima, H. M. C. (2012). Superando o falicismo: sofrimento materno na psicanálise de crianças. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 539-544.
- Monteiro, D. de A. (2001). A função paterna e a cultura. *Cógito*, 3, 49-52. 2001
Recuperado em 29 de abril de 2022, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792001000100006&lng=pt&tlng=pt.

- Melo Neto, J. C. (1999). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Pacheco, L. M. B. (2001). Olhar, explicação e intervenção da psicologia da infância: contextualização histórico-cultural-metodológica. *Psico-USF*, 6(1), 59-66.
- Pereira, A. dos S. et al. (2020). Análise de discurso crítica: os porquês. In L. M. Irineu et al. (Org.), *Análise de discurso crítica: conceitos-chave* (pp. 17-24). Campinas: Pontes Editores.
- Porchat, P., & Fejgelman, B. B. (2014). A psicanálise apesar de Freud: uma releitura feminista ainda necessária. *Labrys, études féministes*, Recuperado em 9 de agosto de 2022, de <https://www.labrys.net.br/labrys26/psy/patricia.htm>.
- Reid, G. B. (2019). *Maternidades en tiempos de des(e)obediencias: psicoanálisis y género: versiones de una clínica contemporánea*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico.
- Rivière, J. (2005). *A feminilidade como máscara*. *Psychê*, ano IX, nº 16, São Paulo jul-dez/2005, p. 13-24. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v9n16/v9n16a02.pdf>
- Rodulfo, R. (2008). *El psicoanálisis de nuevo: elementos para la desconstrucción del psicoanálisis tradicional*. Buenos Aires: Eudeba.
- Rose, J. (2018). *Mothers: an essay on love and cruelty*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>.
- Saboia, C. Percalços no processo de subjetivação do bebê: sinais de risco de autismo ou depressão do bebê. (2019). *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica* [online], 22(3), 319-325. Recuperado em 19 de julho de 2022, de <https://doi.org/10.1590/1809-44142019003007>.
- Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Scariot, I., & Froemming, L. S. (2016). O brincar e a linguagem: uma interface necessária à clínica psicanalítica. *Barbarói*, (46), 33-49. Recuperado em 19 de julho de 2022, de <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i46.5454>.
- Silva, J. C.; Garcia, E. L. (2001). Produção de subjetividade e construção do sujeito. *Barbarói*, (35), 189-198, Recuperado em 4 de setembro de 2022, de <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1760>.
- Silva, L. B. (2017). Metáfora e símbolo: a estética do sagrado na linguagem poética.

Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP, 7(2), 238-250.

- Silva, L. R. (2021). *Contribuição de Karen Horney nos enlaces entre psicanálise, gênero e Feminismos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Sousa, E. L. A. A desmedida na medida de Natalia Leite. (2018). *MODOS – Revista de História da Arte*, 2(3), 208-219. Recuperado em 3 de setembro de 2022, de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8663221>.
- Tort, M. (2008). *Fin del dogma paterno*. Buenos Aires: Paidós.
- Tort, M. (2008). *Las subjetividades patriarcales: un psicoanálisis inserto en las transformaciones históricas*. Buenos Aires: Topia Editorial.
- Triska, V. H. C. (2020). Pai: obstáculo epistemológico? *Psicologia USP*, 31. Recuperado em 30 de abril de 2022, de <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180206>.
- Triska, V. H. C. (2022). Uma epistemologia para as fórmulas da sexuação. In J. Stona (Org.), *Relações de gênero e escutas clínicas: volume II* (pp. 185-198). Aracaju: Afirmativa.
- Viana, B. A., Furtado, L. A. R., & Vieira, C. A. L. (2020). Invenção e estabilização: uma experiência com crianças autistas em dispositivos de Saúde Mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online], 23(2), 313-336. Recuperado em 19 de julho de 2022, de <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n2p313.9>.
- Voltolini, R. (2021). Crianças fora-de-série: psicanálise e educação inclusiva. Tese de livre-docência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. Recuperado em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-29102021-103226/publico/LivreDocencia_RinaldoVoltolini.pdf
- Warat, L. A. (1984). Técnicas argumentativas na prática judicial. *Seqüência: estudos jurídicos e políticos*, 5(9), 35-56.
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In V. Zanello, M. Porto (Orgs), *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em 2 de setembro de 2022, de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24590/1/CAPITULO_DispositivoMaternoProcessos.pdf.
- Zanello V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Anexo B – Consulta de frequência de palavras no banco de dados por meio do programa NVivo

The screenshot shows the NVivo software interface for a word frequency query. The main window displays a table of results with the following columns: Palavra, Extensão, Contagem, and Percentual ponderado (%). The results are as follows:

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
mãe	3	249	0,53
bebê	4	223	0,47
criança	7	193	0,41
trabalho	8	181	0,39
ser	3	162	0,34
sujeito	7	153	0,33
psicanálise	11	142	0,30
clínica	7	140	0,30

The interface also shows a sidebar with navigation options, a top menu bar, and a search bar. The search criteria are set to 'Arquivos e Elementos' and 'Mais frequente' with a value of 1000. The results are displayed in a table format with a yellow header row.